



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO**  
**SOCIOECONÔMICO**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**ROBERTA ADAMOLI SANTIN LEAL**

**MATERNIDADE, INFÂNCIA E GÊNERO EM RELAÇÕES CAPITAL-  
TRABALHO NA REGIÃO CARBONÍFERA DE CRICIÚMA/SC: UMA  
ANÁLISE DE POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS MEDIADAS  
PELA SATC (1960-1980)**

**CRICIÚMA**

**2021**

**ROBERTA ADAMOLI SANTIN LEAL**

**MATERNIDADE, INFÂNCIA E GÊNERO EM RELAÇÕES CAPITAL-  
TRABALHO NA REGIÃO CARBONÍFERA DE CRICIÚMA/SC: UMA  
ANÁLISE DE POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS MEDIADAS  
PELA SATC (1960-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Profa. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Coorientador: Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves

**CRICIÚMA**

**2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L435m Leal, Roberta Adamoli Santin.

Maternidade, infância e gênero em relações capital-trabalho na região carbonífera de Criciúma/SC : uma análise de políticas sócio-médico-assistenciais mediadas pela SATC (1960-1980) / Roberta Adamoli Santin Leal. - 2021.

109 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2021.

Orientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

Coorientação: Ismael Gonçalves Alves.

1. Divisão do trabalho por sexo - Criciúma (SC).  
2. Trabalho reprodutivo. 3. Trabalho doméstico. 4. Políticas sócio-médico-assistenciais. 5. Maternidade.  
6. Relações de gênero. I. Título.

CDD. 22. ed. 331.4098164

**Roberta Adamoli Santin Leal**

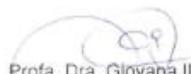
**MATERNIDADE, INFÂNCIA E GÊNERO EM RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO NA  
REGIÃO CARBONÍFERA DE CRICIÚMA/SC: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS SÓCIO-  
MÉDICOS-ASSISTENCIAIS MEDIADAS PELA SATC**

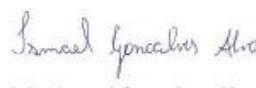
**(1960-1980)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 30 de março de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.ª Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro  
(Presidente e Orientadora - PPGDS/UNESC)

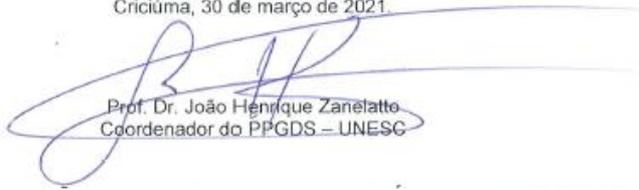
  
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves  
(Coorientador - UNESC)

  
Prof.ª Dr.ª Georgiane Garabely Heil Vázquez  
(Membro – UEPG)

  
Prof.ª Dra. Giani Rabelo  
(Membro – UNESC)

  
Roberta Adamoli Santin Leal  
(Discente)

Criciúma, 30 de março de 2021.

  
Prof. Dr. João Henrique Zanetatto  
Coordenador do PPGDS – UNESC

## AGRADECIMENTOS

É com grande alegria e entusiasmo que chego, no tão aguardado momento de agradecer aqueles que acompanharam essa trajetória de perto ou de longe. O que posso afirmar é que não foi um caminho solitário, e sim constituído de muito apoio, incentivos e compreensão.

Primeiramente, agradeço ao meu companheiro, amigo, pai do meu filho, meu esposo Jackson, que de longe foi meu maior incentivador para a entrada no mestrado, companheiro de longos anos, com quem me aventuro há 15 anos nessa estrada, meio torta por vezes, que é o casamento. E quem sempre esteve presente, desde a graduação até o momento. Te amo.

Ao meu filho, Juan, meu amor maior, com quem aprendo todos os dias a ser mãe, que a cada dia me faz descobrir coisas novas sobre a maternidade, as alegrias, as preocupações e até mesmo as frustrações, que passou por todos os processos comigo e com o Jack, e por quem tenho o amor mais legítimo e o maior orgulho do ser humano que está se formando. Te amo!

À minha querida orientadora, professora Giovana, que tive o prazer e o privilégio para me guiar até aqui. Agradeço, seu incentivo e confiança durante todo o processo de construção dessa dissertação. Com quem aprendi a gostar ainda mais de estudar e pesquisar sobre gênero, compartilhando seus conhecimentos de maneira gentil e sempre com excelência. Por quem tenho um carinho, respeito e admiração, não apenas como professora, mas pela mulher e ser humano ímpar, sempre preocupada com as pessoas que estão a sua volta. Não tenho palavras para descrever toda a gratidão em ter me aceito como sua orientanda, nesses dois anos de pesquisa, que foram mais leves graças a ela. E que certamente permanecerá como uma referência para mim. Obrigada!

Às duas mulheres da minha vida! Minha mãe Fátima, que mesmo separadas por quilômetros de distância, se faz presente todos os dias na minha vida, e que esse ano a saudade e ausência se marcou mais forte, por conta da impossibilidade de nos ver. À minha avó Maria Altina, que não poderia estar ausente nos agradecimentos, sou grata por todo seu amor, ensinamentos e carinho. Ao meu irmão, Pedro, e ao meu pai, Antonio!

À minha sogra Margarete, que sempre me apoiou e esteve presente na minha vida, que cuidou com todo carinho do Juan, para que assim eu pudesse terminar minha graduação, minha especialização, e hoje estar aqui. Meu carinho e admiração pela mulher que é!

Aos meus queridos amigos de longa data, e hoje compadres, que mesmo com quilômetros de distância, estão sempre ao meu lado, a quem eu amo muito, Jaque e Róbson e meu afilhado Heitor; e Kédi e Ricardo e meu afilhado Miguel. Obrigada por tudo.

Aos meus amigos, Conti, Duda, Valéria, Sara e Alex com quem pude dividir as aflições do mestrado, e me aguentaram quando dava umas “surtadas”, se constituem como família para nós. A minha amiga Vera, que com sua gentileza e carinho nos recebeu em sua família.

À minha amiga Fran, que esteve presente desde o processo anterior ao mestrado até o momento. Que me apoiou quando precisei, sempre com palavras de incentivo, e com que pude compartilhar esses dois anos!

Às minhas colegas e amigas do mestrado, Marina, Meline, Maristela, Thayara e Rayane. Um grupo, de mulheres que possibilitou excelentes discussões sobre gênero, dos textos das aulas; dividindo as alegrias, as angústias do mestrado e da vida. Com quem quero dividir muitos momentos mais.

À Marina em especial, com quem tive o privilégio de dividir as aulas no estágio de docência, sem dúvida foi um momento de muito aprendizado. E por quem tenho enorme carinho e admiração. Obrigada pela parceria e amizade.

Ao meu coorientador, professor Ismael, sempre com contribuições pertinentes para elaboração do projeto de pesquisa e da dissertação. Que abriu as portas de sua sala de aula, para realização do estágio de docência. Obrigada pela confiança e pela oportunidade.

A todos professores do PPGDS, que de alguma forma contribuíram no meu processo de formação para docência, em especial a professora Giani, que juntamente com a professora Giovana, ministraram com excelência a disciplina de gênero, educação e trabalho, provocando reflexões e debates em sala de aula, que levarei sempre comigo. A secretária do PPGDS, Luciana sempre disponível e gentil.

A todos os profissionais do CEDOC, sempre muito solícitos para a realização da pesquisa no acervo histórico, em especial a Lizi, por sua gentileza, sempre disposta a ajudar e orientar no processo de pesquisa nos acervos. Sem sua contribuição, o processo teria sido mais penoso e difícil.

À minha banca de qualificação, professoras Dra. Giani e Dra. Georgiane, pelas contribuições e considerações acerca da pesquisa, indicação de bibliografias e demais documentos para a construção de um trabalho qualificado.

À CAPES que possibilitou minha manutenção no mestrado através da taxa, sem a qual não teria sido possível realizá-lo. Ao CNPq por seu apoio financeiro para o desenvolvimento da pesquisa “Cuidando das Famílias Pobres: A Assistência Social Materno Infantil na Região Carbonífera Catarinense (1930-1980)”, da qual faço parte.

Por fim, a todos meus familiares e amigos que contribuíram de forma direta ou indireta para a execução deste trabalho.

“O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados, física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro – amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que seu desempenho esteja de acordo com que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo o escritório, de toda a mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas.”

Silvia Federici

## RESUMO

Na presente dissertação, buscou-se analisar quais discursos de gênero sobre maternidade e infância foram produzidos em políticas sócio-médico-assistenciais, mediadas pela SATC e articuladas a relações capital-trabalho, na região carbonífera Criciúma/SC, no período de 1960-1980. Para a realização da pesquisa, com base na análise discursiva proposta por Michel Foucault, foram selecionados e analisados relatórios produzidos pela SATC e legislações. Como principais considerações analíticas, ressalta-se que políticas sócio-médico-assistenciais promoveram e instituíram novas formas de viver à população operária pobre, sobretudo, a mulheres, com o intuito de adequá-las ao modelo societário urbano-industrial em desenvolvimento. Fundamentadas em produções discursivas de gênero, as políticas tinham como foco determinado modelo ideal de mulher, instituído pela posição mulher-esposa-mãe, disciplinada e responsável por atividades domésticas e de cuidados. Foram identificados processos históricos de ressignificação da maternidade e da infância, em que elementos socioculturais, articulados a interesses políticos e econômicos produziram novas formas de exercer a maternidade, mediante normas e discursos ancorados em determinismos biológicos, com pretensa naturalização das mulheres para a maternidade. O espaço doméstico e atividades de cuidado (dos filhos e do marido) foram atribuídos a mulheres, a fim de manter a reprodução de um modelo de família (urbana-nuclear-burguesa) e condições necessárias aos homens para manutenção do *status* de provedor. Nesse contexto, a análise demonstrou como o capital, para a sua manutenção e ampliação, utilizou-se do trabalho reprodutivo, realizado por mulheres e aprofundou assimetrias de gênero pela divisão sexual do trabalho. Também, como o Estado e demais instituições a serviço do capital, por meio da disciplina e de uma biopolítica da população, apropriaram-se de saberes para implementar políticas sócio-médico-assistenciais, que reforçaram a posição mulher-esposa-mãe.

**Palavras-chave:** Gênero; maternidade; trabalho reprodutivo e de cuidados; políticas sócio-médico-assistenciais; região carbonífera.

## ABSTRACT

In this dissertation, we sought to analyze which gender discourses about motherhood and childhood were produced in socio-medical-assistance policies, mediated by SATC and articulated to capital-labor relations, in the coal region Criciúma / SC, in the period 1960-1980 . To conduct the research, based on the discursive analysis proposed by Michel Foucault, reports produced by SATC and legislation were selected and analyzed. As main analytical considerations, it is emphasized that socio-medical-assistance policies promoted and instituted new ways of living for the working-class population, especially women, with the aim of adapting them to the developing urban-industrial societal model. Based on discursive gender productions, the policies focused on a certain ideal model of woman, instituted by the woman-wife-mother position, disciplined and responsible for domestic and care activities. Historical processes of resignification of motherhood and childhood were identified, in which socio-cultural elements, linked to political and economic interests, produced new ways of exercising motherhood, through norms and discourses anchored in biological determinisms, with the supposed naturalization of women for motherhood. The domestic space and care activities (of the children and the husband) were assigned to women, in order to maintain the reproduction of a family model (urban-nuclear-bourgeois) and necessary conditions for men to maintain the status of provider. In this context, the analysis showed how capital, for its maintenance and expansion, used reproductive work, performed by women and deepened gender asymmetries by the sexual division of labor. Also, like the State and other institutions in the service of capital, through discipline and a biopolitics of the population, they appropriated knowledge to implement socio-medical-assistance policies, which reinforced the woman-wife-mother position.

**Keywords:** Gender; maternity; reproductive and care work; socio-medical-assistance policies; coal region.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento de Nível Superior
CEDOC	Centro de Memória de Documentação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSO	Caixa de Seguro Obrigatório
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
SATC	Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão
SC	Santa Catarina
SESI	Serviço Social da Indústria
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO DE CUIDADOS .....</b>	<b>19</b>
2.1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: BUSCANDO A COMPATIBILIZAÇÃO DE DISTINTAS MATRIZES.....	20
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: OS TRABALHOS REPRODUTIVO E DE CUIDADOS DESIGNADOS ÀS MULHERES .....	23
2.3 O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS A SERVIÇO DO CAPITAL..	36
<b>3 POLÍTICAS MATERNO-INFANTIS: DA INSTITUIÇÃO DO CUIDADO AO CONROLE DOS CORPOS FEMININOS .....</b>	<b>45</b>
3.1 MATERNIDADES E INFÂNCIAS CONSTRUÍDAS .....	46
3.2 MATERNIDADES, ESTADO E POLÍTICAS MATERNO- INFANTIS.....	57
<b>4 MATERNIDADE, INFÂNCIA E GÊNERO NA REGIÃO CARBONÍFERA DE CRICIÚMA/SC: (PER)CURSOS DA SATC EM POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS (1960-1980).....</b>	<b>72</b>
4.1 RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO E SEUS EFEITOS NOS MODOS DE VIDA EM VILAS OPERÁRIAS .....	73
4.2 A SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO (SATC) EM POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS .....	81
4.3 A FORMAÇÃO DE BOAS MÃES E ESPOSAS EM CURSOS POPULARES: POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAS COMO DEMANDAS DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO.....	85
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se insere no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, centrado na análise da maternidade e da divisão sexual do trabalho, com ênfase no trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados). Tem como linha de investigação a produção discursiva de gênero, sobretudo, nos âmbitos do trabalho doméstico e de uma nova maternidade imposta às famílias de mineiros, a partir de políticas sócio-médico-assistenciais, que se apresentam como parte do projeto brasileiro de desenvolvimento, na primeira metade do Século XX, em meio ao processo desenvolvimentista nacional baseado na industrialização.

A pesquisa proposta integra um projeto de maior abrangência territorial e em linhas de investigação, intitulado “Cuidando das Famílias Pobres: A Assistência Social Materno Infantil na Região Carbonífera Catarinense (1930-1980)”, desenvolvido com o apoio financeiro do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O projeto de base tem como objetivo geral analisar a interação entre os setores público e privado na elaboração e execução de políticas sociais destinadas à maternidade e a infância pobre da Região Carbonífera de Santa Catarina (Lauro Müller, Criciúma e Tubarão) entre os anos de 1930 a 1980.

Nesse sentido, ressalta-se a questão da produção de discursos sobre o ideal de maternidade e como foram utilizados, de acordo com interesses político-econômicos, em um projeto capitalista de desenvolvimento socioeconômico. Desta forma, é importante problematizar discursos de gênero que foram construídos e impostos a um contingente populacional, bem como seus efeitos nas relações sociais e de produção, permeados por determinismos biológicos, naturalização de espaços, de atividades e competências diferentemente atribuídas a mulheres e homens.

Problematiza-se como a maternidade passou a ser percebida na sociedade moderna, passando por ressignificações no processo histórico, alinhando-se a discursos com interesses políticos e econômicos. Interesses que tinham como objetivo designar o espaço doméstico, de cuidado dos filhos e marido às mulheres como fundamentais para sua realização e felicidade, alcançando o status de boa mãe e mulher virtuosa, ao passo que promoviam os homens como chefes e provedores da família.

Tratava-se da normalização de discursos de gênero, baseados em uma pretensa moralidade, idealizada pelas elites intelectuais e sociais. No campo teórico e conceitual de gênero, a compreensão mobilizada segue pressupostos elaborados por Joan Scott (1995), que evidenciam processos históricos, socioeconômicos, políticos, culturais e subjetivos que possibilitam analisar como a construção das diferenças percebidas entre homens e mulheres é permeada por relações de poder.

Assim, constitui-se como uma questão central entender a hierarquização de gênero e das relações sociais marcadas pelo modelo econômico vigente, que vulnerabiliza e marginaliza determinadas parcelas da população. A partir disso, a linha de investigação escolhida é a produção discursiva de gênero, sobretudo, nos âmbitos do trabalho doméstico e de cuidados envolvendo uma nova maternidade imposta às famílias de mineiros a partir de políticas sócio-médico-assistenciais. Busca-se problematizar a produção de discursos de gênero sobre novas formas de exercer a maternidade e o cuidado dos/as filhos/as, como forma de “domesticar e disciplinar” mulheres em vilas operárias da região carbonífera de Criciúma/SC, no sentido do cuidado de futuros trabalhadores mineiros e de suas famílias.

No contexto situado, a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), criada em 1959, ocupou importante posição na proposição, articulação e mediação de ações sócio-médico-assistenciais em consonância com o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente. A partir de 1964, a SATC iniciou atividades assistenciais junto a famílias de mineiros, até o ano de 1981, quando foi finalizado o convênio com a congregação religiosa “Pequenas Irmãs da Divina Providência”.

O contato com documentos da SATC relativos a atividades que foram desenvolvidas na região, em parceria com instituições e profissionais, ocorreu em pesquisas realizadas em acervos disponíveis no Centro de Memória e Documentação da UNESCO (CEDOC), bem como por meio de dissertações e teses sobre temáticas envolvendo a região carbonífera. Entre os documentos localizados e previamente selecionados, para a elaboração da dissertação, foram selecionados os que integram um conjunto de relatórios de atividades referente ao exercício das décadas de 1960 a 1980.

Frente aos apontamentos iniciais, como objetivo geral de pesquisa, busca-se analisar quais discursos de gênero sobre maternidade e infância foram produzidos em políticas sócio-médico-assistenciais mediadas pela SATC e articuladas com as relações capital-trabalho na região carbonífera Criciúma/SC no período de 1960-1980. Para o

desenvolvimento do estudo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: identificar e analisar o papel de intuições assistenciais na promoção de políticas materno-infantis examinando seu efeitos na construção dos discursos de gênero sobre a maternidade e a infância; analisar como diferentes agentes sociais se utilizaram dos espaços assistenciais como forma de impor à população operária normas e padrões de comportamento alinhados ao modo de vida urbano-industrial, ancorados em normas de gênero; discutir a importância de políticas sócio-médico-assistenciais na suposta “harmonização” das relações capital-trabalho promovendo a divisão sexual, por meio do trabalho doméstico e de cuidados realizado por mulheres.

Justifica-se o interesse pela pesquisa sobre a temática gênero a partir da motivação em compreender empiricamente as implicações que decorrem da mesma e constituem as relações sociais. Como mulher-mãe e profissional, surgiram inquietações provocadas pelo cotidiano das relações que se estabelecem nos diferentes espaços pelos quais se transita. Na esfera privada e/ou na esfera pública/produtiva, esses espaços são marcados por normas de gênero, as quais hierarquizam relações entre homens e mulheres, estabelecendo posições sociais e a divisão sexual do trabalho.

Para a elaboração da temática e revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa preliminar acerca de estudos sobre a assistência materno-infantil e assistência a famílias dos operários das empresas carboníferas. Inicialmente, foram identificados e selecionados estudos que tiveram como foco a região Sul de Santa Catarina, dentre os quais destacam-se: *Artes de viver: recriando e reinventando espaços-memórias das famílias da vila operária mineira próspera criciúma (1945-1961)* (COSTA, 1999); *Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX* (RABELO, 2007); *(Re)construindo a maternidade: as políticas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)* (ALVES, 2014); *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)* (CAROLA, 2002).

Trabalhos que tratam, entre outros aspectos, de questões que trabalhadores/as enfrentavam nas esferas produtiva e reprodutiva, auxiliando para compreensão de como viviam as famílias, as mulheres, e como, naquele contexto, era vivenciada a divisão sexual do trabalho. A leitura dos trabalhos possibilitou observar a pertinência da realização de novos estudos como forma de ampliar o campo de reflexões sobre questões de gênero e da divisão sexual do trabalho, em políticas sócio-médico-

assistenciais sobre a maternidade e a infância na relação capital-trabalho na região carbonífera de Criciúma/SC.

Em conformidade com os objetivos elaborados, essa pesquisa se desenvolve com base na análise discursiva de Michel Foucault, por meio da qual se propõe considerar a produção de discursos a partir de relações de saber e poder. Como aborda o autor:

A análise do campo discursivo é orientada de forma diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2004, p.31).

Assim, adota-se a pesquisa documental e histórica de modo a buscar elementos que permitam compreender condições materiais e simbólicas de um conjunto específico de políticas sócio-médico-assistenciais, envolvendo a maternidade e a infância na relação capital-trabalho, como parte de um projeto de desenvolvimento socioeconômico da região carbonífera de Criciúma.

Quanto às fontes documentais, elenca-se algumas que são de grande valor qualitativo, tais como: documentos oficiais; arquivos, cartas e documentos pessoais; legislação; literatura; periódicos; fotografias e registros institucionais que fazem parte da história regional. No que diz respeito às fontes escritas, é preciso tratá-las como objetos não naturais, construídos para atender a uma determinada finalidade histórica e aos interesses de um determinado grupo. A multiplicidade documental é de singular importância por não permitir uma análise simplista e redundante do objeto de pesquisa. Como escrevem Martins e Theóphilo (2009, p.55), “a pesquisa documental emprega fontes primárias, assim considerados materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa.”

Conforme apresentado na parte inicial da introdução, a presente dissertação integra um projeto de pesquisa mais amplo, em que foram identificadas fontes documentais para subsidiar o estudo sobre a região carbonífera de Santa Catarina, no período de 1930-1980, dentre os quais destacam-se:

Documentos produzidos por agentes públicos- médicos-que ocuparam cargos na estrutura político-administrativa do Estado brasileiro, influenciando substancialmente na elaboração de políticas públicas voltadas para a proteção da maternidade e infância; arquivos Históricos de Florianópolis, Criciúma e Tubarão, onde encontram-se arquivados os periódicos locais, dos quais

podemos encontrar inúmeras colunas médicas dedicadas as mães; livros, cartilhas e manuais elaborados por especialistas para as mães no intuito de popularizar os princípios da puericultura; arquivos da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) onde foi instituído um departamento de assistência materno-infantil voltado para as trabalhadoras das zonas de mineração (ALVES et al., 2018, p.15).

No caso específico, esta pesquisa tem como foco relatórios de atividades produzidos e entregues pela SATC, localizados no acervo do CEDOC/UNESC. Nos relatórios, eram descritos os atendimentos realizados pelas agentes sociais nas vilas operárias da região carbonífera de Criciúma. Conforme disponibilidade, o período selecionado foi 1965 a 1981, quando foram encerrados os atendimentos nas vilas operárias. Entre as ações realizadas e registradas, mais diretamente, analisa-se cursos populares, direcionados a mulheres dos mineiros e suas filhas, os quais eram ministrados por religiosas da igreja católica (agentes sociais).

Para a construção do estudo, parte-se da análise bibliográfica sobre os principais conceitos e categorias analíticas, fundamentais para a realização da pesquisa, tais como gênero, divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, a maternidade, inserida na lógica capitalista de produção e, também, o conceito de projeto de desenvolvimento que teve ampla discussão no decorrer no século XX.

Nesse contexto, ressalta-se a construção do trabalho das mulheres como um espaço demarcado por desigualdades de gênero na sociedade patriarcal capitalista, que a situam estrita e preponderantemente nas atividades de cuidado como algo naturalizado, como atribuição intrínseca desde um determinismo biológico.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, opta-se por uma abordagem eminentemente teórica, acerca de categorias de análises centrais para a pesquisa e que subsidiam as análises realizadas nos capítulos 3 e 4. No primeiro capítulo, intitulado Gênero e divisão sexual do trabalho na análise do trabalho doméstico de cuidados, são apresentadas as categorias que se constituem como centrais para a pesquisa. Como o gênero, em que se utiliza dos pressupostos teóricos de Joan Scott (1995), articulando com teóricas acerca da divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico e de cuidados. Fundamentado com literatura clássica e contemporânea, o foco foi a articulação com o desenvolvimento do capitalismo e as transformações na divisão sexual de trabalho.

Buscou-se demonstrar que ao longo da historicidade e de acordo com normas e valores sociais, culturais e interesses político-econômicos, as mulheres foram

posicionadas nas sociedades numa relação secundária em relação aos homens; e com o surgimento e avanço do capitalismo, as assimetrias de gênero foram aprofundadas, marginalizando ainda mais as mulheres. Através de discursos e normatizações revestidos por determinismos biológicos baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, elas foram (re)conduzidas para a esfera doméstica. Nesse sentido, procura-se demonstrar e problematizar como o capital se utilizou (e se utiliza) do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres para sua manutenção e ampliação.

O segundo capítulo, intitulado Políticas materno-infantis: da instituição do cuidado ao controle dos corpos femininos, trata de algumas políticas e um conjunto específico de legislações direcionadas à maternidade e à infância, constituídas por discursos heteronormativos, que naturalizam a representação de que a maternidade é intrínseca às mulheres, centralizando e direcionando a responsabilidade dos cuidados, que são essenciais para efetivação das políticas direcionadas à infância. Analisa-se os discursos que ressignificaram a maternidade e a infância, partindo de interesses políticos e econômicos, em que o saber-poder científico foi utilizado para a legitimação e construção da imagem de mãe ideal. E, como o Estado, por meio de uma biopolítica da população em relações de poder-saber, apropriou-se de pressupostos sobre mulheres-mães para implementar políticas que aprofundaram e segmentaram as relações de gênero na sociedade.

No terceiro e último capítulo que tem como título Maternidade, Infância e Gênero na Região Carbonífera de Criciúma: (per)cursos da SATC em políticas sócio-médico-assistenciais (1960-1980), o período histórico e o cenário nacional é brevemente contextualizado, com foco no plano de desenvolvimento socioeconômico nacional, e, nesse contexto, o desenvolvimento industrial e urbano na região carbonífera de Criciúma/SC. De maneira breve é apresentada a instituição SATC que, além de interesses para promover melhores condições de vida à população operária, atendia a interesses políticos e econômicos. Com estratégias e práticas pedagógicas, promoveu transformações sociais e culturais para disciplinar e instrumentalizar mulheres a determinado ideal feminino – de acordo com determinado modelo de família nuclear e ideal burguês – contribuindo na manutenção e reprodução do capital. Realiza-se uma breve descrição de como as vilas operárias e as famílias estavam organizadas, a fim de identificar condições de possibilidade na análise de discursos produzidos nos relatórios, em especial, no âmbito dos cursos populares.

## **2 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO DE CUIDADOS**

No presente capítulo, busca-se abordar algumas questões que são de fundamental importância na pesquisa da dissertação, tais como gênero, a divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, inseridas na lógica capitalista de produção. Inicialmente, parte-se de uma breve abordagem do processo, social e histórico, em que as mulheres têm seu lugar definido e limitado ao espaço privado. A construção sociocultural de um modelo idealmente feminino ganha amplitude e se solidifica com o avanço do capitalismo industrial. Discursos baseados num determinismo biológico e de naturalização relegam as mulheres a atividades preponderantemente de cuidado no espaço familiar privado e, de igual forma, produzem uma maternidade romantizada e idealizada como destino.

Nesse sentido, a percepção de maternidade ganha novas formas durante o processo histórico sociocultural e econômico, impondo deveres e obrigações às mulheres-mães no cuidado dos filhos, as marginalizam ainda mais no espaço doméstico, sobretudo, as de classe e grupos desfavorecidos e marginalizados. Compreender o projeto de desenvolvimento econômico brasileiro é fundamental, na medida em que o capitalismo industrial avançou implicou mudanças significativas nos modos de vida das famílias, promovendo uma reestruturação social e cultural a partir de necessidades do capital que atravessam as relações sociais e de produção, reproduzindo estruturalmente a divisão sexual do trabalho.

Para análise dessas categorias (gênero e divisão sexual do trabalho), utiliza-se conceitos que têm como objeto de estudo essas temáticas. Os conceitos de gênero e de divisão sexual do trabalho, como categorias analíticas centrais da pesquisa, respectivamente, foram abordados com base na construção teórica elaborada nos estudos de Joan Scott (1995), de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007). O estudo é construído a partir do desafio de dialogar com um referencial teórico de intelectuais e estudiosas da categoria gênero que orientam suas pesquisas por vertentes epistemológicas distintas (Joan Scott que segue uma linha de análise discursiva e do campo simbólico e Heleieth Saffioti na perspectiva marxista-materialista.)

Nas obras “Gênero, Patriarcado, Violência” (2015) e “A Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade” (2013), de Heleieth Saffioti, e “Contrato Sexual” (1993) de Carole Pateman, as autoras seguem uma linha de estudos a partir de uma perspectiva materialista e que contribui, juntamente, com outras intelectuais, para a compreensão acerca da inserção das mulheres nos espaços públicos e privados. As autoras apresentam em seus estudos elementos do processo sócio-histórico da sociedade moderna que contribuíram para legitimar as desigualdades e a opressão sofridas pelas mulheres ao longo dos séculos.

Saffioti e Pateman contribuem para a compreensão das tensões que permeiam as relações de gênero na sociedade patriarcal e no universo do trabalho, que é a base material dessas relações. Tal posicionamento dialoga com o conceito de divisão sexual do trabalho proposto por Helena Hirata e Danièle Kergoat. Joan Scott apresenta elementos de análise da categoria gênero, em um sentido socioeconômico, cultural, político e, também, subjetivo, com ênfase nas relações de poder e simbólicas que produzem as diferenças percebidas entre os sexos, que converge para a análise discursiva de Michel Foucault.

Essas diferentes perspectivas e linhas teóricas são articuladas para buscar desvelar, no plano teórico e metodológico, a complexidade das relações de gênero e suas tensões, o que permite contribuir com a compreensão do modelo de desenvolvimento histórico adotado na realidade brasileira.

## 2.1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: BUSCANDO A COMPATIBILIZAÇÃO DE DISTINTAS MATRIZES

Para compreensão da hierarquização de gênero estabelecida nas sociedades que constituem as relações sociais, é necessário problematizar a categoria gênero, a partir de um arcabouço intelectual, que se propõe a desconstruir discursos e modelos heteronormativos dominantes, representados pelo modelo binário (homem-mulher), que se fundamenta em diferenças biológicas entre os sexos para inferiorizar e impor às mulheres normas de comportamento, que restringem espaços e atividades, situando-as em posições secundárias em relação aos homens.

A linha e referencial teórica central utilizada para essa pesquisa se dá partir dos estudos de Joan Scott que propõe uma análise de como as relações de gênero são construídas por processos históricos, constituídos por elementos socioeconômicos, políticos, culturais e subjetivos, permeados por relações de poder. Joan Scott (1995, p.86) apresenta seu conceito de gênero e o divide em duas partes, não no sentido de fragmentar sua definição como se fossem análises individuais e desconexas umas das outras, mas porque “devem ser analiticamente diferenciados” e, nesse sentido, escreve: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”

Scott escreve que a primeira parte de sua definição de gênero possui quatro elementos que estão inter-relacionados: (1) representações simbólicas, em que traz à luz exemplos de duas figuras femininas dicotômicas entre si, Eva e Maria, símbolos do pecado e da inocência, da ousadia e da obediência, enquanto uma é inscrita como pecadora, o “modelo” de mulher a ser repellido e condenado, a outra simboliza uma mulher virtuosa, recatada, imaculada, fiel, modelo a ser seguido, essas representações inferem e fomentam modelos/padrões do que seria bom e mau, que deveria ser utilizado/compreendido como norma e o que deve ser “demonizado” nas sociedades; (2) conceitos normativos “que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p.86) e que manifestam/comunicam interpretações dos símbolos, impressos no sujeito por instituições educacionais, religiosas, científicas e políticas, as quais constroem representações do feminino e do masculino; (3) organizações e instituições sociais, nas esferas educacionais, políticas e econômicas, como elementos que produzem o gênero por meio de normas e que são construídas baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e (4) identidade subjetiva, historicamente construída, como um aspecto do gênero, atrelada aos elementos anteriores.

Desta forma, compreende-se a complexidade e amplitude da categoria gênero, constituída por elementos interligados e articulados, que, se analisados de forma isolada não possibilitariam identificar processos históricos por meio dos quais o gênero é produzido. Nessa linha, Scott teoriza a segunda parte de seu conceito e aponta o gênero como um meio para a articulação do poder, entendendo este como um elemento circular, que permeia as relações sociais e institucionais. A teoria da autora sobre gênero

evidencia a construção social, cultural e hierarquizada das relações sociais, institucionais e dos espaços que constituem a base para a compreensão e análise desta pesquisa. Entendendo que essa construção social, baseada nas diferenças entre os sexos, constrói e estabelece as desigualdades entre os homens e mulheres, tanto no espaço privado quanto no público, conferindo à divisão sexual do trabalho uma centralidade nas relações de saber e poder, conforme destacado no próximo capítulo.

Na mesma linha crítica, Saffioti (2015, p.124), em sua obra “Gênero, Patriarcado e Violência”, originalmente publicada em 2004, traz contribuições para a problematização da categoria gênero e escreve que o “[...] gênero diz respeito as representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino?”. Para Saffioti (2005, p.48), existe um “nó formado por três contradições sociais básicas” que são as questões de gênero, raça/ etnia e classe. Como a própria autora expressa, não se trata de “variáveis quantitativas”, mas de especificidades que complexificam ainda mais as questões de gênero e que estão “enlaçadas em um nó”. E, “no nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória.” (SAFFIOTI, 2015, p.133). As três contradições adquirem formas distintas no decorrer do processo histórico e da realidade em que estão inseridas.

Um outro ponto importante destacado na obra Gênero, Patriarcado e Violência (2015), é a categoria do patriarcado. A autora apresenta a relevância e a necessidade dessa categoria para os estudos de gênero, demonstrando que o gênero, como categoria analítica, é muito mais amplo, acompanha o desenvolvimento da humanidade e das sociedades, e que o patriarcado é um fenômeno recente (tem seu início do desenvolvimento das sociedades capitalistas e industrial). A autora acrescenta que “embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo corpo social” (SAFFIOTI, 2015, p. 130), pautado nas desigualdades e na opressão. Desta forma, argumenta que este conceito não pode ser descartado e se constitui em importante elemento para análise das relações de gênero.

Assim, a autora traz o “conceito de poder” de Foucault como elemento importante a ser analisado nos estudos de gênero que permeiam as relações sociais e institucionais; e que em seus estudos demonstra como as desigualdades entre as mulheres

e homens são construídas nas sociedades, e não acredita na dissociação dos estudos de gênero do patriarcado. Nesse sentido, é importante considerar a contribuição para a análise do tema da presente pesquisa das autoras mencionadas.

Joan Scott não descarta a perspectiva marxista e materialista das desigualdades entre os homens e as mulheres. A autora questiona “como” essas representações do masculino e do feminino foram produzidas, o que possibilita a desconstrução de definições normativas.

A ênfase no “como” sugere um estudo de processos, não de origens, causas múltiplas, ao invés de causas únicas, da retórica ou do discurso, ao invés da ideologia ou da consciência. Não se abandona a atenção às estruturas e instituições, mas se insiste em que precisamos entender o que essas organizações significam para poder entender como elas funcionam. (SCOTT, 1994, p. 16).

Nessa perspectiva, para a compreensão das estruturas de poder, do sistema hierárquico e de interesses que operam em favor da manutenção do modelo heteronormativo na sociedade, e até mesmo compreender o patriarcado como categoria analítica, é necessário analisar “como” foram produzidos e estabelecidos, e que não há “uma separação entre as condições materiais e os pensamentos e as ações humanas” (SCOTT, 1994, p. 18), pois derivam de produções discursivas.

## 2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: OS TRABALHOS REPRODUTIVO E DE CUIDADOS DESIGNADOS ÀS MULHERES

Para análise da divisão sexual do trabalho é importante problematizar o patriarcado, pela observação de que nos estudos de gênero há linhas que não utilizam tal categoria de análise. Para o presente estudo a categoria patriarcado é relevante, visto que contribui para a compreensão da categoria divisão sexual do trabalho e como as mulheres estão inseridas na sociedade moderna. As teóricas Heleieth Saffioti e Carole Pateman em suas obras abordam de maneira substancial essa categoria, demonstrando como o patriarcado moderno ainda opera.

Quando se elenca o patriarcado nos estudos de gênero, é necessário compreender essa categoria como algo novo e “específico das relações de gênero” (SAFFIOTI, 2015, p.126). O sistema patriarcal é demarcado pelas relações hierarquizantes de dominação e subordinação por estruturas de poder e controle, entrelaçado com as estruturas do modo

de produção capitalista que está tanto no meio social como, também, nas estruturas estatais. Como escreve Saffioti (2015, p.57):

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos trata-se de esferas distintas: são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social.

Carole Pateman, em sua obra *O Contrato Sexual* (1988) traz reflexões sobre a teoria do contrato original. Pacto da sociedade moderna, produzido por contratualistas-homens, para os homens, no qual as mulheres figuram como objeto e parte passiva nesse contrato, originalmente masculino, que funda a sociedade moderna. Pateman analisa o quanto a liberdade e a sexualidade das mulheres são limitadas e controladas a partir desse momento.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Em sua obra, demonstra como as relações desiguais entre homens e mulheres se consolidaram a partir desse período; colocando os homens como patriarcas da família e da sociedade, e as mulheres em posição secundária, não reconhecidas enquanto cidadãs e trabalhadoras. Pelo não reconhecimento, as mulheres necessitavam da tutela masculina, de proteção e do casamento para garantir sua existência, subordinando seus corpos aos desejos e necessidades da figura masculina, ou seja, dos pais e esposos, como observou Pateman (1993, p.192): “Uma esposa obtém seus meios de sustento (“proteção”) por meio de seu marido, e também os meios para executar suas tarefas [...] Ela depende da benevolência de seu marido[...].”

O contrato social legitima aos homens transitarem nas esferas pública e privada, enquanto as mulheres ficaram relegadas à segunda – o espaço privado. O patriarcado

fortalece ainda mais as relações desiguais de gênero, que antecede esse modelo econômico e social bem como o contrato social/sexual. Nesse sentido, a partir da construção social das relações e a separação entre os sexos, no que seria a função social de cada um na esfera produtiva, ou ainda, o que está estabelecido como atividade feminina e masculina sobre o que se fundamenta a divisão sexual do trabalho.

Helena Hirata e Daniéle Kergoat, em suas pesquisas sobre a Divisão Sexual do trabalho, elaboraram suas teorias a respeito dessa categoria e, em seu artigo *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho* (2007, p. 599), refletem essa divisão como uma “forma modulada histórica e socialmente”. As autoras tratam a divisão sexual do trabalho da seguinte forma:

Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Com isso, problematizam ainda mais o conceito e, para o entendimento de ambas, ele é ainda mais complexo e remete a dois princípios que organizam esse modelo de divisão: o “princípio da separação” e o “hierárquico”. O primeiro se refere às atividades/trabalho de mulheres e de homens; e, o segundo, o valor que é atribuído ao trabalho, que possui pesos diferentes quando realizados por mulheres e por homens (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599). Ambos são sustentados pela “ideologia naturalista” e justificados por um determinismo biológico. Fabiana Grecco (2018, p. 73) acrescenta que “nas sociedades capitalistas ocidentais há separação e hierarquia em todo o conjunto de trabalhos e isto se reflete, por exemplo, dentro das empresas, fábricas [...] unidades familiares, e cooperativas de trabalho.”

Dessa forma, os princípios da separação e da hierarquia são centrais para uma análise conceitual, o que também não significa que a divisão sexual é fixa e “imutável”. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho se altera à medida que a sociedade e as relações sociais se reconfiguram na modernidade, solidificam-se e aperfeiçoam as relações sociais a partir do capitalismo em cada estágio de desenvolvimento das suas forças produtivas.

Entende-se que a divisão é um dos efeitos das desigualdades de gênero, instituída por uma construção social e cultural como algo não estanque, oriunda do processo de desenvolvimento de um sistema econômico, político e social (forças

produtivas) que já demonstrava seu poder em sociedades pré-capitalistas de ordem patriarcal. Para elucidar o processo histórico-social em que as mulheres foram reguladas e conduzidas ao espaço privado, é preciso discorrer sobre importantes elementos que, com o desenvolvimento das sociedades modernas e dentro do modo de produção capitalista, contribuíram para a construção das desigualdades de gênero nos espaços privado e de produção, consolidando e impondo uma naturalidade a partir das diferenças biológicas.

Portanto, é necessário trazer à luz o processo de mudanças que ocorre nas sociedades, especificamente, nas famílias até chegar à modernidade, pois essas transformações implicaram às mulheres opressões históricas profundas que ainda permanecem no meio social e em espaços pelos quais elas transitam. Para tanto, parte-se das contribuições de Friedrich Engels (2019), que em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (publicado originalmente em 1884), aponta transformações de modelos e arranjos familiares a partir do surgimento da propriedade privada e do casamento monogâmico. Engels traz em seus escritos desde o estágio da família consanguínea até situar a família monogâmica, descrevendo como as relações sociais entre os homens e as mulheres foram se construindo e reproduzindo uma inferioridade e submissão das mulheres em relação aos homens.

Deste modo, cabe frisar que não faz parte desta análise descrever todos os arranjos familiares pelos quais as sociedades desde os tempos e sociedades primitivas passaram, mas apresentar elementos que demonstram como as necessidades econômicas impuseram reformulações na família e em sua organização, a fim de garantir a produção de riquezas e a garantia de continuidade familiar através dos filhos, tendo a fidelidade das mulheres “assegurada” pela monogamia.

*Família monogâmica:* [...] sua vitória definitiva é uma das marcas distintivas da civilização incipiente. Ela se funda no domínio do homem, a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, e essa paternidade é exigida porque um dia os filhos deverão assumir, como herdeiros naturais, o patrimônio paterno (ENGELS, 2019, p.64).

Foi possível, segundo Engels (2019), após a linhagem segundo o direito materno ter sido substituída pelo paterno, o que representou a submissão das mulheres em relação aos homens, porém não insere a ideia de matriarcado.

A derrubada do direito materno representou a *derrota do sexo feminino no plano da história mundial*. O homem assumiu o comando também em casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e

mero instrumento de procriação. Essa posição humilhante da mulher, que aflora principalmente entre os gregos do período heroico e, mais ainda, do período clássico, foi gradativamente floreada e dissimulada e, em parte, revestida de formas atenuadas; mas de modo algum foi eliminada (ENGELS, 2019, p. 60).

Seguindo nessa linha, Engels apresenta o casamento monogâmico como elemento importante que incide nas relações entre os sexos e que coloca os homens como superiores em relação às mulheres. Refere ainda que o casamento monogâmico foi um “grande progresso histórico” (ENGELS, 2019, p.68), mas que, em contrapartida, para seu fortalecimento promoveu a opressão das mulheres em detrimento do desenvolvimento.

Nesse sentido, a família monogâmica se consolida a partir das necessidades econômicas colocando o homem como um ser soberano, as mulheres como seres secundários, e os filhos como herdeiros. Como escreve Engels (2019, p.68), “a primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando a geração de filhos”. Compreender como o trabalho das mulheres foi marginalizado e reduzido ao espaço doméstico a partir de uma necessidade imposta por um modelo econômico em ascensão se torna necessário e possibilita desvelar como foi se estruturando a partir de relações de poder.

Segundo Saffioti (2013), em países como a França e a Inglaterra, o trabalho produtivo feminino sempre esteve presente em modos de produção pré-capitalistas.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior a revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as Crianças desempenharam um papel econômico fundamental (SAFFIOTI, 2013, p. 61-62).

Nessas economias e sociedades patriarcais, para que as mulheres participassem das atividades produtivas era necessário a tutela do marido, que também restringia suas atividades a determinados espaços. Desde tal período, a produtividade feminina era entendida como secundária e subsidiária ao do provedor masculino. A forma de inserção nesses espaços se dava por meio do casamento, sendo essa a última possibilidade da atuação feminina em espaços de produção; o casamento viabilizava o

trabalho feminino e, também, era sinônimo de status social e segurança econômica para as mulheres.

Conforme Saffioti (2013), o modelo de sociedade e de família patriarcal burguesa normatizou papéis/comportamentos de mulheres e de homens, ao marido a mulher devia obediência, subserviência e submissão, e ao homem o “papel” de provedor e patriarca da família. Mesmo nessas condições, mulheres sempre estiveram presentes nos modos de produção, enquanto a economia girava em torno da unidade familiar – mesmo de forma limitada e condicionadas às normas e padrões sociais que determinavam, naturalizavam comportamentos e identidades – elas transitavam por espaços públicos como força de trabalho e participavam de atividades para o desenvolvimento econômico familiar.

Essa relação começou a sofrer mudanças a partir das transformações e reformulação do modelo capitalista em que o valor de uso do produto (que corresponde à satisfação de uma necessidade) é substituído pelo valor de troca (quando as coisas tem seu valor de uso substituído pela mercadoria para circulação); “a partir do momento, entretanto, em que o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias, e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação” (SAFFIOTI, 2013, p. 54).

Flávia Biroli (2018, p.102) corrobora os apontamentos de Saffioti e destaca que “transformadas as famílias em unidades isoladas e não produtivas, restariam como elementos organizadores de sua vida a servidão doméstica das mulheres e o fardo da maternidade”. Conforme Saffioti (2013), as mulheres já eram percebidas como trabalhadoras menos produtivas e com menor valor social, justificadas por diferenças físicas e biológicas; desta maneira, compreende-se que o capitalismo industrial apenas fez acentuar e marginalizar ainda mais uma relação que já estava posta.

O trabalho doméstico é central para o debate e a compreensão da divisão sexual do trabalho desenvolvido no espaço privado e reprodutivo. Há muito é tema de estudos feministas e de gênero e ainda é atual a base para a manutenção do sistema econômico capitalista. Assim, recorre-se novamente a Hirata e Kergoat (2007, p.599) que chamam a atenção para a necessidade de problematizá-la:

[...] ao invés de se utilizar esse conceito para questionar a sociedade salarial (Fougeyrollas-Schwebel, 1998), fala-se em termos como “dupla jornada”, “acúmulo” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado.

Permeado por aspectos excludentes de gênero que abarcam um contingente populacional e de importantes categorias analíticas que compreendem sua constituição (raça, etnia e classe social), as quais hierarquizam as relações sociais e de produção, o trabalho reprodutivo e de cuidados, é atribuído às mulheres de forma naturalizada, utilizando-se de discursos marcados por pressupostos de gênero e pelo determinismo biológico, que são manejados para desigualar e colocar as mulheres em posições inferiores em relação aos homens.

Nesse sentido, o trabalho é explorado dentro e fora do lar; no primeiro caso, em que ocorre no próprio ambiente familiar, no espaço privado e sem remuneração, a mulher-mãe realiza o que naturalmente a sociedade espera da mesma, o cuidado da sua família pela realização de atividades domésticas, educação e cuidado dos filhos; e, no segundo caso, a exploração ocorre fora do lar, quando é contratada por terceiros (enquanto mercadoria como força de trabalho), onde recebe um salário, porém, seu trabalho permanece desvalorizado tanto no meio econômico (baixos salários) quanto no meio social, um trabalho realizado por mulheres empobrecidas.

Conforme apresentado por Hildete Pereira de Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato (2007, p.437), no artigo *Os afazeres domésticos contam*,

as empregadas domésticas são um exército de mulheres pobres, com baixa qualificação, custos baixíssimos e representam o maior contingente de trabalhadoras do país. A existência dessas trabalhadoras possibilita que a prestação, pelas mulheres, dos serviços domésticos não seja interrompida e continue sobre os ombros femininos, mesmo na ausência da mãe/esposa no lar.

Para ampliar o debate e apresentar estudos de uma forma mais globalizada, recorre-se novamente a Hirata e Kergoat (2007, p. 602) que analisam as mudanças ocorridas, tanto nas sociedades estadunidenses quanto na Europa, referente à “externalização” (termo utilizado pelas intelectuais) dos trabalhos domésticos e de cuidados, que ocorrem devido a novas exigências do mercado que demandam uma maior dedicação de tempo das profissionais causando uma ausência no espaço privado.

No contexto estudado, surgiu a necessidade de suprir essa ausência “externalizando” esses trabalhos com mão de obra de mulheres migrantes, estabelecendo o que as autoras denominam de “uma relação de classes” entre as próprias mulheres, ou seja, entre as mulheres migrantes e as mulheres do próprio

país/estado. As autoras classificam como “duas relações sociais entre mulheres”, sendo “uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas de maneira diferente [...]”, estabelecendo novas relações hierárquicas e de poder (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.602).

Outra questão, expressa pelas autoras decorrente da “externalização” do trabalho doméstico, ocorre quando é contratado por casais de nível social privilegiado como forma de amenizar as tensões existentes por conta do trabalho doméstico, promovendo uma reorganização do tempo dedicado as atividades tanto no espaço público quanto no privado, que gera novas problemáticas e “novas modalidades da divisão sexual do trabalho” (2007, p. 602). Como resumem as autoras, dois fatores são evidenciados:

A reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico. O que remete, no que diz respeito a este último à externalização do trabalho doméstico, mas também a nova divisão do trabalho doméstico[...]; o duplo movimento de mascaramento, de atenuação das tensões nos casais burgueses, de um lado, e a acentuação das clivagens objetivas entre mulheres, de outro: ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.603).

A “externalização”, além de uma possibilidade restrita a uma pequena parcela social – entenda-se, famílias que a situação financeira permita contratar os serviços de uma outra mulher, que, para garantir sua sobrevivência e da família, se submete a este trabalho e exploração – permite que se perpetue e aprofunde a questão da divisão sexual do trabalho, e as hierarquias estabelecidas nessas relações de poder. Helena Hirata (2015) em artigo que trata das mudanças ocorridas no universo do trabalho nas esferas privadas e públicas escreve que “o primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro” e este modelo de “externalização” (2007) ou “delegação” (2015) está se demonstrando hegemônico e indica ser tendência também no Brasil.

Helena Hirata (2015) analisa mudanças e permanências referentes a desigualdades de gênero e divisão sexual do trabalho nas últimas décadas, destacando as mudanças e tendências acerca de quatro modelos que permitem às mulheres a continuidade dos trabalhos reprodutivos e de produção. Seriam eles, modelo tradicional, de conciliação, parceria e de delegação.

O modelo tradicional é aquele em as mulheres ficam restritas à esfera privada, realizam atividades domésticas de cuidados e os homens configuram como os únicos provedores, porém esse modelo está cada vez menos “usual”, na medida em que aumenta a inserção das mulheres na esfera pública; o da conciliação é o modelo em que as mulheres necessitam dar conta das atividades na esfera privada (afazeres domésticos e de cuidados) e também no espaço público, sendo que “não existe uma norma social” que atribua tais tarefas aos homens; a terceira é o modelo de parceria, em que ambos, homens e mulheres, dividem os afazeres e cuidados dos filhos de maneira igualitária, e parte da premissa de igualdade entre os sexos, sem estabelecimento de normas e naturalização de espaços e atividades; e, por fim, o de delegação, em que as mulheres terceirizam ou “externalizam” esses trabalhos delegando a outras mulheres, para que assim possam dedicar seu tempo ao trabalho na esfera pública e não precisem abrir mão da família e filhos. A autora destaca este último como uma tendência (HIRATA, 2015).

Desta forma, a análise apresentada acima visa demonstrar a constante mudança que ocorre no mundo do trabalho, e, com isso, nas relações sociais. Essa pesquisa não tem a pretensão de focar nessas perspectivas, mas é importante observar para demonstrar a maneira como as desigualdades entre as mulheres e homens ganham novas configurações e, também, entre as próprias mulheres de acordo com classe, geração, raça, etnia, entre outras interseccionalidades e desigualdades existentes.

A pesquisa que se propõe, como parte dos objetivos, requer analisar a exploração do trabalho doméstico feminino e a rede de cuidados, as quais as mulheres estão submetidas nas relações familiares sob a lógica do capital. Nesse sentido, Flávia Biroli reflete sobre a divisão sexual do trabalho e como o trabalho doméstico não remunerado serve ao capital:

O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. São elas *apenas* que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e essa *gratuidade* se define numa relação: o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo (BIROLI, 2018, p.26-27).

Assim, entende-se que o trabalho reprodutivo não remunerado, realizado pelas mulheres na esfera privada, tem valor para o capital, visto que fornece condições para o provedor/homem, produtivo no mercado e espaço público. Proporcionando que aquele trabalho não remunerado, realizado pela “dona de casa” ,ganhe o seu valor-capital

(como atividades de cuidado essenciais para a reprodução da vida e conseqüentemente para a produção capitalista), ou ainda, pode-se dizer que o trabalho doméstico – privado – está relacionado à reprodução ampliada do capital.

Nesse mesmo sentido, Fabiana Grecco (2018, p.76) faz uma análise dos trabalhos domésticos e de cuidados a partir de algumas teóricas, entre elas Heleieth Saffioti e Helena Hirata, desde perspectivas de como o tema era analisado nas décadas de 1960 a 1980 e como é analisado atualmente, o que demonstra “os nexos capitalistas dos trabalhos domésticos e de cuidados”. Traz a reflexão teórica de Antonella Picchio (1992), com o intuito de demonstrar “como o trabalho doméstico se insere no coração do mercado de trabalho, na medida em que ele seria o elo da relação entre produção e a reprodução, o que garantiria a acumulação de capital” (GRECCO, 2018, p. 76).

Grecco (2018) aborda as novas configurações do trabalho doméstico e de cuidados a partir da complexificação tanto do modelo econômico (exigências do mercado e no sentido de as mulheres estarem mais atuantes nos espaços produtivos, ainda que de forma desigual perante os homens, mas que continuam responsáveis pelas atividades domésticas), quanto das relações sociais que são intrínsecas ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

É importante entender que a exploração do trabalho reprodutivo não se limita a instituição do matrimônio e “as formas convencionais da conjugalidade” (BIROLI, 2018, p.29), estende-se as mulheres mães solo e divorciadas, que permanecem como as principais responsáveis pelos cuidados e assumem o papel de provedoras. Neste ínterim, entende-se que o casamento é uma instituição que amarra e limita as mulheres que estão ou não inseridas neste *status*, “[...] é justamente o caráter institucional da exploração no casamento que torna potencialmente ruim a situação das mulheres fora dele [...]” (BIROLI, 2018, p. 30).

Esta análise sobre o casamento, ou ainda, sobre estar fora dele, permite uma reflexão sobre uma pseudoautonomia feminina, pois, embora a mulher escolha ser mãe solo, e/ou opte por um divórcio e esteja inserida no mercado de trabalho produtivo, não significa que tenha alcançado o *status* de independência e autonomia, visto que permanece como a cuidadora principal dos filhos e a responsável para a manutenção econômica familiar.

As condições podem ser mais complexas, sobretudo, para mulheres que compõem as camadas menos favorecidas da sociedade, entendendo que as questões de raça e classe social podem restringir a igualdade de acesso à educação, conseqüentemente, a inserção no mercado de trabalho altamente competitivo e especializado, a cargos de alta remuneração e a espaços de poder.

Importante trazer uma análise sobre as questões que permeiam o trabalho doméstico e de cuidados, tendo em vista que, dependendo da classe e raça, assumem diferentes perspectivas. Flávia Biroli (2018), em sua obra *Gênero e Desigualdades*, faz uma importante análise a partir de Betty Friedan (1963), intelectual estadunidense que na década de 1960 realizou estudos acerca do modo de vida das mulheres de classes sociais privilegiadas, demonstrando que, embora as mulheres (brancas e de classe média) tivessem uma formação em nível superior, com o casamento, eram privadas de exercerem atividades no espaço público.

Conforme Friedan (1963), elas ficavam relegadas ao espaço privado e de cuidados, dedicando seu tempo as “exigências” maternas e ao marido (provedor e chefe de família), que ocupavam espaços públicos de prestígio social mantendo as relações de poder; assumiam o “cargo” de esposa e, além de cumprir com as tarefas domésticas e de cuidados, precisavam manter um *status* social, que reproduzia um modelo familiar hegemônico. “Friedan quis demonstrar, em seu livro, que a família idealizada nas revistas de entretenimento e notícias estadunidenses era permeada por injustiças e correspondia a uma farsa, a das donas de casa perfeitas e infelizes” (BIROLI, 2018, p. 104).

Como aponta Biroli (2018), Friedan buscou demonstrar como os discursos e a imagem de esposa dedicada, feliz e perfeita, eram fictícias e não demonstravam o sofrimento e adoecimento dessas mulheres, mas não abordou as desigualdades entre as mulheres; para possibilitar às mulheres da elite a entrada no espaço público para exercerem atividades remuneradas, as mulheres negras, imigrantes e pobres, as substituíram em seus lares promovendo o cuidado e as tarefas domésticas, reproduzindo as desigualdades e contribuindo para seu agravamento.

O livro de Friedan não considera o privilégio como um fenômeno a ser analisado, ignorando as mulheres, que, para sobrevivência, necessitavam se dedicar de forma exaustiva a atividades mal remuneradas, socialmente desvalorizadas, desenvolvendo um trabalho invisível, como o doméstico.

As transformações nas relações de gênero entre as camadas mais valorizadas e com alta remuneração podem conviver com profundas desigualdades entre as mulheres e com limites acentuados para a construção de relações mais igualitárias de gênero nas camadas mais pobres e com menor acesso à educação (BIROLI, 2018, p. 106).

Pensar as categorias classe e raça, que permeiam as questões de gênero, é necessário e central para uma análise mais consistente, que não pode ser deixada de lado quando se estuda a divisão sexual do trabalho. Espaços e atividades que são impostas às mulheres, mas vivenciados de forma distinta dependendo de questões de classe, raça, implicando uma carga e exigência maior às mulheres pobres e pouco escolarizadas. Por isso, analisar a produção de discursos de gênero – que produzem e reproduzem a divisão sexual do trabalho – é fundamental para o entendimento de como o mercado opera e se utiliza do trabalho doméstico (precário, invisível, desvalorizado) para dar continuidade ao seu sistema de (re)produção e como esse condicionamento material da vida social atravessa as relações dentro da organização social.

Para compreender a categoria trabalho, em específico no espaço doméstico e de cuidados, é importante partir de uma perspectiva estrutural, ou seja, de uma compreensão das relações sociais e produtivas de gênero de forma ampla, entendendo que os processos de industrialização e de urbanização, bem como o avanço e estruturação do capitalismo, marginalizaram ainda mais as mulheres inseridas subalternamente nas relações de produção.

Entende-se que o trabalho das mulheres na esfera produtiva é regulado pelo mercado e utilizado a partir das necessidades do capital, situando o feminino em determinados espaços e atividades compreendidos como espaços femininos de atuação. Essa regulação teve início com o processo de feminização das profissões que começa ainda no espaço privado-familiar e se mantém no processo de formação escolar e acadêmica, impondo às mulheres determinados espaços de produção, definidos como menos produtivos e de menor valor social e econômico (BLAY, 1975), redundando em um verdadeiro processo de feminização da pobreza.

A regulação ocorre desde a entrada das mulheres no mercado de trabalho produtivo, por fatores econômicos e políticos. Como exemplo, pode-se citar os períodos de guerras mundiais, em que a falta de força de trabalho masculina faz as mulheres serem aceitas e chamadas para compor espaços de produção, sendo providenciado

aparatos assistenciais que permitiam que mulheres-mães, também, pudessem trabalhar. Porém ao final desses períodos, quando a força de trabalho feminina já não era necessária, as mulheres eram novamente “devolvidas” ao *seu* espaço doméstico e ao cuidado dos filhos<sup>1</sup> (SAFIOTTI, 2013, p. 79).

Não obstante, além de reduzidas as facilidades para as mulheres casadas e mães, outro fator parece ter sido decisivo para promover a volta da mulher ao lar e ao trabalho doméstico exclusivamente: a ideia de que, se o número de empregos é menor que o número de pessoas aptas a preenchê-los, aos homens cabe a prioridade (SAFFIOTI, 2013, p. 80).

Também, em momentos de instabilidade e crises financeiras, quando as mulheres já ocupam espaços na produção, ocorre que são as primeiras a perderem seus postos de trabalho, visto a necessidade de manutenção do emprego masculino para que os homens continuem como provedores da família, seguindo a lógica patriarcal. Novamente, ancorados em discursos de naturalização da mulher ao espaço doméstico, retomando e adaptando, conforme o período histórico, social e as necessidades políticas. Assim, é importante considerar que essa regulação não se dá a partir de uma legislação, como já foi, mas sim por meio de uma dominação velada e, também, não se pode generalizar que isso ocorra de maneira uniforme a todas as mulheres, na medida em que opera de acordo com a classe social, raça, geração, entre outras questões e desigualdades.

Nesse sentido, os condicionamentos históricos engessados cultural e socialmente não permitem que ocorra uma transformação acerca do trabalho reprodutivo no sentido de valorização e, também, de uma redistribuição, tornando-o cada vez mais invisível, precário, desvalorizado social e economicamente, como destaca Souza e Guedes (2016, p.125):

Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e

---

<sup>1</sup> Como ocorre com a entrada das mulheres no mercado produtivo, um processo que decorreu a falta de homens que estavam envolvidos na I Guerra Mundial, e após com o elevado contingente de desvalidos resultante da mesma guerra. “Durante a primeira guerra mundial, a proporção de mulheres francesas economicamente ativas sofreu grande elevação. Os efetivos femininos passam de 30% a 40% nas indústrias gráficas, de 39% a 50% nas de papel e de papelão, de 60% a 70% na indústria têxtil, de 33% a 42% nas indústrias de coiros e peles; e, nas indústrias bélicas, nas quais as mulheres não chegavam a representar 5% da mão de obra antes do conflito internacional, passam a significar quase um quarto do total de trabalhadores do ramo.” (SAFFIOTI, 2013, p.79).

a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social.

Na próxima seção, buscar-se-á um foco maior sobre o trabalho reprodutivo e de cuidados, apresentando elementos importantes da invisibilidade e não reconhecimento das atividades ligadas ao cuidado, sejam por meio de afazeres domésticos ou do cuidado. Como isso, objetiva-se desconstruir discursos que atribuem às mulheres um lugar secundário e inferior nas relações sociais, a partir das diferenças percebidas entre os sexos, em um aspecto relacional e de poder, conforme preceitua Joan Scott (1995).

### 2.3 O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS A SERVIÇO DO CAPITAL

Com base no que já foi abordado anteriormente sobre a divisão sexual do trabalho, busca-se dar continuidade a considerações sobre o tema com foco no trabalho doméstico e de cuidados como categoria de análise. O trabalho doméstico gera uma série de questões a serem debatidas, um trabalho não valorizado pelo mercado e pela sociedade, que pode ser “gratuito<sup>2</sup>” ou remunerado e que está permeado por desigualdades de gênero, raça/etnia e classe.

Nesse sentido, analisa-se essa temática pela perspectiva interseccional, em que marcadores sociais como raça/etnia e, conforme descrito por Cecilia Sardenberg (2015, p.59), “[...] se intersectam e recortam uns aos outros, modificando mutuamente, uns aos outros. Isso implica dizer que as respectivas categorias de gênero, raça, classe e outras categorias sociais similares não são categorias autônomas.”

Assim, cabe aqui fazer referência ao conceito de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw (2002, 177):

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou com dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições

---

<sup>2</sup> Fala-se em trabalho doméstico gratuito, o trabalho realizado sem qualquer remuneração, o que não quer nem de longe dizer que não tenham significação econômica, como bem demonstra Federici em seu livro, que aborda justamente a fundamentalidade da exploração do trabalho doméstico (reprodutivo) para a manutenção da lógica do capital e seus interesses (FEDERICI, 2019).

relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A partir da discussão proposta anteriormente sobre a categoria gênero, por meio da qual foram apresentados discursos normativos, produzidos por instituições e permeados por relações de poder e de saber, que sustentam desigualdades entre os sexos e a divisão sexual do trabalho, será retomado e articulado um debate acerca do trabalho doméstico (ou reprodutivo) e de cuidados, de modo a demonstrar como podem ser utilizados a serviço e para a manutenção do capital em sua reprodução ampliada.

Na contemporaneidade, as relações de dominação e subordinação seguem ainda mais latentes, devido a mudanças que ocorreram na sociedade, advindas do processo de globalização, do neoliberalismo e suas políticas que promovem o Estado mínimo, diminuem políticas públicas, privatizam estatais e, que instituem e promovem novas formas de dominação à vida das mulheres, novas formas de exploração e precarização do trabalho. As mudanças exigem das mesmas dinâmicas que possibilitem sua permanência na esfera pública e manutenção econômica.

Todavia, os processos de mudança, acompanhados pelos movimentos e ativismos feministas, têm-se mostrado cada vez mais potente e utilizado de estratégias próprias da globalização, no sentido de ampliar e universalizar seus ideais e lutas, impondo uma agenda política internacional. É central considerar importantes conquistas feministas no que tange à educação e inserção das mulheres no mercado produtivo. Mas que ainda tem como entraves normas heteronormativos acerca do binômio mulher-homem e demonstra toda sua força, no tocante aos trabalhos reprodutivos e de cuidados, os quais ainda são atribuídos às mulheres. Nas palavras de Luana Passos de Souza e Dyeggo Rocha Guedes (2016, p. 123), “as atribuições socialmente definidas para homens e mulheres. No fim das contas, permanecem nas concepções culturais, uma vez que delegam ainda às mulheres as reponsabilidades da reprodução social.”

Silvia Federeci, filósofa que atuou em importantes movimentos feministas como *Wages for Housework* (Salários pelo trabalho doméstico), em sua obra intitulada “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (publicado em 2012 e traduzido para o português em 2019), analisa o trabalho doméstico e como este serve ao sistema capitalista. A autora aborda aspectos perversos do sistema que

utiliza a força de trabalho das mulheres para as atividades de reprodução da vida social e como é necessário, no espaço público, para garantia de sua produção.

Uma das bandeiras da autora é o pagamento de salários, providos pelo Estado, às mulheres pelos trabalhos domésticos e de cuidados, que desta forma teria reconhecimento social e um valor atribuído para o capital enquanto trabalho, fundamental para a reprodução social. Nesse sentido, a estudiosa escreve como este trabalho está inscrito na subjetividade das mulheres e como o capital contribuiu para inferir uma “naturalidade” relacionada ao sexo feminino:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas na nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa do fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta (FEDERICI, 2019, p.43).

Federici apresenta em sua obra importantes questões que contribuem para esse estudo. Reforça a ideia de que embora sua luta esteja pautada no assalariamento dos trabalhos realizados no espaço privado, este não tem a pretensão de inserção em uma lógica capitalista, considerando que, para a autora, nunca esteve excluído dele. O assalariamento para o trabalho doméstico seria uma conquista e, segundo Federici, levaria o capital a uma “reestruturação das relações sociais”, talvez promovendo a visibilidade tão almejada e necessária para essa categoria.

Melo, Considera e Di Sabbato (2007, p.436) destacam transformações ocorridas na vida das mulheres e apontam que, “embora se tenha tido acesso à educação, trabalho assalariado, participação social e política, como *janus*, as mulheres têm uma face voltada para o lar e a outra para a rua, num grande esforço de sobrevivência [...]”. O que remete a questão da permanência em torno das assimetrias de gênero no tocante às atividades voltadas para os trabalhos reprodutivos e de cuidados, embora sua permanência nas atividades de produção demonstrem uma não reversão (desconsiderando os tipos de trabalho desenvolvidos, sejam eles cargos de maior valor econômico e social ou de menor valoração; apenas considerando o trabalho assalariado, ou seja, a renda),

são as mulheres as maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social (trabalho reprodutivo e de cuidados), tão necessários e indispensáveis para a manutenção da vida e do capital.

Hildete Pereira de Melo e Marta Castilho (2009), no artigo intitulado Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?, trazem elementos de ordem econômica e que demonstram a não valorização do trabalho doméstico no campo das ciências econômicas, não ocupa um *status* enquanto mercadoria, sem valor de produção e sem remuneração, diferente de quando contratado por terceiros. As autoras observam que,

[...] quando o trabalho doméstico é exercido por terceiros, seu valor equivale ao valor de sua remuneração. Entretanto, quando exercido por alguém da própria família, não é computado nas contas nacionais. Esse tratamento contrasta com o tratamento dado aos serviços do capital. Adicionalmente, do ponto de vista do mercado de trabalho, as pessoas que exercem apenas afazeres domésticos — as donas de casa sequer são consideradas como força de trabalho (PEA) — são classificadas como população inativa. **Curiosamente, se estiverem exercendo, mesmo que sem remuneração, atividades em um empreendimento familiar, são tratadas como população ocupada** (MELO; CASTILHO, 2009, p. 142, grifo nosso).

De certa forma, ocorre um paradoxo, tendo em vista que se todo o trabalho realizado na esfera privada acontece em função do trabalho produtivo, para que esse possa ter sua continuidade garantida, os “afazeres” que envolvem o trabalho doméstico são múltiplos, como destacam as autoras, incluem, por exemplo, cuidar e limpar a casa, cozinhar, fazer mercado, lavar, passar e guardar as roupas, efetuar o cuidado dos filhos e, muitas vezes, de idosos. Fornecem subsídios para que as pessoas que trabalham na esfera pública possam dar continuidade às suas atividades, e que, sem a realização dessas atividades, ou “afazeres”, como classifica Melo e Castilho (2009), não permitiria a manutenção do modo de produção capitalista, uma vez que são necessárias para a reprodução da vida social.

As autoras demonstram como as construções sociais e culturais, que naturalizam o trabalho doméstico e de cuidados, estão “enraizadas” na sociedade e que permanece a compreensão de que é feito por “amor” e por ser uma atribuição das mulheres:

Esse universo é naturalizado como feminino. Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados com os seres humanos, que vão além da maternidade como fator biológico e englobam todo o trabalho doméstico (MELO; CASTILHO, 2009, p.143).

Como apontam pesquisas acerca da categoria do trabalho doméstico, alguns elementos passaram a integrar, em 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), incluindo no questionário uma pergunta sobre o tempo despendido para os afazeres domésticos pelos membros da família, possibilitando mensurar o valor do trabalho reprodutivo, e, caso esse fosse incluso no cálculo Produto Interno Bruto (PIB), resultaria num acréscimo em torno de 10 ou 11 % (MELO; CASTILHO, 2009); portanto, não sendo um valor a ser desconsiderado, mas é baseado em um rendimento que é extremamente mal remunerado, que é o valor atribuído ao trabalho doméstico assalariado. As autoras concluem:

A importância desse indicador econômico não precisa ser justificada, mas chamamos a atenção para o argumento feminista de que, como esse indicador fornece informações fundamentais para a elaboração de toda a política do estado, a **omissão do trabalho reprodutivo desse cálculo contribui para tornar discriminatórias as políticas públicas** — seja ela relativa aos impostos, ao emprego, à seguridade social e aos serviços sociais relacionados à família e as crianças — e revela uma discriminação em relação às mulheres que realizam a maioria desses serviços (MELO; CASTILHO, 2009, p. 143, grifo nosso).

Pelas considerações apresentadas, permanece sua invisibilidade econômica e social, um trabalho marginalizado e realizado majoritariamente por mulheres, mesmo para aquelas inseridas no mercado de trabalho, demonstrando as desigualdades de gênero nas esferas reprodutivas e produtivas. A invisibilidade em estatísticas e em dados econômicos estão permeados pelas construções sociais acerca das atividades que estão inscritas como femininas e como servem ao modo de produção capitalista.

Visto que são serviços realizados todos os dias (incluindo finais de semana e feriados) e de as mulheres estarem dispostas a fazê-lo ou não, destinarem um menor tempo para realizá-los quando inseridas no mercado de trabalho. É um trabalho que está desprovido de qualquer direito trabalhista, sem aposentadoria, sem direito a férias e afastamento por problemas de saúde, se tem filhos ou não; se tem filhos, quanto menores, mais trabalho e envolvimento no cuidado, mesmo quando já estão maiores, o trabalho permanece, pelo fato de que todas as famílias requerem serviços que são essenciais para a reprodução social da vida, de qualquer um dos que lá residem e poderiam fazê-lo (MELO; CASTILHO, 2009).

Sardenberg (2015) expressa como o capital tem se apropriado e explorado o trabalho das mulheres, e seus benefícios para o mercado:

De um lado, baseando-se na noção de que a mulher é a parte dependente do casal, o capital tem se beneficiado da exploração direta do trabalho feminino na produção, pagando-lhe salários inferiores ao trabalho masculino, o que contribui para a desvalorização da força de trabalho como um todo. De outro lado, o capital se serve da exploração indireta do trabalho feminino, beneficiando-se das atividades desempenhadas “de graça” pela mulher no âmbito doméstico para os membros da família. Pode assim pagar salários menores ao trabalhador, já que o trabalho da mulher/mãe/esposa atende (pelo menos em parte) às necessidades de reposição física do trabalhador e, em última instância, à reprodução da mercadoria “força de trabalho” (APUD; SARDENBERG, 2001, p.20).

Entretanto, mulheres permanecem com a incumbência desses “afazeres”, naturalizados e constituidores de subjetividades femininas. Sem uma mudança cultural e social dos discursos reproduzidos, ainda das relações de poder que estabelecem assimetrias e desigualdades, as atividades exigidas e necessárias na esfera privada continuarão a ser realizadas por mulheres. Por isso a necessidade da abordagem relacional, partindo do binômio mulheres e homens e, também, do binário trabalho reprodutivo e produtivo. Partindo do entendimento de que o trabalho de cuidados é considerado trabalho reprodutivo, como analisado nas seções anteriores, inicia-se com uma definição conceitual.

Daniéle Kergoat (2016, p.18), em seu artigo “O cuidado e as imbricações das relações sociais”, traz uma definição de cuidado apresentada no colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”, ocorrido em Paris, no ano de 2013:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em favorecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem.

A partir dessa noção de cuidado, percebe-se a complexidade e a pluralidade desse trabalho. Não se trata apenas da sua materialidade, mas também de sentimentos que permeiam as relações sociais e familiares, as quais, em grande medida, interpõem-se a uma vontade de efetuar o cuidado e se coloca como uma necessidade. Desta forma, entende-se que sentimentos como o amor, afeto, carinho, muitas vezes, ainda, são acionados, quando analisado o cuidado, o que contribui para essencializar e naturalizar esse trabalho, aumentando o senso de responsabilidade individual de quem o realiza.

Principalmente, quando ocorre no meio familiar, pode sobrecarregar uma única pessoa, normalmente mulheres, e dessa forma “permitindo” que o Estado não se responsabilize na promoção de políticas públicas pensadas para o cuidado. Assim,

problematizá-lo é necessário para compreensão do modo como, socialmente, é realizado e organiza relações sociais. Destaca-se que o cuidado (*care*) permanece sendo realizado preponderantemente pelas mulheres, constituído por uma hierarquia, relações de poder e desigualdades de gênero, classe, raça e, como apontam os estudos de Hirata (2015) e Souza e Guedes (2016), é realizado por mulheres empobrecidas, imigrantes e negras, imbricado diretamente ao trabalho doméstico. Salienta-se a questão da má remuneração, desvalorização e a não qualificação do trabalho de cuidados.

Com as transformações no modo de produção, o aumento no ingresso das mulheres em espaços públicos e atividades remuneradas, assim como as mudanças e reorganização do trabalho doméstico, o cuidado foi se reconfigurando conforme as necessidades mercadológicas e o que, até pouco tempo atrás, ficava a cargo das mulheres, realizado “por amor”, no interior do lar (o que permanece ocorrendo), independentemente da idade da cuidadora e, também, da sua vontade em realizá-lo, assim como o trabalho doméstico passou a ser “externalizado”, tendo mulheres migrantes e empobrecidas como principais forças de trabalho. Como escreve Helena Hirata (2015, p. 09), “o desenvolvimento das profissões relacionadas ao cuidado, a mercantilização e a externalização desse trabalho foi consequência de um lado, do envelhecimento da população e, de outro lado, da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho”; também, de questões migratórias, que ofertam mão de obra barata.

Com as mulheres ocupando postos de trabalho e de produção, agregado a fatores geracionais em conjunto com outros elementos, vem-se produzindo a chamada “crise do cuidado”. Como mercadoria, o cuidado passou a ser remunerado, embora permaneça desvalorizado social e economicamente (baixos salários), adquiriu uma certa visibilidade em relação ao trabalho doméstico, pois adentrou a esfera pública saindo da esfera privada, “enfim considerado um trabalho” (HIRATA, 2015).

Como escrevem Laís Abramo e Maria Helena Valenzuela (2016, p. 114), essa crise é decorrente, também, das “tensões causadas pela persistência da noção tradicional de que as mulheres são as responsáveis exclusivas ou principais pelas atividades de cuidado ou, quando muito, uma “força de trabalho secundária.” As autoras analisam essa crise também pelos fatores que constituem as políticas públicas, que relegam às mulheres uma centralidade, dirigindo a elas uma série de obrigações e responsabilidades enquanto mães/cuidadoras para que permaneçam beneficiadas pelos seus programas,

mantendo aspectos tradicionais do que seria funções/atividades e responsabilidades de mulheres e homens, no meio familiar.

Outro fator citado pelas autoras e que aprofunda as assimetrias de gênero, é a “distribuição do tempo de trabalho”, que se verifica quando analisada a classe social, evidenciando que mulheres de classes menos privilegiadas e com uma renda inferior dedicam mais tempo as atividades domésticas e no trabalho de cuidados, enquanto as de classes mais privilegiadas e com uma estabilidade econômica dedicam menos tempo para as mesmas atividades (ABRAMO; VALENZUELA, 2016, p. 118). Destaca-se que parte dessas últimas tem a possibilidade de externalizar o trabalho doméstico e de cuidados, e que as primeiras ocupam esses espaços e outros que abarcam uma imensa gama de atividades precarizadas e subalternizadas, na condição de trabalhadoras informais, desprovidas de proteção quanto aos direitos trabalhistas e seguridade social.

Essa reflexão sugere outra questão, relacionada à precarização na esfera do trabalho que se estende à família. Para que uma mulher pobre saia de sua casa e realize atividade em outra casa ou espaço, por exemplo, como doméstica ou cuidadora, precisa abdicar muitas vezes do cuidado de filhos pequenos, idosos ou pessoas dependentes de cuidados, deixando-os por conta própria ou ainda delegando à uma terceira pessoa esses cuidados, de uma maneira ainda mais precarizada, em decorrência de sua condição econômica. Essa questão, também, é agravada pela falta ou oferta limitada de políticas públicas, que viabilizem creches e instituições que atendam às necessidades das famílias.

Outro ponto importante a ser considerado são as transformações e reconfigurações que atingem a divisão sexual do trabalho, em específico o de cuidados, oriundos da globalização, da reestruturação do capital em escala global (dos novos modos de produção) e crises econômicas, impactando de maneira distinta a vida de mulheres e homens.

Essa crise social aprofundou as consequências negativas de uma série de fenômenos de cunho neoliberal, observada desde o início dos anos noventa, como as privatizações, a diminuição da proteção social, a redução de todos os serviços públicos. Ela tem, assim, raízes em processos iniciados desde meados dos anos oitenta e marcados por um novo contexto mundial, de globalização e de financeirização da economia. Assim, não podemos considerar a crise econômica e o seu impacto sem tratar da questão do desenvolvimento do processo de globalização, na medida em que essa crise se desenvolveu no contexto de circulação acelerada do capital financeiro em nível mundial (HIRATA, 2015, p.17).

Como traz Hirata (2015), a globalização ocasionou impacto significativo quanto ao aumento de oferta de emprego às mulheres, mas, de igual forma, mais precarizados e informais; um aumento significativo de migrações em âmbito internacional e no próprio território nacional de mulheres que buscam melhores salários, em comparação ao pago pelo seu país ou região para que possam destiná-lo para sustento de sua família. E, como escreve Hirata (2015, p.17), “a externalização crescente implica em sacrifícios [...] nem sempre compensados financeiramente, pois uma grande parte desse setor do *care*, constituído pela migração internacional, trabalha na informalidade e em situação precária.” Além da precarização, tem a questão do distanciamento familiar que causa sofrimento as mulheres e suas famílias; essas mulheres, ao mesmo tempo, experenciam a autonomia e, de igual forma, o sofrimento (HIRATA, 2015).

Nesse sentido, é necessário compreender que o cuidado está diretamente e intrinsecamente ligado a desigualdades sociais, a estruturas e relações de poder, e estes fatores não podem ser banalizados ao analisar o cuidado enquanto categoria. Assim, o cuidado (*care*) é um trabalho interseccionado com classe e gênero, de forma que não pode ser analisado, apenas, por uma perspectiva relacionada a afetos e sentimentos, o que muitas vezes contribui para essencializá-lo. Deve-se buscar paulatinamente desvincular aptidões consideradas como femininas e que estão ligadas à maternidade; desconstruir discursos normativos que consideram as mulheres como cuidadoras naturais, a partir de um determinismo biológico; da mesma forma, quando se pensa sobre políticas públicas permeadas por normas de gênero, como será trabalhado no capítulo seguinte.

### **3 POLÍTICAS MATERNO-INFANTIS: DA INSTITUIÇÃO DO CUIDADO AO CONROLE DOS CORPOS FEMININOS**

O presente capítulo tem por objetivo compreender a reconfiguração da infância e da maternidade em favor do capital, por meio da análise de algumas políticas e legislações instituídas no século XX no Brasil, que influenciaram a estrutura de atendimento socioassistencial até promulgação da Constituição Federal de 1988. Busca-se analisar os pressupostos constituintes em sua formulação e gênese discursiva, que mantêm elementos heteronormativos e normatizadores, que naturalizam espaços e identidades, reproduzem assimetrias de gênero pela instrumentalização de mulheres em políticas materno-infantis, principalmente, quando se considera a classe social.

Nesse escopo elencam-se políticas que buscam educar e instrumentalizar mulheres para uma determinada maternidade desde o período gestacional. Para tanto, é necessário abordar a maternidade, enquanto categoria de análise, pois, passa e passou por reformulações discursivas, como a construção de um “mito do amor materno”, por exemplo, no sentido atribuído por Elisabeth Badinter. Portanto, é por essa perspectiva que o capítulo é construído, propondo demonstrar como discursos acerca da maternidade vão sendo construídos e ressignificados.

Nesse mesmo sentido, é possível posicionar a compreensão e entendimento de infância, que nem sempre possuiu importância social, bem como uma legislação específica que busca garantir direitos e a proteção integral de crianças e adolescentes. Historicamente a infância, ou a compreensão do que seria infância, foi adquirindo visibilidade e espaço na sociedade, da mesma forma suas necessidades para uma formação intelectual adequada e de uma vida saudável, de acordo com cada faixa etária, transformando sua compreensão no seio familiar, na sociedade e pelo Estado. Como aborda Badinter (1985), a criança deixa de ser percebida como “fardo” para a família e passa a adquirir uma importância enquanto futuros trabalhadores e sujeitos de direitos (atualmente), com centralidade na família. Assim, a análise dessa construção se apresenta como foco do presente capítulo.

### 3.1 MATERNIDADES E INFÂNCIAS CONSTRUÍDAS

Nessa seção, analisa-se a maternidade enquanto produção discursiva, pautada na biologia e anatomia das mulheres (que lhes possibilitam à gestação). Como parte do processo, desde muito pequenas, as meninas são ensinadas por meio de brincadeiras com bonecas, por exemplo, a “vocação” maternal, atividades de cuidados e domésticas. A categoria passou e ainda passa por reformulações que buscam ressignificar determinadas formas de exercê-la, de acordo com o momento histórico, cultural e socioeconômico de cada organização social, situada no tempo e no espaço.

Para a análise, são centrais os estudos e pesquisa de Elizabeth Badinter que em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, publicado originalmente em 1980, buscou desmistificar e desconstruir discursos acerca da maternidade, formulados como sentimentos naturais “instintivos” de ordem biológica e intrínsecos às mulheres. Na obra, a autora aborda períodos históricos em que a maternidade tinha uma determinada importância e entendimento, bem como a infância, demonstrando como discursos foram produzidos e apropriados, limitando mulheres ao espaço privado, ao trabalho de cuidados dos filhos e da família; construindo-se discursivamente o que seria a “boa mãe”, e inscrevendo nos corpos das mulheres sua “vocação natural” à maternidade e ao cuidado, difundindo a ideia de um instinto natural.

Para exemplificar as mudanças pelas quais a concepção de maternidade passa no processo histórico e cultural das sociedades ocidentais, Badinter (1985) analisa que no século XVII, na França, teve início um “fenômeno social” em que as mulheres entregavam os filhos a amas de leite, prática que se intensifica e generaliza no século XVIII. Esse processo de “desapego” demonstra que a maternidade e a infância eram ou não valorados para a família e para as mulheres, uma certa “inexistência” do chamado amor de mãe.

Badinter (1985, p. 55) observa que “durante longos séculos, a teologia cristã, na pessoa de Santo Agostinho, elaborou uma imagem dramática da infância. Logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original” (BADINTER, 1985, p. 55). Uma imagem maléfica da infância era apresentada, como símbolo do pecado, mas não era única e hegemônica, havia, também, os que consideravam a criança um estorvo, um fardo “por motivos diferentes e até opostos, a criança, e particularmente o lactente, parece constituir um fardo insuportável

para o pai, a quem toma a mulher e, indiretamente para a mãe” (BADINTER, 1985, p. 64). Estes fragmentos demonstram a valorização da infância na sociedade no século XVII e, de certa forma, também da maternidade, por motivos econômicos e/ou sociais.

Compreende-se que a maternidade recai sobre mulheres, sobre seus corpos e suas vidas e, portanto, a rejeição sobre a maternidade recai sobre a infância. Como escreve Badinter (1985, p. 65):

O primeiro sinal da rejeição do filho está na recusa materna a dar-lhe o seio. E isso sobretudo numa época em que esse gesto significava uma possibilidade muito maior de sobrevivência para a criança, como veremos em detalhe. Essa recusa podia ter motivos diferentes, mas culminava numa mesma necessidade: o recurso a uma ama mercenária, com a dupla possibilidade, segundo os recursos financeiros, de instalá-la na residência da família, ou de lhe mandar a criança.

Embora o costume em contratar amas de leite seja datado do séc. XIII (BADINTER, 1985), foi no séc. XVIII que o hábito se generalizou na sociedade francesa, ocorrendo nas diferentes classes sociais. Conforme a autora, esse hábito foi muito criticado por ideólogos, filósofos e moralistas ao relacionarem o costume como algo que não deveria ser seguido por uma “boa mãe”; também, pelo fato de que quando uma mãe deixava de alimentar seu filho e o entregava a uma outra mulher, duas crianças deixavam de ser amamentadas, o filho da mulher que o entregou a uma ama e o filho da própria ama de leite, duas pequenas vidas com chances menores de sobrevivência, discursos permeados por um senso de moralidade masculina.

As famílias que detinham recursos financeiros traziam a ama de leite para dentro de seus lares, as que não disponibilizavam entregavam seus filhos recém-nascidos a desconhecidas e, quanto mais escasso o dinheiro, mais distante seria o local que encaminhavam as crianças. Percebe-se que os motivos para entregarem os filhos recém-nascidos a outras mulheres eram distintos. Seja por conveniência ou questões financeiras que obrigavam as mulheres que trabalhavam em fábricas e as que trabalhavam com os maridos a entregarem seus filhos aos cuidados de amas durante o dia, para que assim pudessem ir trabalhar e os buscavam à noite após sua jornada laboral. Esses eram alguns exemplos de como as mulheres e famílias se organizavam com a maternidade e o cuidado dos filhos, segundo Badinter (1985).

Em famílias mais pobres, como escreve Badinter (1985, p. 74), o sacrifício de uma criança demonstrava-se inevitável e necessário.

Para os casais mais pobres da sociedade, o filho chega a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais. Não lhes resta, portanto, outra escolha senão

livrarem-se dele. Seja abandonando-o num orfanato, o que, como veremos, não lhe dá grandes possibilidades de sobrevivência, seja entregando-o à ama menos exigente possível, o que também não lhe aumenta muito a probabilidade de viver; ou seja, finalmente por uma série de comportamentos mais ou menos tolerados, que levavam a criança rapidamente para o cemitério.

Importante destacar que os índices de mortalidade infantil eram elevadíssimos, considerando a falta de saneamento, pobreza, inexistência de políticas públicas e de conhecimentos científicos sobre as doenças que mais acometiam a população adulta e infantil. Possivelmente agravados pela entrega das crianças as amas e o desinteresse não apenas materno, mas familiar pelas crianças. Imbricada a essas questões estava a concepção que a sociedade tinha sobre a infância.

Badinter (1985) apresenta algumas representações da infância naquele período, tais como a da criança considerada um brinquedo, que, até certo período de sua vida, servia para entreter e divertir os pais, porém, com o passar dos anos perde sua graça e gera desinteresse. Sobre a questão, a autora traz uma observação de Crousaz (1722), um dos moralistas que censurava os pais pelo tratamento dado as crianças: “[...]Vós os abandonais como abandonam suas bonecas” e continua “a familiaridade excessiva sucede uma severidade exagerada, ou uma indiferença gélida” (BADINTER, 1985, p. 78).

Também, conforme a autora, surge a ideia da “criança máquina”, educada de maneira severa, sem demonstrações de afeto para que assim cumprissem exatamente os desejos e ensinamentos dos pais de maneira mecânica, ignorando sua personalidade e a formação de uma identidade, moldando subjetividades.

Há o elemento da medicina, ou melhor a ausência de uma medicina preocupada com a saúde das crianças e suas especificidades, sendo esses cuidados e preocupações considerados de competência das mulheres - curandeiras.

*A medicina foi bem pouco atenta à conservação das crianças, e isso por indiferença e desconhecimento- da riqueza potencial da infância.... Quantos esforços, quantas despesas não se fazem todos os dias para prolongar por algum tempo um velho corpo debilitado e pronto a falecer, enquanto milhares daqueles que podem se tornar úteis à sociedade perecem sem que ninguém se digne ministrar-lhes o menor socorro, ou se digne olhá-los. (BUCHAN apud BADINTER, 1985, p.81, grifo da autora).*

Demonstrando a valoração ou não da infância naquelas sociedades que ainda não compreendiam as crianças como futuros cidadãos e trabalhadores, situação que levaria

ainda um tempo para se modificar aos olhos da medicina, pois no início do século XIX, ainda, eram as mulheres responsabilizadas pela saúde infantil que iria mudar ainda no mesmo século pela consciência médica sobre a infância.

Outro fator que demonstra a valoração quanto às especificidades e as necessidades de cuidados que estavam implicados na formação intelectual e física, foi apresentado por Philippe Ariés em sua obra intitulada *História Social da Criança e da Família* (originalmente publicada em 1960 e traduzida da sua terceira edição de 1973). Ao longo da obra, o autor discorre sobre como as concepções de infância foram se transformando, ganhando espaço e significado, passando de um ser insignificante, que não era foco da preocupação dos pais para uma posição central no seio familiar e função dentro da organização social.

Conforme o autor, marcado pela ausência nas literaturas e na arte, as imagens em que crianças eram retratadas passou por diferentes processos de construção. Nas primeiras, as crianças eram descaracterizadas de suas particularidades e feições, vestidas como mini adultos, diferenciadas apenas pela altura, as características de seus pequenos corpos e rostos não eram retratadas; mais tarde, surge a imagem do anjo, com traços mais suaves e ternos e características mais condizentes com a imagem de uma criança; depois a “figura” do menino Jesus serviu como inspiração para retratar a compreensão do que se percebia como infância, simbolizando a pureza e bondade existente nas crianças (ARIÉS, 1981).

A ausência de interesse pela infância poderia ser creditada pela mortalidade infantil, decorrentes de condições demográficas da época:

Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. “As minhas morrem todas pequenas” dizia ainda Montaigne. Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. [...] Esse sentimento de indiferença com relação a uma infância demasiado frágil, em que a possibilidade de perda é muito grande, no fundo não está muito longe da insensibilidade das sociedades romanas ou chinesas, que praticavam o abandono das crianças recém-nascidas (ARIÉS, 1981, p. 22).

Ariés (1981, p. xv) apresenta em sua obra um outro fato sobre a infância. Ele escreve que até o final do século XVII o infanticídio era uma prática recorrente na sociedade. Não era legitimado ou permitido, punido severamente conforme a lei da época, mas não deixava de ser praticado e se apresentando “sob a forma de um acidente:

as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou para salvá-las”.

O autor cita J.L Flandrin que em uma conferência (1972-1973) demonstra que a diminuição nos números da mortalidade infantil no século XVIII não podiam ser explicados por fatores de higiene e saúde, mas sim por mudanças de comportamento dos pais para com os filhos. Ariés refere que o infanticídio “fazia parte de coisas moralmente neutras” que embora condenadas pela ética religiosa e do Estado, permaneciam sendo praticadas de forma velada e em “silêncio” nas famílias.

A vida da criança era então considerada com a mesma ambiguidade com que hoje se considera a do feto, com a diferença de que o infanticídio era abafado no silêncio, enquanto o aborto é reivindicado em voz alta - mas esta é toda a diferença entre uma civilização do segredo e uma civilização da exibição (ARIÉS, 1981, p.xv).

Sobre a mortalidade infantil, no sentido de que estava ligada ao desinteresse familiar e das mulheres em zelar pelos cuidados dos pequenos, Badinter (1985, p.87) escreve: “não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas [...] mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam”. Esse fragmento evidencia que o amor materno não pode ser essencializado na relação com a maternidade como determinismo biológico, que é diferente de possuir os órgãos reprodutores que possibilitaram gerar uma criança.

Para prosseguir com as considerações sobre o tema, destaca-se que não se pretende seguir uma linearidade espacial e temporal envolvendo a construção de maternidades e infâncias. A tentativa é de dialogar com teorias que apresentam importantes análises acerca da construção sociocultural de maternidades e infâncias, processos de resignificação e valoração, de modo a evidenciar condições de possibilidade na produção de políticas materno-infantis com foco na instituição do cuidado e controle dos corpos femininos.

Simone de Beauvoir (2016), em sua obra *O Segundo Sexo*, originalmente publicada em 1949, na segunda parte intitulada “A experiência vivida”, analisa a formação da feminilidade, a formação e conformação dos corpos femininos e masculinos desde a primeira infância, e, como durante o processo de educação e formação das personalidades vão se construindo o ser mulher e homem, suas distinções atribuídas pelas diferenças sexuais/biológicas que delimitam espaços, comportamentos e

subjetividades. Em sua emblemática frase (2016, p.10) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, a autora apresenta sua tese de construção de indivíduos, conforme escreveu:

Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (BEAUVOIR, 2016, p.24).

A autora traz a discussão acerca do casamento e da maternidade, refletindo sobre os encargos atribuídos à mulher pelo casamento, os cuidados do lar, servidão ao marido, cobranças sociais e culturais. Escreve que “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser” (BEAUVOIR, 2016, p. 185). Assim, compreende-se o casamento como destino das mulheres, a maternidade uma consequência deste e como uma das cobranças sociais que recaem sobre elas. Embora configurações acerca do determinismo biológico que relegavam mulheres a cumprir com suas funções reprodutoras tenham sido perpassadas por novos discursos, a cobrança permanece.

Quando a maternidade é negada, as mulheres passam a ser consideradas “anormais”, isto é, fora de padrões instituídos como normais na sociedade e nas relações sociais. Nesse sentido, Geogiane Garabely Heil Vazquez (2015, p. 111) remete aos considerados “corpos desviantes”, no sentido de que “os corpos femininos desviantes eram aqueles que não conseguiam ou não desejavam exercer a maternidade.” Com isso, propõe reflexões acerca dos discursos que promovem uma pretensa naturalidade feminina à maternidade, na medida que as mulheres consideradas “normais” eram aquelas que tinham o desejo latente de ser mãe, amariam seu filho incondicionalmente, dedicariam sua vida para criá-los e “esta construção discursiva foi paulatinamente sendo elaborada e incorporada pelas diversas populações” (VAZQUEZ, 2015, p.106).

Discursos que permanecem vivos na estrutura social e apresentam a maternidade como o grande ápice na vida social das mulheres, como uma realização daquilo que estariam predestinadas.

É precisamente o filho que, segundo a tradição, deve assegurar à mulher uma autonomia concreta que a dispense de se dedicar a qualquer outro fim. Se como esposa não é um indivíduo completo, ela se torna esse indivíduo como mãe: o filho é sua alegria e sua justificação. É por ele que ela acaba de se realizar sexual e socialmente; é, pois, por ele que a instituição do casamento assume um sentido e atinge seu objetivo (BEAUVOIR, 2016, p. 277).

Da mesma forma como Simone de Beauvoir reflete sobre o que tradicionalmente é colocado para vida das mulheres, também, apresentam-se formas de resistência à predestinação maternal, um movimento de luta e de sofrimento, pensando nos meios de controle de reprodução *birth-control*, encontrado para interromper uma gestação ou evitá-la.

É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação "natural", porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Mas já se disse que a sociedade humana nunca é abandonada à natureza. E, particularmente, há um século, mais ou menos, **a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico: é controlada pela vontade** (BEAUVOIR, 2016, p. 279, grifo nosso).

Beauvoir problematizou possibilidades trazendo questões de classe que poderiam favorecer, no caso as mulheres burguesas, na realização de um procedimento abortivo com segurança; enquanto mulheres pobres se arriscavam realizando procedimentos “violentos” sem as mínimas condições de higiene, contribuindo para o aumento do risco de morte e problemas futuros para uma gestação, além do sofrimento psicológico e de uma condenação moral e religiosa.

Nesse sentido, essas questões “bastam para mostrar que não existe instinto materno: a palavra não se aplica em nenhum caso à espécie humana. A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira por que a assume” (BEAUVOIR, 2016, p. 312). O fragmento citado possibilita uma reflexão de como a maternidade atravessa a vida das mulheres de diferentes formas e suas implicações, de acordo com condições socioeconômicas, culturais, entre outras. Porém a produção discursiva acerca da maternidade como destino das mulheres se apresenta como universal.

Em seu artigo intitulado *História da Maternidade: em que ponto estamos?*, Anne Cova (2011) apresenta teóricas clássicas e contemporâneas, assim como suas análises sobre a história da maternidade e o estado de bem-estar social. A autora apresenta como em alguns países são tratadas a maternidade e as políticas públicas destinadas às mulheres-mães. Também, refere-se a perspectivas do movimento feminista quanto à maternidade: em um primeiro movimento (primeira onda do feminismo), elegeram-na como “trunfo para penetrar na esfera pública”; e, em um segundo momento (segunda onda do feminismo), por uma perspectiva oposta,

“criticando a maternidade, considerada um freio para a emancipação das mulheres” (COVA, 2011, p. 165).

Para a análise da proteção da maternidade, convém citar a perspectiva apontada por Cova (p. 165):

Estudar a gênese da proteção da maternidade, que mistura a incitação e a repressão, e cobre todas as disposições que o Estado adotou no que concerne às mães, é estudar um aspecto essencial das políticas demográfica e social. Também foi sublinhada a diversidade das situações: mãe operária ou trabalhadora, dona de casa, mãe de muitos filhos ou não, mãe cujos filhos faleceram, mãe solteira, casada, divorciada ou viúva, mãe jovem ou em idade avançada, etc.

Em uma direção igualmente importante, a abordagem de Lucila Scavone a respeito da maternidade se constitui fundamental para o presente estudo. Em seu texto *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*, Scavone (2001) aborda as perspectivas do movimento feminista em relação à maternidade e traz, assim como Anne Cova, o modo como foi considerada em diferentes momentos das lutas feministas.

Scavone (2001, p. 140) argumenta que em um primeiro momento, no período da década de 1970, a maternidade estava relacionada à ausência das mulheres nos espaços públicos, sujeitas à dominação e à submissão masculina. Assim, recusar a maternidade seria uma forma de inverter as relações de poder, possibilitando uma expansão do ser mulher, libertando-as da esfera privada e situando-as na “condição de liberdade e igualdade sociais”; o que motivou o movimento feminista na França a exigir o direito ao aborto e o acesso gratuito a métodos contraceptivos, que, naquele momento, significavam uma possibilidade de escolha (SCAVONE, 2001, p.140). Esse momento se constitui como feminismo igualitário.

Em segundo momento, conforme Scavone (2001, p. 141), o movimento feminista passa a considerar a maternidade como um “poder”, visto que apenas as mulheres possuíam o “poder da gestação”. Esse momento se constitui como feminismo da diferença:

Do ponto de vista foucaultiano todo saber tem sua gênese nas relações de poder, isto significa que, ao resgatar o poder feminino associado a maternidade, esta segunda etapa da reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno bio-psíquico-social que é a maternidade.

Em terceiro momento, o movimento feminista busca demonstrar como questões biológicas, ligadas à reprodução e à maternidade não eram o que determinava a dominação masculina e a subordinação feminina, mas “o significado social” atribuído a maternidade (SCAVONE, 2001, p. 141). Como escreve a autora:

A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pode ser abordada tanto como **símbolo** de um ideal de realização feminina, como também símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as *inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo*. [...] foi possível compreender como um **símbolo construído histórico, cultural e politicamente** resultado das **relações de poder e dominação** de um sexo sobre outro. (SCAVONE, 2001, p. 142-143, grifos da autora).

Embora o aborto não se apresente como objeto de estudo da dissertação, é importante considerá-lo na medida em que pode se constituir como uma demonstração de negação/rejeição à maternidade. Em uma perspectiva histórica sobre a prática do aborto, Vazquez (2014, p.148) evidencia o fato de que, na antiguidade, foi considerado um crime contra a autoridade paternal, no período medieval contra Deus e aos valores morais e, na sociedade contemporânea e moderna, constitui-se como um atentado aos interesses estatais, pois, “seria necessário que as mulheres tivessem filhos, com vistas ao futuro do país e, neste sentido, a eliminação de gestações ou de crianças passou a ser considerado ameaça à nação.”

Com isso, observa-se a existência e a proibição da prática do aborto em diferentes períodos históricos, reconfigurado por interesses políticos, religiosos e econômicos e a elementos socioculturais. No artigo *Maternidade e Transformações na família e nas relações de Gênero*, Lucila Scavone (2001) escreve sobre a prática do aborto, presente nas sociedades, como outra possibilidade de recusa a maternidade.

Foi no final do séc. XIX que essa situação começou a mudar e segundo Shorter, acontece a “primeira grande explosão do aborto”, como meio de limitar os nascimentos. Esses fatos sugerem que a realização da maternidade não foi sempre aceita como irreversível, ocorrendo na História, em épocas distintas e por motivos diversos, uma recusa circunstancial da maternidade frente aos padrões de natalidade dominantes, sobretudo entre as mulheres solteiras e/ ou entre aquelas que já tinham tido muito (a) s filho(a)s. Vale dizer, a condenação social desta recusa sempre foi muito forte, ainda persistindo em sociedades nas quais o aborto é proibido (SCAVONE, 2001, p. 50).

Observa que após a fase de recusa da maternidade vem a possibilidade de escolha, por meio do planejamento familiar e métodos contraceptivos, que podem

permitir a algumas mulheres (não a todas) uma razoável organização e um domínio de seus corpos para a maternidade, rompendo com o fatalismo biológico, como escreve:

[...] um dos aspectos mais evidentes na transformação da maternidade foi o rompimento com seu determinismo biológico. Este rompimento levou à separação definitiva da sexualidade com a reprodução, primeiro pela contracepção medicalizada, em seguida pelas tecnologias conceptivas, desconstruindo a equação mulher = mãe [...]. (SCAVONE, 2001, p.56).

As considerações até aqui apresentadas contribuem para demonstrar como, em lutas contra discursos normativos e normalizadores, movimentos feministas produziram sentidos, ressignificaram e utilizaram a maternidade. Logo, seguindo reflexões apontadas por Scavone (2001, p. 149), verifica-se que existem formas de conduzir a maternidade e uma diversidade de mulheres mães, tais como mães donas de casa, mães chefes-de-família, mães “produção independente, casais “igualitários” e as diversas soluções encontradas para os cuidados das crianças”.

Possíveis formas de exercer a maternidade são reconfiguradas de acordo com período histórico, político e socioeconômico de cada organização social situada contextualmente, com posicionamentos dos movimentos feministas como visto anteriormente e, também, proporcionadas por novos métodos contraceptivos e de reprodução da vida.

Certamente a possibilidade de escolha ou recusa da maternidade não atinge todas as camadas sociais, ficando restritas a um segmento social que dispõe dos meios e recursos que possibilitem maior acesso aos dispositivos de controle. Além do acesso a tecnologias disponíveis e métodos contraceptivos, Scavone (2001) destaca questões culturais e o nível de conhecimento sobre informações e dispositivos, não disponíveis e acessadas por todas as mulheres. Marcadores sociais como classe sobressaem nessas questões, juntamente com fatores de ordem cultural, pensando para além das sociedades ocidentais.

Para além dos motivos psicológicos, socioeconômicos, que fazem as mulheres adiarem, adiantarem, aceitarem ou recusarem a maternidade, ou ainda dos valores ideológicos e políticos que alimentam o ideal de sua realização, sempre estará em questão seu significado social. Esse significado revela que apesar das inúmeras mudanças ocorridas na situação social das mulheres, a realização da maternidade ainda compromete consideravelmente as mulheres e revela uma face importante da lógica da razão androcêntrica. (SCAVONE, 2001, p. 149-150).

O breve percurso histórico ora apresentado demonstra como a infância e a maternidade foram se transformando, ganhando espaço e “valor” social. Além disso, demonstra-se que a relação entre o corpo biológico feminino e a possibilidade de uma gestação não constituem uma “essência maternal”, compartilhada por todas as mulheres. Importa destacar que a suposta “essência feminina” relacionada à maternidade ainda faz parte de uma rede discursiva moderna e do imaginário social, que, embora apresentem novas linguagens, reafirmam a centralidade da maternidade como condição para a felicidade e realização das mulheres, buscando positivar todos os aspectos que a envolvem. Como escreveu Badinter (1985, p. 21):

Mesmo reconhecendo que as atitudes maternas não pertencem ao domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza. Mudou-se o vocabulário, mas conservaram-se as ilusões.

Assim, busca-se demonstrar que determinadas formas de maternidade são produzidas discursivamente difundidas e apropriadas socialmente. E como discursos normativos são reformulados de acordo com necessidades, transformações sociais e econômicas. Contudo, reproduzindo padrões universais e hegemônicos.

Em seu artigo *Corpo, Saúde e Gênero: fragmentos de histórias sobre corpos e vidas maternas*, Dagmar Meyer (2009) faz referência a um movimento social ocorrido na Europa, dedicado à construção de uma determinada forma de exercer a maternidade, ancorado na ideia de um ideal feminino, oriundo da sociedade moderna que promoveu algumas mudanças de comportamento na sociedade, principalmente, no que compreende a posição e os espaços ocupados pelas mulheres.

Meyer (2009) cita alguns discursos e normatizações derivadas desse movimento histórico, tais como: eliminar a prática de entrega dos recém-nascidos às amas-de-leite; a necessidade de aumento populacional projetando uma ampliação no número de trabalhadores para suprir demandas de produção, com interesses econômicos e políticos; a legitimidade e unanimidade do saber médico nos cuidados das mulheres e crianças, em substituição às parteiras e curandeiras, medidas influenciadas pelo movimento iluminista, a partir de seus intelectuais e políticos da área médica, buscaram ressignificar a maternidade e a posição das mulheres, reconduzindo-as ao espaço doméstico, como mães zelosas e dedicadas.

Conforme Meyer (2009, p. 83):

[...] Nesse extenso, porém “localizado” período de tempo, vai-se delimitando uma rede discursiva de cuidados específicos- do pré-natal, da medicina, das biotecnologias, da nutrição e da psicanálise-, que pouco a pouco se intensificam sobre os corpos, no universo das culturas ocidentais.

Essa abordagem tem grande relevância para o presente estudo na medida em que busca demonstrar mudanças que ocorrem nas estruturas sociais, impulsionadas pelo avanço do capitalismo que reforçaram posições consideradas naturais às mulheres dado sua biologia e constituição física, que por sua vez contribuíram para legitimar a submissão em relação aos homens, com uma proposta para normatizar determinados comportamentos de acordo com os sexos.

Portanto, a partir das considerações e reflexões apresentadas, em conformidade com a proposta de estudo, o próximo tópico trata de questões relacionadas a maternidades, Estado e políticas materno-infantis.

### 3.2 MATERNIDADES, ESTADO E POLÍTICAS MATERNO- INFANTIS

Neste tópico, aborda-se como as áreas da saúde, da assistência social, da educação, entre outras voltadas para mulheres e crianças, promovem mudanças na forma de compreensão sobre os corpos, elegendo formas de cuidados a partir de saberes científicos. Mas não sem antes esclarecer que se trata neste trabalho, dentro do recorte temporal adotado, não de políticas públicas, mas sim de políticas sociais ou socioassistenciais. Nessa linha, importa destacar justamente a distinção dessas categorias que demarcam diferentes períodos da atuação protetiva pública e privada ligada ao projeto de desenvolvimento.

A fim de contextualizar de forma breve a compreensão de políticas públicas, apontar algumas considerações e diferenciações em relação ao período analisado na presente pesquisa, parte-se do entendimento de Celina Souza (2006) e Marta Farah (2004), que compreendem políticas públicas como ações governamentais (Estado) que implicam diretamente na vida da população. Ações planejadas e elaboradas por diferentes áreas do conhecimento e teorias implementadas por meio de programas, instituições e, orientada (regulamentada) por uma legislação para que possa ser instituída e operacionalizada.

Potyara Pereira (2011) aponta que a política social “envolve o exercício do poder praticado, concomitantemente por indivíduos, grupos, profissionais, empresários, trabalhadores, entre vários segmentos sociais que tentam influir na sua constituição e direção” (PEREIRA, 2011, p. 172), ou seja, visa interferir diretamente na forma e organização (pode-se entender qualidade) da vida das pessoas.

A principal diferença, talvez, do período trabalhado para o momento pós-constituição de 1988, é que a política se fazia, eminentemente (não unicamente) por entidades privadas, filantrópicas, resultantes de grupos de interesse econômico e profissional como ocorreu na região carbonífera de Criciúma em torno do principal objeto de interesse que era a exploração do carvão. Enquanto no período pós-constituição a atuação se centraliza, fundamentalmente na figura do Estado enquanto principal e provedor da segurança social.

Assim, é fundamental fazer essa distinção do caráter e origem das políticas públicas como o que se conhece atualmente e as desenvolvidas até pouco tempo na história nacional; compreendendo que servem de mecanismo do Estado e do mercado a fim de controlar e administrar a população. Fazendo parte de um complexo jogo de interesses no campo da economia, política e da sociedade. Importa esclarecer que a proposta aqui não é a de desconsiderar importantes e necessárias políticas que possibilitam à população uma melhoria nas condições de vida, nas áreas da saúde, da educação da assistência social entre outras. Mas, ainda assim, identificar políticas centradas na relação compulsória das mulheres, maternidades e infâncias com um olhar nos aspectos de gênero, discursos que as constituem e que permitem governar corpos e populações.

Avançando no propósito do presente ponto, recorre-se ao debate apresentado por Dagmar Meyer (2011) que contribui para elucidar processos pelos quais a maternidade foi ressignificada, por meio de processos pedagógicos embasados em “enunciados” médicos-científicos.

Apresentados como se fizessem parte da natureza das mulheres que se tornam mães, os atributos e valores que tais enunciados instituem são produzidos, ampliados e atualizados pelos discursos científicos e já fazem parte do senso comum. Por isso, eles também norteiam muitos dos processos educativos em que nos tornamos mulheres e homens e/ou mães e pais de determinados tipos, e sua força reside nas múltiplas, sutis e sempre renovadas possibilidades de repetição. Educação e saúde são dois dos campos de conhecimentos e práticas que produzem, atualizam e repetem o que a mãe é ou deve ser, e sua “autoridade científica” constitui importante estratégia de naturalização e universalização de tais definições (MEYER, 2011, p. 20).

Importa problematizar como a maternidade e discursos médicos por meio de políticas focadas na saúde das mulheres e das crianças foram construídos na América Latina, identificando como os saberes médicos e assistenciais, sobretudo, produziram e introduziram significativas mudanças nas formas de viver, que buscaram implantar um novo modelo de cuidado das crianças e mulheres refletindo na organização familiar.

Considera-se a ideia de Farah (2004, p. 47) sobre o fato de que “política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses”. A partir disso, registram-se políticas públicas materno-infantis na história recente na América Latina, como por exemplo, no Chile e no Brasil. No artigo intitulado *Trabajo y Compromiso. Matronas del Servicio Nacional de Salud, Chile 1952-1973*, as autoras chilenas Maria Soledad Zárate e Lorena Godoy Catalán (2015) escrevem sobre políticas de saúde centradas em crianças e mulheres desde o período gestacional, passando pelo pós-natal com políticas “pedagógicas” que visavam a promoção do cuidado das crianças, dos corpos femininos e o planejamento familiar no sentido de buscar difundir a hospitalização e medicalização do parto. Estratégias com uma proposta de diminuir as altas taxas de mortalidade materno-infantil.

Como parte dessas políticas de saúde, situavam-se as “Matronas<sup>3</sup>”- parteiras profissionais, como profissionais importantes para a realização do plano nacional de políticas voltadas para mulheres e a infância; uma profissão reconhecida e tradicional no Chile, desde 1834 com o primeiro curso de formação profissional, sob a influência da “escola francesa”, ministrada por um médico francês. As autoras salientam que o trabalho das parteiras, no séc. XIX, representa o primeiro serviço formal de saúde, com centralidade na diminuição das taxas de mortalidade materno-infantil, sendo parte de uma política nacional.

O desenvolvimento inicial da profissão explica o importante papel que as parteiras desempenharam no processo de profissionalização da atenção ao parto e na implantação e consolidação das políticas de saúde materno-infantil, principalmente desde a fundação da CSO [Caixa de Seguro

---

<sup>3</sup> Necessário explicar que no espanhol para diferenciar parteiras profissionais das parteiras das comunidades (que tinham seus conhecimentos a partir de suas vivências e da sabedoria popular, sem o saber/conhecimento científico) usa-se o termo MATRONA. Como apresentam Zárate e Catalán (2015, p. 417) “La denominación partera alude exclusivamente a la mujer que atendía embarazos y partos con base en el conocimiento entregado por la tradición oral, y matrona, se reserva a las que contaban con certificación de estudios”.

Obrigatório] em 1925. (ZÁRATE; CATALÁN, 2015, p. 417, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Segundo a pesquisa realizada, a promoção de uma cultura de saúde ligada aos cuidados e orientações no pré-natal, bem como a hospitalização das mulheres no parto, foi algo que necessitou dedicação e outras ferramentas para sua consolidação. O trabalho desempenhado pelas “matronas” foi fundamental nesse processo e o trabalho de educação em saúde uma atribuição dessas profissionais (ZÁRATE; CATALÁN, 2015).

Segundo Zárate e Catalán, havia um esforço por parte dessas profissionais que exigia perpassar suas atribuições, pois, para que as mulheres participassem de grupos de gestantes e o acompanhamento pré-natal, era necessário conquistá-las primeiro através de presentes, enxovais e alimentos (no campo da assistência material); e, em segundo, o fato de que havia uma identificação de gênero, visto que eram mulheres e as atendidas sentiam-se à vontade para conversar com as profissionais.

[...] “clubes de mães”, que tinham como objetivo disseminar os conhecimentos emergentes sobre puericultura, entrega de enxoval e comida para as crianças, e prêmios para **as mães que mais cuidassem delas**. Os clubes, em 1920 e 1960, tinham como objetivo **consolidar o compromisso das mulheres com o cuidado dos filhos e de si mesmas** (ZÁRATE; CATALÁN, 2015, p. 425, tradução nossa, grifo nosso)<sup>5</sup>.

Verifica-se a necessidade de ensinar novas formas de cuidado dos filhos e de seus corpos grávidos conforme orientações e saberes produzidos por médicos. A parte grifada evidencia discursos que buscavam reafirmar o que se espera das mulheres-mães, em relação ao cuidado dos filhos e de si mesmas.

Ainda sobre políticas voltadas para as crianças e mulheres-mães, segundo Campos e Catalán (2011), a hospitalização do parto como estratégia fundamental pontuada pela área médica – por ser considerada necessária para reduzir as taxas de mortalidade –, que enfrenta dificuldades e resistências por parte das mulheres grávidas. Um dos fatores era a localização dos hospitais em áreas urbanas e inexistência de

---

<sup>4</sup> El temprano desarrollo de la profesión explica el importante papel que desempeñaron las matronas en el proceso de profesionalización de la asistencia del parto y en la implementación y consolidación de las políticas de salud materno-infantil, especialmente desde la fundación de la CSO en 1925. (ZÁRATE; CATALÁN, 2015, p. 417).

<sup>5</sup> [...] “clubes de madrecitas”, cuyo propósito era difundir los emergentes conocimientos sobre puericultura, entregar ajuares y alimentación para los niños, y premios a aquellas **madres que mejor las cuidaran**. Los clubes, tanto en 1920 como en 1960, estaban dirigidos a consolidar **el compromiso femenino con el cuidado infantil** y de sí mismas (ZÁRATE; CATALÁN, 2015, p. 425, grifo nosso).

unidades disponíveis em comunidades rurais, o que dificultava e limitava o acesso. Agregado ao fato de que a hospitalização exigia uma reorganização familiar e implicava dificuldades para as mulheres, “porque as afastou do ambiente doméstico onde a sua presença, ainda em estado de parto, garantia o cuidado doméstico e a tranquilidade familiar” (CAMPOS; CATALÁN, 2011, p.145, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Por isso o parto domiciliar ainda era considerado, embora se buscasse implantar o acompanhamento assistido por matronas-parteiras profissionais e destituir espaços ocupados por mulheres parteiras das comunidades que não tinham formação profissional, mas conhecimentos oriundos de suas vivências e sabedoria popular. Interessante apontar que as matronas-parteiras profissionais tinham sua formação profissional orientada e organizada pela medicina, respondiam hierarquicamente ao poder médico e seus atendimentos realizados com os grupos de gestantes em consultórios e atendimentos em domicílios eram autorizados por eles; caso não fossem autorizados, a atuação era considerada clandestina (ilegal).

O contexto demonstra como se produzem e se popularizaram uma cultura de saúde sobre a maternidade acompanhada, preocupação que partiu do número elevado de mortes infantis e maternas. Salienta-se que essa preocupação também tinha uma perspectiva do aumento populacional e do desenvolvimento socioeconômico das sociedades modernas, como escrevem Campos e Catalán (2011, p. 132, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Em meados do século 20, a saúde materno-infantil ainda era um dos problemas de saúde pública mais importantes do Chile. Embora as taxas de mortalidade materna e infantil tenham diminuído significativamente desde a década de 1930, elas continuaram sendo uma preocupação das autoridades nacionais vinte anos depois. Em 1950, a mortalidade infantil atingiu 132,2 ‰ e a mortalidade materna 3,3 ‰ (Valenzuela et al., 1956). Tanto para as autoridades do país quanto para os organismos internacionais, por exemplo, a Organização Mundial da Saúde (OMS), essas taxas foram consideradas um indicador do desenvolvimento socioeconômico de um país, e dos avanços na cobertura e qualidade da atenção durante gravidez e parto.

---

<sup>6</sup> “pues las alejaba del medio doméstico en donde su presencia, aún en estado de parto, garantizaba el cuidado doméstico y la paz familiar” (CAMPOS; CATALÁN, 2011, p.145).

<sup>7</sup> Amediados del siglo XX, la salud materno infantil aún era uno de los problemas más importantes de salud pública en Chile. Si bien las tasas de mortalidad materna e infantil habían experimentado un importante descenso desde la década de 1930, seguían siendo motivo de preocupación para las autoridades nacionales veinte años más tarde. En 1950, la mortalidad infantil alcanzaba los 132.2‰ y la mortalidad materna los 3.3‰ (Valenzuela et al., 1956). Tanto para las autoridades del país como para organismos internacionales, por ejemplo, la Organización Mundial de la Salud (OMS), estas tasas eran consideradas un indicador del desarrollo socioeconómico de un país, y de los avances de la cobertura y calidad de la atención durante el embarazo y el parto (CAMPOS; CATALÁN, 2011, p. 132).

Pelo saber científico, aos poucos, os saberes e o trabalho das parteiras foram desqualificados demonstrando relações de saber e poder em sociedades desiguais, o que era de domínio das mulheres passou a ser de domínio preponderantemente masculino e institucional. No Estado de Santa Catarina/Brasil, ocorreu semelhante processo, como relatou Carmem Suzana Tornquist (2001), no artigo *A mão e a luva: o processo de medicalização do parto e o corpo feminino em Florianópolis*. Por meio de entrevistas com mulheres que atuavam como parteiras, a autora demonstrou que por muito tempo, diplomadas ou não, elas se dedicaram a esse trabalho.

O processo de medicalização e institucionalização do parto ocorreu aos poucos. Na década de 1930, o curso de formação de parteiras começa a ser realizado em Florianópolis buscando uma formação baseada em normas científicas, de acordo com os novos ideais de higiene da época. Interessante salientar que quando as parteiras diplomadas trabalhavam nas maternidades, conforme Tornquist (2001), ensinaram muito aos médicos que pouco conheciam sobre a prática de um parto.

Em um primeiro momento, os conhecimentos práticos das parteiras não eram alvo de desqualificação por parte do poder médico e se constituiu como aliado, como analisou Tornquist (201, p. 53): “A relação dos médicos com as parteiras práticas pode ser pensada em termos de uma extração, num primeiro momento, e posterior desqualificação dos saberes/populares/femininos por parte dos médicos/homens”. A crítica consistia nos fatores que envolviam hábitos de higiene, como a higienização das mãos e unhas, bem como a necessária aquisição de conhecimentos relacionados à anatomia e a teoria dos corpos femininos. Nesse interim, salienta-se que houve uma disputa de poder e espaço entre as parteiras diplomadas e as práticas, sendo as últimas alvo de um processo que buscava desqualificar suas práticas e seus saberes.

As parteiras diplomadas passaram a concorrer em um mercado antes dominado por parteiras práticas. Para tanto, utilizavam-se do próprio discurso higienizado, no qual, por sua vez, também ocupam um lugar de subalternidade. As parteiras diplomadas parecem ter compartilhado do discurso médico que se fortalecia, discurso marcado pela desqualificação de práticas que, num certo sentido, eram originárias do mesmo universo social [...] a partir do processo de medicalização do parto, a profissão de parteira passou a ser um campo de atuação profissional bastante prestigiado, num contexto em que poucas mulheres trabalhavam no âmbito público. (TORNQUIST, 2001, p. 55).

A partir das reflexões apontadas por Tornquist (2001), percebe-se que o processo de institucionalização do parto e de exclusão de saberes populares oriundos de suas práticas e vivências, provocou um movimento de resistência das parteiras que historicamente detinham os saberes sobre os corpos gestantes e seus “mistérios”. Assim como evidenciam as autoras mencionadas acima, o saber das parteiras, com ou sem formação, persistiu durante muito tempo pela atuação em suas comunidades de forma “clandestina”, não tendo sido simplesmente substituído pelo saber científico (pretensamente racional) baseado em novas concepções de saúde. Verifica-se um movimento de resistência por parte das mulheres em uma relação de forças com o saber e poder médicos no processo de institucionalizado que buscava se afirmar como norma social.

O movimento de institucionalização e medicalização do parto, de exclusão e desqualificação do conhecimento popular e feminino em uma perspectiva mais ampla, demonstrou certa linearidade da difusão dos conhecimentos científicos, institucionalização e popularização buscando negar saberes e práticas populares. A promoção e consolidação de instituições hospitalares voltadas para o atendimento especializado na saúde materno infantil estavam atreladas a uma nova concepção de saúde diretamente ligada ao processo de modernização social, de desenvolvimento socioeconômico, industrialização, crescimento demográfico e urbano.

Saberes e práticas foram aprimoradas e racionalizadas em processos de (des)legitimação de outras formas de atuação e promoção de verdades, por meio de conjuntos de enunciados que formam os discursos (FOUCAULT, 2004), que modificam formas de interações sociais e institucionais em jogos de saber e de poder. Sobre enunciados e como analisá-los, Foucault (2004, p.132) escreve:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem a formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência.

É necessário, portanto, considerar como a assistência à maternidade e à infância se constitui como uma preocupação do Estado, como se organizou no plano de ação para implementar medidas de assistência e saúde. Para isso, convém retomar alguns

marcos legais que propuseram a efetivação e que buscaram assegurar a assistência no território brasileiro, a quem se destinaram e como foram colocadas na prática.

A propósito da temática, em sua tese intitulada *(Re) construindo a maternidade: as políticas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960)*, Ismael Gonçalves Alves (2014) analisa as políticas públicas e assistenciais no período do governo *Varguista*, de forma a contribuir para a compreensão de como tais políticas se estruturaram.

Conforme Alves (2014), o paternalismo era uma das características do período, visto que os homens – como os principais responsáveis em prover a família a partir do trabalho – eram beneficiados por políticas assistenciais e de saúde, que se estendiam aos dependentes (esposa e filhos). Essas características que demarcaram espaços e ocupações: aos homens, o livre acesso ao público e o trabalho produtivo; às mulheres, embora não houvesse restrição para realizarem trabalho considerado produtivo fora do âmbito privado, a responsabilidade pelo espaço doméstico, pelo zelo da família e pela formação moral e os cuidados dos filhos, fortalecendo a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero.

Segundo Alves (2014), o modelo de família tradicional (nuclear) ocuparia um espaço legítimo e central nas políticas do Estado Novo como um espelho/representação de uma moral que exaltava a maternidade como principal e mais importante função social das mulheres.

Durante o período do Estado Novo as políticas sociais se tornaram elas ainda mais importantes na relação entre o governo e as camadas populares, criando uma relação paternalista de poder a partir da qual tanto o governo quanto o líder governante aparecem como responsáveis diretos pelo Bem-Estar da maioria da população. Entendemos como Estado de orientação paternalista aqueles que elencavam o homem trabalhador como o legítimo receptor dos benefícios sociais, e que tanto sua prole como sua esposa dependiam dele para ter acesso à assistência pública (ALVES, 2014, p. 128-129).

Essa abordagem possibilita identificar características do contexto social, político e discursivo no processo de constituição de políticas destinadas à proteção materno-infantil, em grande medida, pautadas por normas heterossexuais de feminilidades e masculinidades. Desta forma, na direção da análise aqui conduzida, permite considerar que a política de proteção à maternidade e à infância do governo Vargas, foi importante no processo de construção e consolidação de políticas de proteção materna-infantil com foco nas mulheres-mães como instrumentos para sua realização.

Para a reflexão sobre o processo de “instrumentalização” das mulheres-mães em políticas de proteção, faz-se referência ao Decreto Lei 2024, de 17 de fevereiro de 1940 (BRASIL, 1940) que fixou as bases para a proteção e assistência à maternidade, infância e adolescência no território brasileiro. Nesse Decreto, encontrava-se o segmento populacional a que se destinava (populações empobrecidas) a necessária articulação das esferas nacional, estadual e municipal para a cobertura e efetivação da Lei (e a responsabilidade e competências de cada uma das esferas para promoção da proteção a maternidade, infância e adolescência); e, como se daria a organização das instituições públicas e/ou privadas que forneceriam os atendimentos. Tinha ainda o propósito de fomentar o incentivo de investimentos do âmbito privado, de criar instituições que prestariam atendimentos para a proteção da maternidade e infância em parceria com instituições e órgãos públicos. O setor privado também era considerado responsável pela resolução dos problemas sociais e médicos desse segmento populacional.

Nesse mesmo decreto é criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), como parte do Ministério da Educação e Saúde diretamente submetido ao Ministro de Estado e constituído como “o supremo órgão de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência”, conforme prevista em no artigo 5º (BRASIL, 1940). Entre as competências atribuídas ao DNCr, estariam a realização de inquéritos e estudos dos problemas referentes à maternidade, à infância e adolescência no âmbito nacional; divulgação e publicização para a sociedade dos problemas enfrentados, com o intuito de conscientizar sobre a importância e a necessidade de investir na proteção desses segmentos populacionais; fiscalizar, em âmbito nacional, as instituições públicas e privadas que realizariam atividades concernentes a maternidade, infância e adolescência (BRASIL, 1940).

A criação de um departamento demonstrou a centralidade da maternidade, infância e adolescência no plano de desenvolvimento em termos da preocupação com a vida e a formação do futuro capital humano (infância), aliados as transformações sociais das sociedades modernas, como o processo de industrialização e de urbanização, e a necessidade de garantir formação moral e crescimento saudável à futura força de trabalho operária. Na Lei 2.024 de fevereiro de 1940, em seu artigo primeiro, estava expresso o objetivo da proteção à maternidade e à infância, e como as mulheres mães eram responsabilizadas pela formação integral da infância desde o período gestacional

até atingir a fase adulta; bem como os saberes médicos eram investidos nas mães, com caráter pedagógico, para educar e instrumentalizar para determinada forma de maternidade.

Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida (BRASIL, Decreto Lei 2.024, de fevereiro 1940).

O governo de Getúlio Vargas do Estado Novo, que se propunha a um modelo populista, nacionalista e paternalista, em seu projeto para o desenvolvimento nacional atribui uma centralidade ao trabalho formal como único meio para adquirir *status* de cidadão, acesso à assistência social e à saúde. Com isso, apenas os trabalhadores com vínculo formal empregatício eram considerados cidadãos de bem, e, somente a eles, era garantido a assistência de seus dependentes, esposa e filhos (como futuros trabalhadores) (ALVES, 2014).

A criação de uma legislação trabalhista em 1943, que regulamenta a proteção e direitos dos trabalhadores urbanos, não se dá no sentido de promover melhores condições de trabalho e segurança, mas pensada para o benefício do Estado, como forma de silenciar uma classe que crescia constantemente, devido a produção da indústria e que se organizava através dos sindicatos. Nesse sentido, as ações direcionadas à classe trabalhadora tinham como intencionalidade obter maior controle, dirimir tensões políticas com a classe operária e evitar assim manifestações e greves, que afetariam a produção e causariam impactos no desenvolvimento econômico do país. Tem-se como intuito fundamental, promover uma suposta harmonização das relações entre capital-trabalho.

Em tal conjuntura, políticas de assistência direcionadas à maternidade e à infância foram construídas. A Lei 282 de 24 de maio de 1948 (BRASIL, 1948) reorganizou o Departamento Nacional da Criança de acordo com demandas e problemas referentes à maternidade, à infância e à adolescência, buscando atender necessidades emergentes do período, e compreender processos de transformações da sociedade brasileira, também readequar prioridades de atendimentos alinhados aos saberes científicos – saber médico – e aos objetivos político-econômicos. Em seu artigo 2º, que

trata da constituição do (DNCr), cria a divisão de organização e cooperação com a previsão de uma seção de higiene da maternidade e da infância.

No ano de 1949, foi aprovado o regimento do Departamento Nacional da Criança pelo decreto Nº 26.690 – de 23 de maio de 1949. Nele, encontravam-se dispositivos para controle e fiscalização das instituições que realizariam atendimentos e como ocorreria o acompanhamento dos beneficiados, assim como e descrição das instituições que estariam inclusas e fariam parte da seção de Puericultura: “Seção de Puericultura, constituída de Creche, Pupileira, Escola Maternal, Refúgio de Gestantes, Abrigo Maternal, Cantina, Consultório de Higiene Infantil, Gôta de Leite, Lactário e Cozinha Dietética” (BRASIL, 1949, p. 2).

É interessante salientar que os cargos na diretoria do DNCr, conforme estabelecido na Lei, seriam ocupados por profissionais da área médica, o que evidenciava a centralidade do saber médico na produção de conhecimentos e de regulamentos normativos, como também fomentava a especialização dos profissionais em cursos de Puericultura destinando os maiores cargos aos que se dedicavam de forma integral a pensar os cuidados da maternidade e da infância.

Parágrafo único- Os cargos de Diretor de Divisão, Diretor do I. F. F., Delegados Federais da Criança, Chefes de Serviço de Educação e Divulgação e de Estatística serão providos por médicos portadores do certificado de conclusão do Curso de Puericultura e Administração do D. N. Cr., tendo preferência os servidores integrantes da carreira de Médico Puericultor (BRASIL, 1949, p. 3).

Outro ponto que merece a atenção e demonstra o processo de normatização da maternidade, regulação e monitoramento consta no Decreto nº 26.690, sessão II, do artigo 11 que tratava da Divisão da Proteção social, no capítulo VI previa: “**estudar os fatores do desajustamento social da maternidade**, da infância e da adolescência e sugerir as medidas para combater aos mesmos;” ou seja identificar elementos que contribuiriam para desviar mulheres-mães da norma e medidas que reconduziriam aos padrões normativos estabelecidos. Normativas que se inserem em uma estrutura cultural que buscava enquadrar as mulheres-mães a determinado modelo e quando essas se desviam da norma, é necessário um movimento e estratégias para reconduzi-las à norma, como sugere Badinter (1985, p. 15),

A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma

boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência.

No mesmo sentido, busca-se normatizar a infância e o desenvolvimento de mecanismos para o reajustamento dos desviantes: “VIII orientar o **reajustamento da criança** por meio de recreação dirigida, instituições específicas e outros processos adequados.” Nessa linha, perspectivas médica e higienista, com medidas e estratégias de cunho fiscalizador e de controle de determinados segmentos populacionais, intervinham e determinavam novas formas de exercer o cuidado no ambiente familiar, na alimentação e no autocuidado dos corpos maternos, por meio de atividades, visitas e orientações médico-pedagógicas, direcionados às mulheres-mães, desde o período gestacional até a adolescência. Medidas necessárias para garantir o plano nacional desenvolvimentista com centralidade no fortalecimento e expansão industrial garantindo assim a formação adequada dos futuros trabalhadores.

Os pontos apresentados demonstram saberes científicos aliados a posicionamentos políticos e econômicos por meio de leis e políticas, que objetivaram normatizar e normalizar determinados comportamentos, supervalorizando aspectos biológicos (com centralidade na reprodução feminina), compreendidos a partir de determinantes para o desenvolvimento de uma nação com base em valores morais e sociais, ou seja, partindo do ideal de família nuclear burguesa em que os homens eram os principais provedores.

Segundo Alves (2014, p. 165), esse modelo de proteção à maternidade instituído por políticas materno-infantis ultrapassa o plano de governo político-partidário, mantendo-se ativo até 1969: “de maneira geral, durante todo o período que permaneceu ativo, até 1969, o Departamento Nacional da Criança delineou as linhas gerais das políticas materno-infantis dirigidas às camadas populares urbanas brasileiras”.

Quanto à posição ocupada pelas mulheres nas políticas materno-infantis, Alves (2014, p.165) escreve:

[...] Cabe ressaltar que apesar de a mulher ser considerada como uma importante aliada do governo na salvaguarda da infância sadia, não houve a criação, dentro de DNCR, de nenhuma secretaria especialmente destinada às mulheres, pois seu direito de assistência e proteção eram derivados de outros, e neste caso da criança.

Pelo descrito é possível argumentar que tais concepções não se restringiram ao período citado e permaneceram como base das políticas materno-infantis dirigidas às camadas populares urbanas. Como já discutido no tópico anterior, os discursos relativos à maternidade se modernizaram, porém, reproduziram posições de dependência das mulheres e exaltaram a maternidade como necessária para a plena realização feminina.

A partir das considerações sobre a maternidade e políticas materno-infantis, elaboradas em conformidade com interesses socioeconômicos do Estado, percebe-se que discursos normativos e normalizadores, fundamentados em normas de gênero, acabaram por reforçar as posições que deveriam ser ocupadas por mulheres e homens, respectivamente, nas esferas privada e pública. Logo, instiga-se uma reflexão sobre as relações de poder, conforme analisadas por Michel Foucault (2020), nos âmbitos disciplinar (centrado no indivíduo) e de uma biopolítica da população (controle e regulação do corpo-espécie), relacionando-os com as ações de Estado, no que se refere a políticas que incidiram sobre os corpos maternos por meio do saber médico.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (FOUCAULT, 2020, p. 150).

Sobre o “poder”, Foucault (2020) esclarece que este não está concentrado e nem é exercido por apenas um indivíduo, instituição ou apenas pelo Estado. Foucault analisa o poder como presente em relações e interações sociais, exercido por diferentes mecanismos e estratégias em correlação de forças, compreendendo que não é exercido por um dominador sobre um dominado.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de luta e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. [...] é o suporte móvel das correlações de forças que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e estáveis. Sem dúvida devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2020, p. 100-101).

Assim, a complexa teia que envolve as relações de poder e que atravessam os temas de análise desse capítulo centrado na maternidade e na produção de políticas materno-infantis, pode ser analisado nos dois níveis tratados por Foucault e que, como escreve Lynch (2018, p. 35-36), envolvem um “micronível de indivíduos (técnicas disciplinares do corpo) e um macronível de populações (biopolíticas).”

Nesse sentido, as políticas de Estado articularam o biopoder (operando sobre a vida da população) e o poder disciplinar (atuando sobre os corpos dos indivíduos). Portanto, as políticas conformaram uma das formas de poder assumidas pelo Estado com o objetivo de regular, controlar e administrar segmentos populacionais. O biopoder não exclui as instituições que promovem o disciplinamento dos corpos (entendendo que instituições como hospitais, escolas e prisões são parte de instituições estatais e totais de disciplinamento), agindo sobre indivíduos que escapam à norma em um micronível de poder.

Para gerenciar e regular uma população, o Estado necessita compreender e conhecer a população, para que possa promover uma regulação atuando em um macronível de poder. “Os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, com todas as condições que podem fazê-los variar. Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população*” (FOUCAULT, 2020, p. 150, grifo do autor).

No que diz respeito à medicina, verifica-se que a relação poder/saber se apresenta como dispositivo normatizador no campo da biopolítica, que investe sobre os corpos, com suas normas, disciplinando determinada forma de conduzir a vida, com base em parâmetros sociais considerados normais. Assim, o saber médico se apropria dos corpos maternos, produzindo discursos sobre como as mulheres-mães devem conduzir atividades de cuidado de filhos/as e de autocuidado, orientadas por normas higiênicas e aspectos referentes à amamentação, instrumentalizando-as para o adequado cuidado físico e moral.

Portanto eram investimentos que não se limitavam apenas a área da saúde, mas incluíam a assistência social por meio de agentes que atuavam na proteção materna infantil. O que possibilitaria o questionamento de como discursos produziram mudanças nos modos de vida de famílias da região de estudo da pesquisa, por meio de políticas efetuadas por determinadas instituições. Considerando que visavam novas formas de organização familiar e de cuidado, questiona-se como a posição de mulheres-

mães era instrumentalizada em serviços e políticas que teriam, em seu cerne, a proposta de “educar” as mulheres para uma vida de dona de casa e para o exercício de uma “boa” maternidade e cuidado dos/as filhos/as.

Tendo em vista o crescimento e desenvolvimento socioeconômico da região carbonífera de Criciúma, que tinha a exploração do carvão como principal atividade econômica, necessitava-se de força de trabalho ativa e a garantia futura de trabalhadores, o que certamente contribuiu para justificar políticas sócio-médico-assistenciais específicas destinadas aos trabalhadores e suas famílias, com foco na construção de formas de vida e de cuidado adequadas a demandas do própria relação capital-trabalho. Nesta direção, o capítulo seguinte trata de políticas sócio-médico-assistenciais sobre maternidade, infância e gênero em relações capital-trabalho na região de Criciúma, no período de 1960-1980, mediadas e registradas em relatórios da SATC.

#### **4 MATERNIDADE, INFÂNCIA E GÊNERO NA REGIÃO CARBONÍFERA DE CRICIÚMA/SC: (PER)CURSOS DA SATC EM POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS (1960-1980)**

Neste capítulo, são exploradas questões relativas à região carbonífera de Criciúma em aspectos que envolveram o projeto de desenvolvimento socioeconômico, com foco na exploração do carvão nas principais características das vilas operárias que abrigavam famílias dos operários das minas e políticas sócio-médico-assistenciais específicas. É importante compreender o papel de instituições e agentes sociais que atuaram junto às famílias, de forma pedagógica, disciplinar e de controle, buscando produzir comportamentos alinhados a novos padrões urbanos e adequados a determinado modelo de família nuclear burguesa.

A construção do capítulo, foi orientada pela análise do discurso, como propõe Michel Foucault, considerando as especificidades do tempo e das fontes, de áreas do saber envolvidas na produção de conhecimentos e de agentes sociais que atuaram na região, de acordo com normas, valores sociais e morais alinhados ao projeto nacional desenvolvimentista. Como observou Foucault (2014, p.8-9):

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Como identificado no texto de introdução, as fontes documentais analisadas no capítulo são formadas por relatórios que apresentaram a descrição de atividades, realizadas e registradas pela SATC, relativos ao período de 1965-1981. De forma mais específica, foram selecionados e analisados registros sobre cursos populares direcionados as mulheres dos mineiros e suas filhas. O processo de análise trata da instituição, sua formação e participação na realização de políticas sócio-médico-assistenciais junto às famílias de mineiros, com o intuito de promover outras formas de vida e organização familiar. Também, foram reunidas bibliografias produzidas por autores/as que realizaram estudos e pesquisas sobre a região carbonífera e que contribuíram para a análise do tema de pesquisa.

#### 4.1 RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO E SEUS EFEITOS NOS MODOS DE VIDA EM VILAS OPERÁRIAS

Para o estudo das relações capital-trabalho na região carbonífera de Criciúma/SC, foram selecionadas e analisadas bibliografias produzidas por autores/as que se debruçaram sobre o desenvolvimento da região com a economia voltada para exploração do carvão. Inicia-se o tópico com uma breve análise do contexto político-econômico nacional, no qual se insere o projeto de industrialização regional.

No início do século XX, no Brasil, intensificou-se um processo de desenvolvimento socioeconômico que ficaria conhecido como projeto de desenvolvimento por etapas, marcado como projeto etapista de desenvolvimento calcado sobre o capital produtivo e industrial. Tratava-se de um contexto estrutural sexista e patriarcal, no qual se começaria a fomentar o ideário desenvolvimentista capitalista desde a formatação de uma indústria nacional e todo um discurso/formulação teórica voltada ao desenvolvimento industrial enquanto projeto de nação.

Octavio Ianni (2000, p.60) escreve que “cabe reconhecer que cada interpretação do país nasce de um dado clima intelectual, envolvendo questões e tensões que flutuam no ar e desafiam uns e outros”. Assim, é importante problematizar determinada compreensão de desenvolvimento que parece ter sido a vitoriosa no campo da disputa política e das ideias, que se tem levado a cabo ao longo de grande parte da história política e econômica nacional.

O autor ainda apontou a tentativa de construção de uma compreensão acerca do que chamou de “homem cordial”, no mesmo sentido das antigas relações escravistas, neste momento em relação às mulheres dentro de uma sociedade patriarcal que se buscava naturalizar e, ao mesmo tempo, solidificar enquanto ideal societário. Também sobre o desenvolvimento, construíram-se narrativas a fim de consolidar as mesmas enquanto projeto socioeconômico e ideológico, e que se afirmaram como desenvolvimento e capitalismo domesticado (inclusivo).

Há aí um dilema: em uma sociedade em que o trabalho é visto como atividade subalterna, escrava, de casta inferior, outra raça, quando se dá a abolição do escravismo coloca-se o desafio premente e urgente de redefinir o trabalho, conferir-lhe dignidade, considerá-lo atividade indispensável, com o qual se expressa a dignidade do indivíduo e da sociedade. (IANNI, 2000, p. 61).

Neste contexto de reconstrução da imagem e da narrativa em relação ao trabalho capitalista e o dependente projeto de desenvolvimento industrial brasileiro, situa-se o trabalho reprodutivo das mulheres e a divisão sexual do trabalho como instância estrutural de perpetuação da sociedade patriarcal.

Para Celso Furtado, um dos principais nomes da teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento, o processo envolveria três dimensões, a saber: crescimento e modernização do sistema e da capacidade produtiva; satisfação de necessidades sociais e elementares; a satisfação de interesses das elites dominantes, responsáveis pelo processo competitivo (FURTADO, 1980, p. 16). Buscava-se aliar a satisfação das necessidades populares mediante produção e exploração do trabalho e, conjuntamente, satisfazer os interesses das elites econômicas com a acumulação de capital. Esse seria o projeto para vencer a condição de subdesenvolvimento do capitalismo tardio como etapa a ser abandonada.

Assim, teve início o projeto socioeconômico brasileiro, baseado na especialização e divisão sexual da mão de obra, como meio de alavancar o tripé emprego-renda-consumo, criando um mercado interno nacional e proporcionando o contexto para uma indústria de substituição de importações. O projeto de desenvolvimento se daria com base no trabalho assalariado (explorado) pela intensificação da produção de bens duráveis (em substituição às importações), e, mediante a aceleração do consumo; o que se fez eminentemente voltado para a acumulação de capital das elites locais, não em consonância com as necessidades de consumo e produção da população regional, historicamente marginalizada.

Essa dinâmica estrutural que impõe aos trabalhadores, o trabalho (explorado) produtivo para fomentar o consumo evidencia exatamente um dos nós da dinâmica de exploração e dominação. Ou seja, se o trabalho e o projeto de desenvolvimento burguês brasileiro se fizeram dissociados das necessidades das populações empobrecidas, da mesma forma, a dinâmica de modernização e divisão sexual do trabalho contribuíram para a marginalização das mulheres na sociedade capitalista.

Consoante o projeto modernização das sociedades, busca-se desvincular a imagem do Brasil do período colonial, passando-se a investir os esforços nessa nova ideia de construção de um país moderno, industrial e alinhado a concepções higienistas e reformistas. Maria Martha de Luna Freire (2008, p. 154) escreve:

Os esforços da elite intelectual concentravam-se sobretudo em tentativas de eliminação de qualquer resquício de um passado de ‘atraso’ e tradição e de incorporação do ‘novo’ como passaporte para a ordem e o progresso. Sob a égide da modernidade – transformada em palavra de ordem em todo o mundo – almejava-se uma verdadeira transformação cultural, com rejeição à cultura colonial e configuração de novas relações sociais, impondo-se a adoção de comportamentos e atitudes adequados aos ‘novos tempos’.

A concepção de progresso e desenvolvimento do capital industrial ligado à modernização, crescimento econômico e urbano do país, não considera questões como as desigualdades sociais já existentes que foram agravadas com a maturação do capitalismo. Nesse contexto de constantes (e contrastantes) transformações nos cenários político e socioeconômico, a maternidade e a infância foram ressignificadas, tal como demonstra Freire (2008, p.154):

Signo máximo da modernidade e ferramenta propulsora privilegiada no processo de transformação social em curso, a ciência foi acionada num processo de conformação de determinado modelo de maternidade, configurando-se, através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna.

Sobre a região carbonífera do sul de Santa Catarina, em específico a cidade de Criciúma, Carlos Renato Carola (1997) observa que o reconhecimento nacional como a capital do carvão ocorreu no contexto de segunda guerra mundial. Na década de 1940, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a consolidação da indústria carbonífera de Criciúma e região. A exploração do minério ocorreu em meio a políticas que buscariam promover autonomia nacional e o desenvolvimento do país, que visava diminuir a dependência do mercado internacional, compreendendo que o carvão era a principal fonte energética para produção industrial.

A intensificação e a expansão da indústria promoveriam importantes transformações, impactos ambientais e sociais na região, comprometendo os modos de vida da população, assim como também a criação de novos hábitos e reorganizações nos núcleos familiares. Conforme Carola (1997), uma das características da região foi a intensa migração de populações que viriam de regiões rurais e litorâneas.

De acordo com o autor, homens e mulheres, que até então realizavam atividades na agricultura e na pesca, com a intensa exploração do carvão e a demanda por mão de obra nas minas, vieram em busca de uma “vida melhor”, uma vez que os salários pagos aos mineiros seriam mais elevados do que os ganhos que tinham até então. A esperança de uma vida próspera faria com que homens e mulheres mudassem modos de vida.

Homens que realizavam atividades na superfície, arando, plantando e com a pesca, adentraram o subsolo para um trabalho extremamente pesado e que consumia diariamente a saúde.

O trabalho “pesado” não ficaria restrito ao sexo masculino e, como escreve Carola (1997), as mulheres não foram excluídas do trabalho com o “ouro negro” e realizariam a “escolha do carvão”, comumente conhecidas como “escolhedeiras”. “A escolha manual tinha por objetivo a eliminação do folhelho e piritita do carvão bruto” (CAROLA, 1997, p. 27), trabalho classificado como leve, considerado condizente com o tipo físico e habilidades femininas que exigia um olhar atento e habilidades nas mãos.

Entretanto não se tratava de um trabalho leve, visto que as trabalhadoras cumpririam uma carga horária de trabalho rígida e exaustiva, além de realizarem as atividades domésticas.

O dia de uma “escolhedeira” começava de madrugada. Na maioria das minas a jornada regular de trabalho das “escolhedeiras” ia das 7 às 16 horas. Solteiras ou casada, os preparativos da madrugada ficavam sob responsabilidade delas. Acordar, levantar, preparar a bolsa com café e pão, eram tarefas das mães ou das filhas. (CAROLA, 1997, p.34).

As atividades eram realizadas em pé e como ferramenta de trabalho manuseavam uma “picareta”, que “separava” o carvão da piritita e folhelho, o trabalho era realizado em condições precárias e sem nenhuma proteção contra os acidentes que ocorriam no rosto, olhos (por conta dos fragmentos que saltavam), ferimentos nas mãos, pés e pernas; também outros problemas de saúde, como de coluna, por conta da posição que permaneciam durante o trabalho.

Conforme Carola (1997, p. 39), o emprego de mulheres nas minas de carvão estava relacionado ao fato de que os salários pagos eram mais baixos do que os salários pagos aos homens e, não apenas por isso, mas também porque a função seria compatível com a “natureza feminina”.

Não resta dúvida de que os menores salários da mão-de-obra feminina empregada nas minas era um dos fatores atrativos principais para sua contratação. Mas creio que, neste caso, o estereótipo idealizado de uma natureza feminina possibilitou e legitimou a sustentação da hierarquia entre as duas forças de trabalho presentes nas minas. A escolha manual do carvão era considerada um trabalho “leve, simples, e repetitivo”, um trabalho que exigia “visão” atenta e minuciosa. Pois o serviço de seleção e classificação reclamava “olhar aguçado” e mãos ágeis. Uma função, portanto, “perfeitamente compatível” com a “natureza feminina” e contrária à masculina. (CAROLA, 1997, p.39).

Embora as mulheres fossem contratadas para exercer a função de “escolhedeiras”, os trabalhos não se limitavam a essa atividade na superfície das minas, “cerrar lenha, encher e empurrar vagonetas, encher caminhões, carroças ou carros de boi, também eram tarefas realizadas pelas “escolhedeiras” (CAROLA, 1997, p.71).

A ideia de apresentar algumas considerações a respeito do trabalho das “escolhedeiras” é no sentido de demonstrar a presença das mulheres nas minas de carvão, considerado espaço masculino. As mulheres integraram, durante um tempo considerável, atividades envolvidas na exploração do carvão, não realizavam atividades apenas na esfera privada e outras considerados femininas, como lavadeiras e domésticas.

Como consequência da migração da população rural e do litoral para Criciúma, o processo de urbanização foi intensificado, abrangendo um crescimento que não teve um planejamento organizado condizente. Com o aumento do número de minas, cresceu também a necessidade de mão de obra operária (trabalho braçal e não qualificado) e a construção de moradias. Assim, as empresas mineradoras passaram a investir na construção das vilas operárias para seus trabalhadores e suas famílias.

A construção das vilas operárias pelos proprietários exerceria uma dupla intencionalidade. Primeiro, “atrair e fixar mão de obra” (CAROLA, 1997, p. 87), visto o intenso fluxo migratório e a necessidade de contratação de trabalhadores. Segundo, pode ser compreendido como dispositivo de poder disciplinar e de controle (FOUCAULT, 2020) dos corpos dos trabalhadores, na medida que exerciam vigilância constante para além do espaço produtivo, incidindo na esfera privada familiar e no gerenciamento sobre suas vidas, por meio de uma biopolítica que intervém sobre o corpo social, ou determinado segmento populacional, identificando-os como indivíduos político-biológicos e atuando na produção dos sujeitos.

Em muitas vilas operárias, existiam mercados, açougues, espaços de convivência, como salões de festa, que pertenciam aos industriais capitalistas e que permitiriam maior controle da vida operária e de seus salários. Foram demarcados os espaços que a classe trabalhadora poderia circular e ofertados o que se julgou necessário para reprodução da vida social, incluindo espaços de lazer para que a classe empobrecida não necessitasse adentrar nos espaços e bairros elitizados da cidade. O estudo sobre vilas operárias de São Paulo, realizado por Margareth Rago (2004),

demonstra padrões de constituição e organização semelhantes aos observados em vilas operárias da região carbonífera.

Eliminando todos os intervalos que separam a vida e trabalho do dia a dia do operário, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância. Segregado nos bairros periféricos e distantes das cidades, o proletariado é ainda internado nos limites da minicidade que a vila pretende constituir, possibilitando uma gerência patronal absoluta sobre todos os seus comportamentos. (RAGO, 2014, p. 232).

As vilas que abrigavam as famílias dos operários, normalmente, não proporcionavam aos seus moradores condições dignas e confortáveis de vida. O médico sanitariano, Francisco Boa Nova Jr., descreveu como eram as casas dos mineiros no documento intitulado *Problemas Médico-Sociais da Indústria Carbonífera Sul Catarinense* (1953, p. 67):

Casas (ou melhor dizendo “ranchos”) velhíssimas, toscas de madeira empenada e podre, com cobertura de cacos de telhas, cheias de buracos enormes por onde a chuva se escôa aos borbotões, com assoalhos e paredes repletos de largas fendas, por onde o vento Sul, no inverno rigoroso, penetra impiedosamente, fustigando não só o próprio mineiro, mal agasalhado, como também sua mulher e seus infelizes filhos, cobertos com farrapos, constituem as habitações dos mineiros. São em geral, também, de reduzidas dimensões, para certas famílias numerosas de Operários.

Além da situação precária das moradias, existiam também os problemas derivados da falta de saneamento básico (água encanada e tratada, e rede de esgoto); a água para consumo era fornecida pelas mineradoras que providenciaram “bicas” no interior das vilas (BARCHINSKI, 2004; CAROLA, 1997). A maior parte das vilas não contavam com fornecimento de energia elétrica, visto que essa tecnologia estava ainda sendo estruturada, e assim a iluminação era por meio de lamparinas de querosene (CAROLA, 1997).

No artigo intitulado *A Nutrição nas Vilas Operárias*, Marli de Oliveira Costa (2004) escreveu sobre as vilas operárias, os hábitos e costumes da população. Conforme descrito pela autora, “o quintal, como extensão da cozinha, era o local onde podíamos encontrar um córrego formado pela água da louça lavada nos “jirais”, a “patente ao fundo [...]. Também circulavam os animais de criação: galinhas, porcos, cabritos, tudo misturado” (COSTA, 2004, p. 120). Essa forma de organização habitacional poderia remeter aos hábitos mantidos pelas famílias, de acordo com o modo e costumes vivenciados no campo ou no litoral. Embora residindo nas pequenas “cidadelas”

formadas pelas vilas, mantiveram costumes de criação de animais, muitas mulheres tinham pequenas hortas quando a condição do solo permitia, tem em vista que as casas foram construídas sob piritas (rejeitos do carvão).

Hábitos e costumes que não estariam alinhados ao modo de vida urbana, nem de acordo com o projeto de desenvolvimento industrial e de modernização das cidades. Necessitando, assim, de um investimento por parte de instituições e agentes sociais no sentido de formação e educação da população operária para se adequarem aos parâmetros normativos de uma sociedade moderna e urbana.

Costa (2004) observa que a questão sanitária das vilas operárias apresentava muitos problemas à saúde de seus moradores, sendo fonte de doenças. A água utilizada para o preparo dos alimentos contaminada pelos rejeitos do carvão (considerando que os rios, córregos e nascentes foram tomados pela poluição do minério) e os moradores não tinham o hábito de ferver a água para evitar doenças. Além das poucas possibilidades e variações de alimentos que eram preparados, dadas as limitações econômicas e materiais de acesso.

Como ressaltado, o adoecimento da população operária e suas famílias se relacionaria a questões sociais, exacerbadas por conta de uma urbanização acelerada e sem planejamento adequado. Aspectos que não foram considerados frente ao projeto hegemônico nacional de progresso e desenvolvimento. A poluição das águas, a falta de rede de esgoto, as péssimas condições de habitabilidade nas vilas operárias e os baixos salários não propiciavam condições de vida no mínimo adequadas à população. Elementos que não foram considerados para os capitalistas (donos das mineradoras), assim como pelo Estado, até o momento em que passaria a ser percebido pelo elevado número de óbitos infantis, chamando a atenção de médicos e intelectuais que dariam visibilidade a situação.

Tais aspectos foram apontados pelo médico sanitário Francisco de Paula Boa Nova Junior, que realizou um estudo já citado sobre as condições de vida nas vilas operárias da região carbonífera em 1953, por meio do qual informou uma série de questões envolvendo o processo de extração do carvão. Segundo informou o médico, quando chegou em Criciúma, no fim de 1944, deparou-se com a realidade da cidade quanto a condições higiênicas, sanitárias e a mortalidade infantil em Criciúma: “sem rede de abastecimento d’água, sem esgotos, sem serviço de coleta de lixo, sem

calçamento e com uma iluminação elétrica precaríssima [...] difíceis eram as condições de vida de toda sua população” (BOA NOVA JÚNIOR, 1953, p.13).

De acordo com o documento, com a rede de abastecimento de água de Criciúma algumas doenças que acometiam a população como “disenterias amebiana e bacilar” sofreria uma diminuição, incluindo os casos de mortalidade infantil, e com a construção da rede de esgoto, Boa Nova Júnior acreditava que essas doenças poderiam ser erradicadas.

Cabe destacar que os altos índices de mortalidade infantil não seria um problema de saúde isolado da região, mas de proporções nacionais daquele período, chamando atenção do poder médico por serem diários os sepultamentos infantis nas vilas.

Os constantes “enterrinhos” que aconteciam nas vilas operárias, isso até a década de 1960, assustavam a população da região carbonífera de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que causava um mal-estar às autoridades públicas, aos empresários da mineração e às elites de um modo geral. (BARCHINSKI, 2004, p. 153).

Profissionais médicos que trabalharam na região, de acordo com suas percepções, elencaram fatores que contribuiriam para o aumento da mortalidade infantil, como as condições de habitabilidade das casas e a má alimentação, porém parte da culpa foi direcionado aos pais, preponderantemente às mães. A pobreza era percebida como sinônimo de “ignorância”. No mesmo documento, mencionado anteriormente, a questão da mortalidade infantil seria considerada pelo médico Francisco Boa Nova Júnior, em referência à “ignorância das mães” como uma de suas causas:

É sumamente desagradável e doloroso relatarmos aqui que muitas criancinhas, em Criciúma, pareciam em grande número, até há bem pouco tempo bem poucos anos e ainda parecem agora, em número bem menor. É verdade, de fome! Isso no primeiro ano de vida, em virtude, principalmente o descaso dos seus próprios pais, da **ignorância de suas mães**, que sob a infundada alegação de que seu “leite era fraco”, desmamavam-nas logo às primeiras semanas de vida, substituindo o preciosíssimo leite materno pelo pirão de farinha de mandioca feito com água. E esta água empregada na alimentação das criancinhas, antes da construção da rede de abastecimento d’água de Criciúma, provinha, quase sempre, de poços e cisternas enlameados, cheios de sapos, a maioria deles situada, nas vizinhanças das toscas “patentes” de madeira, com fossas rudimentaríssimas, poluídos, portanto por uma abundante flora microbiana, altamente nocivas ao delicado organismo das criancinhas subnutridos. (BOA NOVA JÚNIOR, 1953, p. 22, grifo nosso).

Na mesma perspectiva, o médico Zacharias Manif, em 1957, relatou a situação da infância em Criciúma em uma reportagem intitulada *A Mortalidade Infantil em*

*Criciúma*. Na primeira parte da reportagem (1957 [a] p.01), o médico apresentou que era, principalmente, no primeiro ano de vida que ocorreriam as mortes e ressaltou, como uma das principais causas do elevado número de mortalidade, a “ignorância e miséria” (1957 [b] p. 07). A questão da ignorância e da miséria, no sentido atribuído ao longo dos referidos documentos, será retomada na seção 4.3 neste capítulo.

Diante das circunstâncias, no âmbito das relações capital-trabalho, as condições de vida das famílias dos operários se constituiriam como foco de investimento e de urgente transformação. Em decorrência, foram intensificadas parcerias institucionais e ações direcionais ao que se nomearia então como foco do problema. Entre outros encaminhamentos realizados, os dois tópicos seguintes tratam, respectivamente, da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) como agente social em políticas sócio-médico-assistenciais e de um conjunto peculiar de ações que foram realizadas enquanto política sócio-médico-assistencial.

#### 4.2 A SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO (SATC) EM POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS

A Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC) foi criada em 1959 por empresários e proprietários de minas de carvão, com o objetivo de fornecer assistência social aos trabalhadores da indústria carbonífera e suas famílias, bem como a formação profissional técnica aos jovens-futuros profissionais da área. O projeto inicial tinha como objetivo um educandário direcionado para mulheres, porém o projeto não se concretizou por falta de recursos, não sendo possível a construção do prédio onde seria a Escola para meninas, privilegiando-se a Escola masculina (Relatório SATC, 1963; 1966; 1967).

Não se tem a intenção de explorar a questão no estudo (formação educacional), porém é necessário apontar qual seria o direcionamento da formação pensada para as mulheres conforme registrado em um dos Relatório da SATC.

[...] preocupando-se com a formação técnico-educacional da mulher, cujos pais e esposos estejam vinculados a indústria extrativa do carvão.[...] um educandário destinado aos cursos de educação profissional e economia doméstica, consistindo no ensinamento das disciplinas de cultura geral (português, matemática, etc...) e nas de cultura técnica, tais como: administração do lar, nutrição e preparo de alimentos, vestuário, indústria de

confeção de roupas, higiene, enfermagem, puericultura, arte e decoração, desenho aplicado, industrialização e conservação de alimentos, etc... (Relatório SATC, 1965, Fl.16).

Esse registro demonstra como a educação feminina era direcionada a formação de mulheres disciplinadas, futuras esposas e mães que dominariam a arte de bem servir a família, adequadas as normas sociais. Uma educação voltada para o espaço doméstico, para o trabalho de cuidados em que o nível de conhecimento não subverteria a função social das mulheres naquele dado momento histórico – a de boa esposa e mãe. Enquanto, para os homens, seriam ofertados cursos de formação técnica, direcionada a atividades da indústria, fornecendo condições para que se mantivesse o status de provedores da família. Discursos que corroboram as análises anteriores quanto à divisão sexual do trabalho.

A iniciativa dos empresários, em criar uma instituição direcionada a prestar assistência social e educacional a mineiros e suas famílias, pode ser analisada pela perspectiva de que buscavam diminuir tensões entre trabalhadores e mineradores, geradas pelo projeto desenvolvimentista do capitalismo brasileiro. De um lado, os proprietários de minas, nos quais a preocupação era garantir cada vez mais a exploração da mão de obra e da matéria prima (carvão), e assim o acúmulo de capital; de outro, os trabalhadores na luta por melhores salários, condições de trabalho e de vida. O estudo realizado por Giani Rabelo (2007) identificou algumas das tensões que se estabeleciam na região.

Criciúma e região carbonífera, no que tange ao movimento sindical mineiro, eram uma “panela de pressão” prestes a explodir. Os movimentos grevistas ocorridos desde 1920 mesmo sem a existência de um sindicato da categoria, se intensificaram ano após ano (RABELO, 2007, p. 337).

No ano de 1965, na 1ª Zona Carbonífera de Criciúma que abrange os seguintes núcleos (Rio Maina; União e Cidade Mineira; Metropolitana; São Marcos; Bôa Vista; Mina do Mato; Mina Naspoline; Mina do Bainha; Linha Batista; São Simão; Próspera; Operaria Velha; Operária Nova), foram iniciadas as atividades de cunho assistencial nas vilas operárias, por meio de um convênio com a congregação religiosa Pequenas Irmãs da Divina Providência (Relatório SATC, 1965). As irmãs atuavam diretamente junto a famílias dos mineiros, realizando visitas domiciliares, serviço de puericultura, cursos de formação feminina para esposas e filhas dos operários, atividades recreativas para crianças, bem como atividades sociais e educacionais (RABELO, 2007).

O serviço de assistência funcionou até o ano de 1981, quando foi finalizado o convênio com as irmãs. Neste ano, a SATC passou por uma reestruturação e deixou de atuar nas vilas operárias. Conforme consta no relatório de 1982 (referente ao ano de 1981), com o surgimento de outras entidades e instituições que atuavam na mesma área, a SATC encerrou as atividades junto às famílias dos mineiros nas vilas operárias e passaria a ofertar a assistência social diretamente aos seus alunos, pais e responsáveis (Relatório SATC, 1982).

O Serviço Social da SATC, por meio das religiosas, tinha em seu bojo atividades e ações que faziam parte da rotina do setor. Desta forma, para conhecimento, faz-se necessário apresentar brevemente as atividades que integravam a agenda, sem uma descrição completa de cada uma. Ao longo de todo o período em que o Serviço Social atuou, as atividades sofreram alterações de nomenclatura e até mesmo foram reorganizadas, de acordo com demandas que surgiram em decorrência da realidade social local e das transformações sociais locais. Cabe citá-las para dimensionar as formas de atuação que ocorreram junto a famílias das vilas operárias, através do trabalho assistencial da SATC.

No total, foram 24 relatórios anuais localizados e identificados pelos seguintes anos de elaboração: 1960, 1961, 1962, 1963, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984. Para a análise, foram selecionados relatórios relativos aos anos de 1965 a 1981, período no qual o Serviço Social da SATC atuou nas vilas operárias atendendo a famílias dos mineiros.

Os Relatórios, foco da pesquisa, foram produzidos por membros da diretoria da SATC e por uma irmã da congregação Pequenas Irmãs da Divina Providência, coordenadora do Serviço social da SATC, apresentados aos membros dos conselhos fiscal e consultivo da instituição. Os relatórios apresentam informações acerca das atividades, ocorrências e execução orçamentária da SATC. Contendo planilhas dos atendimentos realizados pelos serviços de puericultura, com os números das crianças cadastradas e atendidas por vila operária, as vacinas aplicadas, as consultas nos postos de puericultura, o número de crianças hospitalizadas e de óbitos.

Da mesma forma, eram apresentados o total de visitas domiciliares realizadas pelo serviço social durante o ano, registros do número de participantes (associadas) nos clubes de mães e senhoras; nos clubes de senhoritas, jovens e infantis, bem como o

número de reuniões realizadas no ano. Também, era demonstrado o número de matrículas realizadas nos cursos populares nas diferentes modalidades e nos diferentes núcleos operários.

Ademais, eram registradas informações referentes aos gastos realizados e é possível identificar argumentos que demonstravam a necessidade de maiores investimentos na instituição para ampliação dos trabalhos já realizados, bem como da contratação de profissionais. Salienta-se que os relatórios possuem o mesmo caráter descritivo, mas o conteúdo e a maneira como eram descritas as atividades podem não ser idênticas.

Sendo assim, foi selecionado o primeiro relatório, em que as primeiras atividades foram registradas em 1965. O relatório de 1980 foi o último relatório do Serviço social que registrou os cursos populares que até então foram realizados. A escolha do relatório de 1980 ocorreu pelo fato de que, na análise do relatório de 1981, último ano de atuação do Serviço social da SATC nas vilas operárias, os cursos populares não foram registrados.

No relatório de 1965, foram descritas as atividades realizadas pelo setor, que corresponderiam aos “Planos assistenciais”, organizados da seguinte forma: (1) Serviço de Puericultura; (2) Serviço de Assistência Social; (3) Assistência Educacional e (4) Assistências Diversas. O Serviço de Puericultura foi elaborado e organizado pelo médico pediatra Dr. David Luiz Boianovski, que realizou curso preparatório/formação “Teórico e Prático de Puericultura” para as irmãs da congregação das “Pequenas Irmãs da Divina Providência” que iriam atuar junto às famílias operárias.

Como atividades, o (1) Serviço de Puericultura incluía Visitas domiciliares e atendimentos nos postos de puericultura. O (2) Serviço de Assistência Social incluía: (a) visitas domiciliares; (b) Serviço Social de grupo (grupos de mães e senhoras; senhoritas e infantis); (c) Cursos Populares, direcionados às mulheres, esposas dos mineiros, contava até o momento com duas modalidades, “trabalhos manuais-arte aplicada e ornamentação do lar” e “arte culinária”; (d) Serões Litúrgicos, que buscava fomentar e elevar o nível moral e cultural da população; e (3) Assistência Educacional - que neste ano destacou a Escola industrial masculina (Relatório SATC, 1965).

No relatório de 1980, constavam as seguintes atividades: (1) Serviço de Plantão; (2) Serviço de Puericultura (preventiva e curativa); (3) Cursos Populares (trabalhos

manuais e artesanato); (4) Clubes infantis e catequese; (5) Recreações, festivais e encenações; (6) Coordenação (Relatório SATC, 1980).

Durante o período em que a SATC manteve convênio com congregações religiosas, de 1964 a 1981, a oferta de cursos populares às esposas e filhas dos operários integravam as atividades e eram realizados nas vilas operárias. Os cursos oferecidos eram de arte-culinária, trabalhos manuais - arte aplicada e ornamentação do lar. Essas foram as modalidades de cursos citados nos primeiros relatórios do Serviço Social da SATC (1965,1966,1967, 1968 e 1969). No relatório de 1970, o curso de corte e costura foi registrado como outra modalidade que passaria a ser ministrada.

No próximo tópico, são analisados um conjunto peculiar de atividades que foram mediadas pela SATC no período de 1960-180, de modo a identificar e analisar discursos de gênero construídos sobre a maternidade e a infância nas relações capital-trabalho na região carbonífera de Criciúma. Mais precisamente, procura-se demonstrar a produção discursiva de gênero em cursos populares e compreender como contribuíram para a formação de comportamentos, instituindo “outros” hábitos de vida à população operária.

Busca-se identificar quais discursos aparecem com regularidade, embora possam estar revestidos por termos gramaticais distintos, mas que possuem uma mesma intencionalidade; e, também, como as mulheres seriam instrumentalizadas para uma domesticidade moderna e ideal que serviria a determinado projeto de desenvolvimento.

#### 4.3 A FORMAÇÃO DE BOAS MÃES E ESPOSAS EM CURSOS POPULARES: POLÍTICAS SÓCIO-MÉDICO-ASSISTENCIAIS COMO DEMANDAS DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO

No relatório do Serviço Social da SATC de 1965, dentre os selecionados como fonte para a pesquisa, está anexado o trabalho apresentado na cidade de Florianópolis, no II Simpósio do Carvão Nacional, intitulado *A Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão e a Assistência social na Zona Carbonífera de Santa Catarina*, em que o trabalho assistencial da SATC foi relatado. A questão da mortalidade infantil foi debatida e compreendida como algo que perpassava questões sociais mencionadas no tópico anterior. Neste relatório, salienta-se a pobreza e

ignorância que envolviam a população dos operários como um dos fatores que contribuíam para essa problemática.

Constava ainda que, aliado a fatores sociais – decorrentes da situação de pobreza vivenciada pelas famílias atendidas –, o “ciclo da ignorância”, como era denominado, seria entendido como algo pertencente e intrínseco à população operária das vilas industriais, e que contribuía para mortalidade infantil.

Nessas populações, quando não são tomadas medidas preventivas, o referido ciclo se faz presente com toda sua intensidade. **A criança, nascida de gestante anêmica e contaminada**, passa receber o impacto desta força monumental que é o **binômio ignorância-miséria**, realizando os processos de crescimento e desenvolvimento em **casebres sujos, confinados, promíscuos**, com alimentação inadequada, contaminando-se, chegando ao óbito com relativa facilidade no primeiro ano de vida e, livrando-se deste, acaba por apresentar-se com um distrófico de baixo quociente intelectual em mínimas condições físicas, formando concepções negativas da sociedade e **desenvolvendo recalques** que, na idade adulta, a par da própria incapacidade intelecto-física para o trabalho, determinam a tomada de atitudes agressivas contra os bem afortunados a quem ele (consciente ou inconscientemente) julga culpados da própria descompensação (RELATÓRIO SATC, 1965, folha 3, grifo nosso).

O trecho acima descreve parte da “perspectiva” de agentes sociais que através de serviços médico-assistenciais às famílias pobres buscavam promover uma mudança de hábitos de vida. Com efeito, em uma nova forma de organização familiar e social, teriam a higiene e a puericultura como eixos centrais, a fim de diminuir a mortalidade infantil e prevenir doenças derivadas dos hábitos anti-higiênicos, falta de cuidados na formação física, intelectual e moral das crianças, e que, segundo o relatório, tinha origem no “binômio ignorância-miséria”.

A partir desse registro, percebe-se a construção de uma moral elitizada e permeada por preconceitos de classe e gênero. Embora a preocupação com a infância tenha sido importante para que fosse objeto de atenção de autoridades políticas, instituições e Estado, não se pode banalizar o caráter da culpabilização que é atribuído à população pela situação socioeconômica em que se encontravam, como se pobreza fosse sinônimo de ignorância e vice-versa.

Necessário refletir sobre o conteúdo dos discursos sem a pretensão de utilizar fragmentos isolados de enunciados, ou, analisá-los como uma produção individual sem considerar o tempo e espaço que foram produzidos, mas compreendê-los como produções de determinado período histórico, socioeconômico e político. Analisá-los a partir de suas condições de possibilidade, tanto de quem os produziu, quanto de quem

os reproduziria. Foucault (2004, p.31-32) escreve sobre os enunciados, como compreendê-los e interpretá-los:

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. [...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

No mesmo sentido apresentado, no Relatório de 1965, sobre a percepção de agentes sociais a respeito da ignorância que permeava as famílias, principalmente as mulheres pobres, no Relatório de 1967, um dos objetivos registrados para o trabalho assistencial indicava certo controle da natalidade. A preocupação com o crescimento descontrolado da população possuía um recorte muito específico, na medida em que era direcionado a populações empobrecidas e que, conforme a passagem anterior, estariam envolvidas em um “ciclo da ignorância”. Logo, era necessária uma intervenção, a fim de ensinar/educar as mães para o cuidado dos filhos; criando e fortalecendo vínculos de afeto das mães para com os filhos, como forma de fomentar uma preocupação com a saúde e o bem-estar, de forma a evitar a morte e uma outra gestação.

Além do mais, a partir da assistência médica e social, que estava sendo implantada, o acesso a mulheres seria facilitado através das visitas domiciliares e orientações de puericultura. A intenção se mostra no relatório de 1967:

De uma maneira ampla, 60% das mães deste país exigem imediatos cuidados médicos para si (relativamente) mas não têm a mesma atitude em relação à criança, posto que a perda de um será reposta com a imensa facilidade numa nação onde o índice de natalidade é super-elevado. O Serviço de Puericultura da SATC exerce um trabalho de orientação como poucos no Brasil. Embora seja pouco valorizado por muitos, constitui, sem dúvidas, o mais eficiente trabalho médico-assistencial que já se fez em nossa cidade e vem provar na prática, cabalmente, a verdade irretorquível de que, onde se **controla preventivamente a mortalidade infantil, automaticamente se controla também a natalidade. O conhecimento das responsabilidades em relação aos filhos fez com que as mães valorizassem a criança e passassem a compreender melhor a necessidade de limitar o número de filhos**, ouvindo com mais atenção os conselhos de planejamento familiar que as Irmãs assistentes do Serviço de Puericultura lhes transmitem. (RELATÓRIO SATC, 1967, Flh.11-12, grifo nosso).

O trabalho de assistência era atravessado por aspectos morais e normativos, de cunho religioso e científico, tinha as irmãs como assistentes do serviço e que manteriam contato direto com as famílias operárias; e os médicos, como profissionais que

orientariam parte do trabalho realizado por elas. Como escreve Matos e Morais (2007, p.29), “a Igreja, o Estado e a medicina convergem seus interesses a fim de disciplinar mulheres e homens”.

Portanto, pode-se notar que a questão do controle da natalidade envolve práticas e orientações da assistência médico-social enquanto dispositivos políticos, que buscavam regular a reprodução e a sexualidade, que faz parte do que Foucault define como “biopoder”. Sobre um dos aspectos do “biopoder”, Foucault (2020, p.151-152) aponta ser ele “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”. Com isso, buscava-se gerir a vida, e ao longo dela, discipliná-la e controlá-la.

No livro *Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista Brasil 1890-1930*, Margareth Rago (2014) desnuda a trajetória e história de mulheres que foram ocultadas pela perspectiva masculinista das narrativas em retratar os espaços ocupados pelas elas, nos âmbitos público e privado, e a formação de um ideal de família, baseado em uma suposta moral burguesa em que se buscava demarcar as atribuições sociais de acordo com o sexo.

A autora demonstra como novos hábitos e formas de conduzir a vida foram desenhados como norma às famílias pobres. Embora não retrate especificamente a vida de mulheres e homens que tinham suas vidas marcadas pela exploração do carvão, sua análise se alinha muito bem ao modo de organização e formas de viver nas vilas operárias da região carbonífera de Criciúma. Como escreve Margareth Rago (2014, p. 86-87):

Instituir novos hábitos, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promiscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica de poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. [...] A família nuclear, reservada, voltada para si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.

Nos contextos em que a família é percebida como elemento central e funcional para organização social, as mulheres adquirem um protagonismo, no sentido de que “seu papel de reprodutora é valorizado” (RAGO, 2014, p. 93), atribuindo a elas a centralidade nos cuidados da família, responsabilidade pela formação moral e física dos

filhos, que passariam a ser percebidos como o futuro da nação e dos trabalhadores para o capital.

Da mesma forma, valorizando e demarcando a importância do trabalho masculino, elegendo os homens como responsáveis primeiros pela manutenção econômica da família; e, como já demonstrado, às mulheres foi designada à posição de vigilantes do lar, que deveriam se dedicar a manter a harmonia e organização da casa. Assim, os homens-trabalhadores-provedores teriam atendidas suas necessidades para o descanso, alimentação e cuidados no espaço doméstico e familiar, promovendo condições favoráveis para o trabalho no espaço produtivo.

Nesse sentido, complementando as discussões realizadas em tópicos anteriores, sobre o cuidado e a divisão sexual do trabalho, busca-se demonstrar como as mulheres são percebidas e interpeladas por discursos que promovem a naturalidade feminina para o cuidado, e, mais do que isso, como são constituídas por discursos e normas sociais, culturais e políticas, relegando-as ao trabalho de cuidados, direcionado ao mercado ou mesmo para a família. Em artigo sobre o cuidado, Joan Tronto (1997) ressalta como a responsabilidade “do” ou “pelo” cuidado é direcionada às mulheres e aos homens na sociedade.

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham “cuidado com” e as mulheres “cuidem de” (TRONTO, 1997, p. 189).

A definição e considerações sobre o “cuidado de” remetem a reflexões sobre atividades desenvolvidas pela SATC, tais como os cursos populares, que eram ofertados apenas para mulheres. Mas não a todas as mulheres. O foco eram mulheres esposas e filhas de mineiros, que necessitariam ser disciplinadas e instrumentalizadas para uma sociedade urbana e moderna, com atribuições e funções sociais determinadas por normas de gênero. No sentido de fortalecer representações sociais de mulheres e de homens, a partir de uma estrutura e de um modelo de sociedade da época e que se projetava como moderna.

No Relatório de 1969, sobre os cursos, é explicitado o que era abordado em cada um deles:

**Arte Culinária-** abrangendo a parte teórica e parte prática. As alunas aprendem a organizar um cardápio dentro das exigências da dietética estudam a origem dos alimentos, calorias que contém, vitaminas, etc. A parte prática vai do trivial a confecção de bolos artísticos. **A economia doméstica** também é ensinada as alunas bem como as boas maneiras. **Trabalhos Manuais-** bordados, crochê, tricô, jogos de cama, e mesa, etc, etc. **Artesanato-** flores, modelagem, decapé, arranjos para Páscoa e Natal, enfeites para mesa de aniversário, pintura em vidro, tela e pano etc etc. (RELATÓRIO SATC, 1969, Folha 6-7, grifo nosso).

Verifica-se que o conjunto de cursos populares ofertados possuía um recorte muito bem delimitado, no sentido de que todos proporcionariam o aprendizado de técnicas que seriam utilizadas na esfera doméstica, tornando o lar um espaço mais acolhedor e confortável para a família, bem como formas de aprimorar o rendimento da economia familiar com as orientações voltadas para “Economia doméstica”. Como escreve Cynthia Sarti (2011, p.61) sobre as famílias pobres, “[...] a mulher, em seu desempenho como *boa dona-de-casa*, faz com que *apesar de pouco, o dinheiro dê*. Isso implica *controlar* o pouco dinheiro recebido pelos que trabalham na família [...]” (grifos da autora).

No máximo, possibilitaria às mulheres utilizarem os conhecimentos para realizarem atividades que “contribuiriam” para o orçamento doméstico, porque o trabalho das mulheres era visto como secundário e complementar para a renda familiar. Sem a necessidade de sair do espaço o doméstico, eram atividades condizentes ao que era considerado feminino e evitariam descuidar de suas atividades diárias para com a família e a casa – suas atribuições supostamente naturais. Assim, eram cursos que não tinham a intenção (ou potencialidade) de possibilitar uma emancipação financeira das mulheres e, em sua proposta, propunham legitimar atribuições e espaços considerados femininos.

Da forma como foram descritas as atividades propostas nos cursos, não excediam normas sociais e hierárquicas na família e sociedade, não abalariam a moral masculina ou mesmo retirariam a autoridade e responsabilidade dos homens como provedores primeiros do sustento da família. Como escreveu Sarti (2011, p.67), a “[...] autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva.”

É recorrente nos Relatórios, ao final de cada ano, a realização de exposições dos trabalhos confeccionados pelas alunas dos cursos, assim como a entrega de certificados

de conclusão nos diversos núcleos da zona carbonífera de Criciúma. Pode-se pensar essa exposição por perspectivas: primeiro, além de apresentar para a comunidade e a sociedade os trabalhos realizados, com intuito de valorizar tanto o trabalho das alunas quanto das irmãs que ministravam os cursos, era uma forma de divulgação do trabalho assistencial da SATC; e, numa segunda perspectiva, utilizar as próprias alunas como exemplos para as demais mulheres das vilas, fomentando assim uma maior participação e aderência aos cursos.

No relatório de 1970, consta uma outra modalidade de curso ofertado – o de corte e costura –, que, conforme descrito, consistia em um curso completo, onde se aprendia a confeccionar “desde o enxovalzinho do bebê, até roupas para homens” (RELATÓRIO SATC, 1970, p. 10). Nos demais relatórios, não constam descrições específicas sobre o curso, porém pela descrição citada acima, pode-se compreender que seria de grande valia para as famílias considerando a situação econômica da população, instrumentalizando as mulheres para a confecção de vestuários do infantil ao masculino, a favor da economia doméstica, aprenderiam a reutilizar tecidos e reformar roupas.

Em seu artigo *Famílias Operárias Mineiras e Relações de Gênero: a construção do feminino através de cursos populares na região carbonífera catarinense (1950-1960)*, Ismael Gonçalves Alves (2010), por meio de um estudo realizado com o mesmo núcleo religioso – as Pequenas Irmãs da Divina Providência – sobre cursos populares realizados em convênio com o SESI-SC para esposas e filhas de mineiros, ressaltou:

Cuidar da indumentária masculina passou a fazer parte das obrigações das mulheres que moravam nas áreas de mineração. Devido às características do trabalho no interior das minas e ao fato de a carbonífera não oferecer uniformes para os operários, as mulheres tornaram-se as responsáveis pela manutenção das roupas utilizadas nas frentes de exploração (ALVES, 2010, p. 33).

No relatório de 1973, verifica-se uma ênfase nos cursos populares com imagens de exposições dos trabalhos demonstrando os “excelentes resultados” e o valor da assistência social da SATC nas vilas operárias. No documento, registros sugerem enunciados que legitimam o viés higienista que delimitava as práticas do Serviço Social da SATC e o trabalho das agentes sociais junto às famílias era descrito como profilático, com foco na “higiene e melhorias nas condições do lar”.

Também, é recorrente e exaltado como necessário o trabalho assistencial da SATC que, de acordo com seus agentes, promoveriam melhores condições de vida às famílias.

[...] Serviço de Puericultura e Assistência Social. Êstes serviços que têm conseguido os resultados mais surpreendentes, temos a certeza, modificou sobremaneira o “modus vivendi” de nossa grande família mineira, graças a criteriosa orientação médica ministrada e ao sadio ensinamento prestado às famílias. (RELATÓRIO SATC, 1967, p. 11).

Esse registro demonstra o quão necessário se fazia o Serviço Social da SATC naquele contexto e, pela perspectiva das agentes sociais, foram descritas mudanças nos hábitos, nos cuidados com o lar e com a família, a partir do início da assistência da SATC. A análise dos registros evidencia que práticas sociais da época estavam apoiadas nos discursos médicos-sanitários em que se “propalava a necessidade de se impor uma profilaxia antimicrobiana aos lares, nos quais a principal agente seria a mulher” (MATOS; MORAIS, 2007, p. 25). Nesse sentido, as mulheres precisavam passar por um processo de “reeducação”, calcado no saber médico subsidiado pelo Serviço Social da SATC e suas agentes sociais, por meio das visitas domiciliares, orientações de puericultura e dos cursos populares.

Em consonância ao trabalho realizado pelas agentes sociais, estavam os cursos populares: “Ao lado desse estafante trabalho profilático, não descurem as religiosas, o espargimento da cultura popular, com a realização de diversos cursos práticos de aplicação imediata [...]” (Relatório SATC, 1973, p. 20). Pode-se refletir sobre qual o significado atribuído ao “espargimento da cultura popular” e sua intencionalidade.

Considera-se as relações de saber/poder empreendidas nos enunciados e, até mesmo, de coerção que sugerem a compreensão de que as mulheres das vilas operárias não possuíam uma cultura própria resultante de seus modos de vida, ou, no sentido de promover/engendrar uma cultura moderna, higiênica e relacionada à moral e aos costumes burgueses.

Nesse sentido, desde uma abordagem proposta por Foucault (2014), observa-se que “o comentário” enquanto categoria da análise de discurso proposta pelo autor, inserido em um texto/discurso, apresenta-se elementarmente como uma forma de proporcionar propagação daquele próprio discurso. Nessa perspectiva, o que estaria articulado ao “espargimento da cultura popular” enquanto esforço individual, coletivo, institucional, privado e de produção de uma compreensão de sociedade, de

comportamento que se constituiriam a partir do compartilhamento e introjeção de discursos, hábitos e normas.

Pode-se observar nos comentários e nos discursos, um modo de expressão que se propõe filantrópico imbuído de boas intenções, mas que, de maneira implícita, possuem valores e normas de um determinado modelo de sociedade (modelo desenvolvimentista higienista). Assim, revestem-se as práticas e os discursos das políticas sócio-médico-assistenciais com tons propositivos e com uma tonalidade beneficente/solidária, o que lhe permite funcionar como uma verdadeira ferramenta de intervenção/constituição do sujeito e da sociedade mediante a propagação do discurso.

O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, havia jamais sido dito. (FOUCAULT, 2014, p.24).

Pela perspectiva acima descrita, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder”, inserido em um determinado contexto, local e temporal, para que se possa compreender sua funcionalidade que só tem sentido dentro daquela totalidade social e interrelações (FOUCAULT, 2014, p. 9-10).

Pode-se alinhar a esses processos pedagógicos/educativos o que Meyer entende por “pedagogias culturais” presentes em programas, políticas de inclusão social, e acrescentar essa ideia à assistência social da SATC e o processo de educação das mulheres nas vilas operárias. A autora define que “as pedagogias culturais [...] tem-se revelado como instâncias que desenvolvem processos educativos potentes dos corpos quando se trata de instituir relações entre corpo, gênero e sexualidade” (MEYER, 2009, p. 90). Nesse contexto, objetivamente sobre os corpos femininos para a maternidade e para o trabalho doméstico.

Os cursos populares tinham como proposta desenvolver habilidades femininas, que já eram consideradas inatas, mas que pela “ignorância” necessitavam ser aperfeiçoadas, habilitando as mulheres casadas para melhor desempenho das tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos e marido.

Um dos objetivos primeiros da SATC é dar melhores condições de vida aos operários das Companhias Mineradoras de Carvão. Através de seu Serviço

social, tem se feito presente em todos os lares dos trabalhadores, orientando-os e desenvolvendo-lhes habilidades. (Relatório SATC, 1973, p. 18).

No caso das mulheres jovens, o objetivo estava descrito no relatório: “As jovens, desde cedo, são iniciadas na difícil tarefa de Donas de Casa, nos cursos de (Ornamentação do Lar) de (Arte-Culinária), Higiene, Puericultura, Corte e Costura e outros” (Relatório SATC, 1973, p.19). O trabalho desempenhado com as jovens buscava formar e conformar identidades das mulheres para o espaço doméstico, preparando-as para o futuro, para o casamento e para a família.

Um dos cursos populares apresentados por Ismael Alves (2010), denominado “Grupo de Floristas”, direcionava-se às meninas filhas de mineiros. O autor aponta que no decorrer das aulas as meninas, provavelmente, recebiam orientações morais, de como as mulheres deveriam se comportar na sociedade para manutenção da moral e, “que possivelmente, aconselhavam as meninas sobre os valores da castidade, do trabalho e de uma conduta moral e sexual respeitosa [...]” (ALVES, 2010, p. 35) para manter a integridade sexual e moral para o casamento.

A pesquisa realizada por Alves (2010) vem ao encontro da que ora se desenvolve e, embora os cursos tenham sido ofertados por instituições diferentes, verifica-se a reprodução de discursos que promoviam uma formação pedagógica voltada para o doméstico, buscando uma conformação e identificação dos corpos femininos para o casamento e para a maternidade. De certa forma, busca-se reforçar, desde cedo, a concepção de que as mulheres se realizariam por meio do casamento, dos filhos e do marido, mantendo outras possibilidades de vida afastadas, sendo o processo de formação e educação feminina limitado ao âmbito privado.

A preocupação com o bem-estar dos homens e o rendimento produtivo do seu trabalho constituem unidades discursivas nos documentos analisados. No Relatório de 1974, a preocupação é registrada e os cursos populares apareceriam como uma estratégia – ferramenta – para viabilizar uma melhor capitalização do trabalho e as mulheres como instrumento para o pleno desenvolvimento do capital masculino.

Na época agitada, em que vivemos, o lar deve se constituir num recanto, onde o homem, ao final de sua jornada de trabalho, encontre a paz e a tranquilidade necessárias para refazerem suas forças. O Serviço social da SATC, tem procurado colaborar nesse sentido, oferecendo cursos populares as esposas e filhas dos mineiros. (RELATÓRIO SATC, 1974, p.44).

Com o passar dos anos e aproximando-se do fim das atividades do Serviço Social da SATC em dezembro 1981, pela documentação analisada, percebe-se que a demanda pelos cursos diminuiu. No Relatório de 1980, apenas, dois cursos, de “Trabalhos Manuais” e de “Artesanato” foram registrados.

Por fim, compreende-se que as mulheres passaram por processos de formação e normatização, bem como atividades domésticas e de cuidado foram instrumentalizadas a serviço do capital. Como parte do processo, foram preparadas para desempenhar atividades domésticas e de cuidado, conforme as normativas sociais e culturais, em acordo com o projeto hegemônico para o desenvolvimento do capital, cuidando e amparando a infância de futuros trabalhadores do carvão, servindo a necessidades do esposo provedor em demandas do trabalho produtivo.

Encarcerando-as no espaço doméstico e prendendo-as em torno de funções repetitivas, a sociedade moderna criou um modelo normativo de mulher – baseada nas estruturas burguesas – que deveria ser imposto ao restante da sociedade. Dedicada e inteira no sacrifício, ela poderia realizar-se somente através dos feitos de seu marido e filhos, naturalizando o discurso de que não existiria realização feminina fora do espaço doméstico (ALVES, 2010, p. 39).

Para isso, as políticas sócio-médico-assistenciais específicas e as atividades desempenhadas contribuíram para disciplinar mulheres e instituir determinado modelo de família, de acordo com o ideal burguês da época nas esferas doméstica e do trabalho produtivo. A formulação e articulação de discursos normativos de gênero, juntamente com o saber médico que atenderiam aos interesses políticos e econômicos permitiram promover processos de resignificação da infância e da maternidade, e as mulheres ganharam certo protagonismo nas sociedades – o que se poderia chamar de um protagonismo na subserviência.

Como sugere Badinter (1985, p. 26):

Quando o farol ideológico ilumina apenas o homem-pai e lhe dá todos os poderes, a mãe passa a sombra e sua condição se assemelha à da criança. Inversamente, quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai. [...]. Segundo a sociedade valoriza ou deprecia a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe.

Com essa mudança de *status* da infância, a mulher também passa a ser considerada elemento chave para o desenvolvimento do futuro capital humano e se torna central para a manutenção de um determinado modelo de família, necessária para

viabilizar o trabalho produtivo do marido, que dependia fundamentalmente dos cuidados do lar e dos filhos.

Pode-se argumentar que o trabalho pedagógico desenvolvido pelo Serviço Social da SATC contribuiu para aprofundar as desigualdades entre os homens e as mulheres, incidindo especificamente na divisão sexual do trabalho e produzindo sujeitos dóceis e afeitos a determinados espaços e funções sociais. Nesse sentido, verifica-se que o processo pedagógico instituído pelos cursos está de acordo com o que observa Foucault (2014) sobre os sistemas de educação. Conforme o autor, “todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2014, p. 41).

A análise da produção discursiva, pela perspectiva de Foucault, que trata dos sujeitos produzidos pelo discurso e pelo assujeitamento, permite problematizar como os discursos circulam e são propagados (reproduzidos) não somente por quem os produz, mas também por quem é produzido por esses próprios discursos e suas estruturas normativas de existência e comportamento.

Nesse caso, os cursos populares podem ser considerados como técnicas ou mecanismos práticos de poder/saber, que fazem parte da biopolítica de uma forma de governo dos corpos, governo de uma população. Como escreve Meyer acerca dos discursos normativos:

Os enunciados que são produzidos, ampliados e atualizados por esses discursos científicos, religiosos, e midiáticos se incorporam ao discurso do senso-comum e, por isso, eles também norteiam muitos dos processos educativos no interior dos quais nos tornamos mulheres e homens e /ou mães e pais de determinados tipos- e sua força reside, justamente, nas múltiplas, sutis e sempre renovadas possibilidades de sua repetição. (MEYER, 2009, p. 83).

Pode-se dizer que a SATC foi uma importante instituição aliada do Estado, das organizações e dos interesses do capital, em determinado momento e contexto, na (re)produção de discursos normativos de gênero sobre maternidade e infância, pela articulação de ações e práticas assistenciais voltadas para a vida e a saúde da população operária. Desamparadas pelo Estado, sofriam com as consequências do desenvolvimento urbano-industrial. Desse modo, compreende-se que o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo

porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p.10).

Diante do exposto, são retomados pressupostos teóricos de gênero de Joan Scott (1995) para observar que, ao longo de toda a pesquisa e elaboração teórica, buscou-se demonstrar como os elementos observados pela autora constituem as relações sociais, constituídas por relações de poder e como estão presentes em todos os espaços. As de gênero, conforme Scott, estão presentes e constituem ações do Estado, nas instituições, na economia, nos processos educativos e/ou pedagógicos, que constroem e (re)constroem o gênero, reforçando constantemente representações do feminino e masculino, produzindo identidades e subjetividades.

Na região carbonífera de Criciúma/SC não foi diferente. Foram articuladas políticas sócio-médicos-assistenciais, por meio de relação de saber-poder, valores e normas morais que constituem “doutrinas” científicas, religiosas e políticas, que “tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino.” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, estavam revestidas e constituídas ações sócio-médico-assistenciais mediadas pela SATC, em meio a um processo acelerado de desenvolvimento industrial e urbano regional, que contribuiu para legitimar representações femininas e masculinas, na hierarquização de gênero e da divisão sexual do trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta dissertação, realizada mediante fontes teóricas e análise de fontes documentais escritas, buscou-se problematizar os discursos de gênero revestidos por determinismos biológicos que naturalizam espaços, atividades, comportamentos e atribuições por normatividades baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. E, demonstrar como, ao longo do processo histórico de desenvolvimento de uma determinada estrutura social, os discursos normativos são alterados, reconfigurados e reatualizados para atender interesses socioeconômicos e políticos.

Com base em um corpus teórico feminista, foi evidenciado como são construídos e articulados discursos normativos que operam na sociedade e constroem as relações sociais, nos âmbitos do trabalho e nas relações familiares. Discursos que buscam enquadrar comportamentos, formar e conformar identidades, constituir sujeitos a partir de modelos universais e pretensamente naturais.

No primeiro capítulo, buscou-se ampliar debates sobre gênero, a divisão sexual do trabalho, nas esferas do trabalho doméstico e de cuidados. Demonstrou-se como estruturas de poder se articulam para manutenção da hierarquização de gênero e de uma heteronormatividade, que promovem a regulação das mulheres para o trabalho, por fatores socioeconômicos e políticos. Relações sociais que são marcadas por desigualdades, não apenas entre mulheres e homens, mas entre as mulheres, e considerando marcadores sociais como raça e classe, as desigualdades e a marginalização do trabalho são ainda mais aprofundadas.

Verificou-se que elementos de ordem socioeconômica e cultural engessam as relações sociais, não permitindo mudanças mais amplas e profundas neste modelo societário, acerca dos trabalhos reprodutivos e de cuidados, mantidos como atribuições preponderantemente feminina e, assim, seguem como um trabalho desvalorizado e muitas vezes invisibilizado, por serem realizados por mulheres.

No segundo capítulo, problematizou-se discursos revestidos por elementos heteronormativos inseridos na constituição de políticas socioassistenciais, que possibilitam a reprodução das assimetrias de gênero, pois posicionam as mulheres como centrais para sua efetivação. Principalmente, quando são políticas direcionadas para segmentos da população empobrecida, em que gênero, classe e raça se interseccionam.

Verificou-se que políticas sócio-médico-assistenciais analisadas reforçavam determinada representação considerada apropriada – a de mulher-esposa-mãe –, que buscou impor limites para circulação das mulheres, elegendo o espaço doméstico como legítimo e natural. Portanto, contribuiu para promover e manter a divisão sexual do trabalho, que situou as mulheres à margem do trabalho produtivo e reproduziu determinado modelo de família como parte de um plano nacional desenvolvimentista.

Nesse sentido, as políticas voltadas para as famílias operárias eram compatíveis com o que Joan Scott (1995) argumenta sobre o fato de que é na política e através dela que elementos/aspectos de gênero são legitimados, posicionam mulheres e homens em determinados espaços sociais, considerados “apropriados” pelas normas de gênero. Por isso, a análise do trabalho remonta ao binômio homem-mulher.

Esse esforço político, que buscou de certa forma naturalizar uma identidade feminina, de mulher-mãe-esposa, no sentido de que a identidade feminina seria reconhecida e legitimada por meio da maternidade, em conjunto com políticas, programas, ações assistenciais em âmbito nacional, operou (e opera) na sociedade, com discursos que subjazem uma normatividade de gênero. Permanece a tentativa de reproduzir normas e valores atribuídos a cada sexo, à medida que reafirmam a identidade feminina voltada para a maternidade e suas funções junto ao lar, no sentido de instituir certa domesticidade feminina.

Diante disso, o Serviço Social da SATC, por meio de um conjunto de cursos populares, tais como culinária, corte e costura, artesanato, produziram formas mais adequadas e higiênicas para a realização das atividades domésticas e de cuidados, exercendo de maneira eficiente e afetuosa competências que eram atribuídas a mulheres, como donas de casa, “boas esposas e mães”, alinhadas à norma burguesa de um padrão ideal de família.

Nesse sentido, o modelo de família, constituído por discursos normativos e que estava atrelado a atividades de assistência às famílias nas vilas operárias, fazia parte de um projeto desenvolvimentista nacional, que considerava os homens como os provedores e as mulheres como dona de casa, em permanência na posição de dependência masculina.

Nos sistemas de proteção social que se baseiam no modelo de homem provedor e mulher dona de casa, o pressuposto é de que os homens precisam

que as mulheres estejam nos lares, poupando-os do trabalho doméstico, para que eles tenham tempo e disposição o suficiente para trabalhar em empregos com maiores exigências, mais bem remunerados e conseqüentemente com maior possibilidade de acesso aos seus direitos. (CARLOTO; NOGUEIRA, 2018, p. 52).

Constatou-se que práticas e ações promovidas, com base em saberes específicos, contribuíram para formação de novos hábitos e organização das famílias operárias. Através da análise de documentos, verifica-se a articulação para promover e legitimar, não apenas um modelo de mulher, mas também determinado modelo de família, nuclear, disciplinada e saudável, garantindo assim a reprodução da força de trabalho necessária para o desenvolvimento do capital (FEDERICI, 2019). Isso não significa que as famílias, em especial às mulheres, foram passivas e não reagentes ao que estava colocado pelas agentes sociais e a instituição, mas que estavam na outra ponta, por assim dizer, numa lógica de “correlações de poder” (FOUCAULT, 2020). Nesse sentido, considera-se o movimento de resistências, observado por Foucault, em que o poder é exercido em uma complexa rede com as resistências contidas no “caráter relacional das correlações de poder” (2020, p. 104).

Cabe reforçar que a pesquisa elegeu fontes documentais, produzidas por instituições e sujeitos, com foco em ações que pudessem promover transformações na vida de determinado segmento populacional, justamente para identificar e analisar discursos de gênero em questão. A análise da produção discursiva de gênero demonstrou a busca por instituir sobre famílias operárias, preponderantemente sobre as mulheres, normas sociais e de controle de espaços e atividades, que seriam ocupados e atribuídos, respectivamente, a cada sexo, segmentados pelas diferenças sexuais. Produziram modos de organização das famílias, sujeitos e subjetividades.

Foi possível observar que enquanto a instituição prestou assistência às famílias dos mineiros, também, promoveu de forma pedagógica novos hábitos condizentes com o ideal de família burguês e urbana, prezando pela moral familiar – o cuidado e formação integral de futuros trabalhadores para o capital, que se mostrou como uma preocupação em âmbito nacional.

Por derradeiro, verifica-se que a discursividade produzida em torno de uma representação normatizada do feminino foi fundamental para a constituição de sujeitos adequados a normas e valores da época. Operaram na construção de identidades de mulheres e homens; instrumentalizaram mulheres para o desempenho dos trabalhos

domésticos e de cuidados, de acordo com um ideal feminino de boa esposa e boa mãe, o que contribuiu para o ampliar as assimetrias de gênero a serviço das relações capital-trabalho. Configuram-se discursos a serviço de valores e de um determinado ideário desenvolvimentista que tinha a família e a mulher submissa em seu centro, para o qual compactuaram políticas, Estado e organizações, religião, medicina e outros conhecimentos do seu tempo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ismael Gonçalves. **(Re) construindo a maternidade**: as políticas materno-infantis brasileiras e suas implicações na Região Carbonífera Catarinense (1920-1960). 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35264>. Acesso em: 25 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Famílias Operárias Mineiras e Relações de Gênero: a construção do feminino através de cursos populares na região carbonífera catarinense (1950-1960). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p.21-43, jul./ dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180302022010021>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. et al. **Cuidando de Famílias Pobres**: a assistência social materna- infantil na região carbonífera catarinense (1930-1980). Projeto de Pesquisa. Universidade Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2018.

ABRAMO, Laís.; VALENZUELA, Maria Helena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas e interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016, p.113- 123.

ARAÚJO, Anna Bárbara. Da Ética do cuidado à Interseccionalidade: caminhos e desafios para a compreensão do trabalho de cuidado. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 43-69, dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34245/pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARCHINSKI, Bruna Spillere. A mortalidade infantil na Capital Nacional do Carvão: memória, representações e ações profiláticas, 1940-1960. In: FILHO, Alcides Goularti (org.). **Memória e cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 149- 179.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAY, Eva Alterman. Trabalho Industrial X Trabalho Doméstico: ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.15, p.8-20, 1975. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1810> . Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.024, de 17 de Fevereiro de 1940**. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20as%20bases%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o,adolesc%C3%Aancia%20em%20todo%20o%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 282, de 24 de Maio de 1948**. Reorganiza o Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-282-24-maio-1948-363784-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jun.2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 26.690, de 23 de Maio de 1949**. Aprova o Regimento do Departamento Nacional da Criança. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/449356/publicacao/15812792>. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 41.878, de 17 de Julho de 1957**. Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 5.º do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 26.690, de 23-5- 49, já alterado pelo Decreto n.º 27.160, de 8-9-49. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/464457/publicacao/15792674>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

CAMPOS, María Soledad Zárate; CATALÁN, Lorena Godoy. Madres y Niños en las políticas del servicio nacional de salud de Chile (1952-1964). **História, Ciências e Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, V. 18, supl.1, p. 131-151, dez. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000500008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500008) . Acesso em: 15 ago. 2020.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da História**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: UFSC, 2002.

CARLOTO, Maria Cassia; NOGUEIRA, Bárbara W. Ferreira. Família, gênero e proteção social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.16, n. 42, p. 49-64, 2º sem. 2018. Disponível em: <https://www.e->

[publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39407/0](http://publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39407/0). Acesso em: 15 set. 2019.

CATALÁN, Lorena Godoy; ZÁRATE, María Soledad. Trabajo y Compromiso. Matronas del servicio nacional de salud Chile 1952-1973. **Ciencias de la Salud**, Rosario, v. 13, n. 3, p. 41-430, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/562/56242524008/html/index.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COSTA, Marli Oliveira. “**Artes de Viver**”: recriando e reinventando espaços-memórias das famílias da vila operária mineira próspera criciúma (1945-1961). 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80838>. Acesso em 19 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. A nutrição nas vilas operárias mineiras. In: FILHO, Alcides Goularti (org.). **Memória e cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p.115- 127.

COVA, Anne. História da Maternidade: em que ponto estamos? **Cadernos de História**, Belo Horizonte, V. 12, n. 16, p. 163-185, 1º sem. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3336>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis, v.10, n.1, jan. 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 25 ago. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, p. 47-71, jan. /abr. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004). Acesso em: 10 set. 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FILHO, Alcides Goularti. O Pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. **Revista Economia**, Curitiba. n. 23, p. 123-137, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/1976>. Acesso em 25 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:1 A vontade de Saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**- aula inaugural no collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: ed. Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A., 1970.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Ser Mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, V. 15, supl., p. 153-171, jun. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000500008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 24 out. 2019.

GRECCO, Fabiana Sanches. Trabalhos Domésticos e de Cuidados Sob a Ótica da Teoria da Reprodução social. **Mediações**, Londrina. v. 23, n. 3, p. 70-102, dez. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34318#:~:text=Este%20texto%20analisa%20a%20problem%C3%A1tica,no%20desenvolvimento%20feminista%20da%20TRS>. Acesso em: 15 maio 2019.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, n.7, out. 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf> . Acesso em: 15 maio 2019.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, Daniéle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.132, p. 595- 609, 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 17 abr. 2019.

IANNI, Octavio. Tendências do Pensamento brasileiro. In: **Revista Tempo Social**. n. 12. V. 2. São Paulo: Ed. USP, 2000. pp. 55-74. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702000000200006#:~:text=Dentre%20os%20temas%20recorrentes%20nos,e%20revolu%C3%A7%C3%B5es%20brancas%3B%20concilia%C3%A7%C3%A3o%20e](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200006#:~:text=Dentre%20os%20temas%20recorrentes%20nos,e%20revolu%C3%A7%C3%B5es%20brancas%3B%20concilia%C3%A7%C3%A3o%20e). Acesso em: 20 abr. 2019.

KERGOAT, Daniéle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas e interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

MARTINS, Gilbert A.; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos; MORAES, Mirtes. Imagens e Ações: gênero e família nas campanhas médicas (São Paulo: 1890-1940). **ArtCultura**, Uberlândia, v.9, n. 14, p. 23-37, jan./ jun. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/40111>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MELO, Hildete Pereira; CONSIDERA, Claudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e sociedade**, Campinas, v.16, n. 3, p. 435-454, dez. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 01 set. 2019.

\_\_\_\_\_; VAZ; CASTILHO, Marta. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 135-158, jan. /abr. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482009000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 01 set. 2019.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpo, gênero e maternidade: algumas relações e implicações no cuidado em saúde. **Enfermagem em Foco**, 2(1), p. 19-22, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1028101>. Acesso em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Corpo, Saúde e Gênero: fragmentos de histórias sobre corpos e vidas maternas. In: TORNQUIST, C. S. *et al.* (org.). **Leituras de Resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, v. 2, 2009, p. 81-103.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Potyara, A. P. **Política Social: temas e questões**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RABELO, Giani. **Entre o Hábito e o Carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12864#:~:text=A%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20procura%20inventariar%20e,anos%20de%201950%20a%201980>. Acesso 15 abr. 2019.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedades de Classe: Mito e Realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_. Gênero e Patriarcado. In: MARTÍN, M. C.; OLIVEIRA, S. (org.). **Marcadas a Ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar**. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2005, p. 35- 76.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008). Acesso em: 25 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface- comunic., Saúde, Educ.**. V. 5, n. 8, p. 47-60, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. Unicamp, **Cadernos Pagu**. n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 15 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. UFRGS, **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p.71-99, jul. /dez.1995. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 05 jul. 2019.

SOUZA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 30, n. 87, maio/ago. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000200123](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123). Acesso em: 15 set. 2019.

TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

TRONTO, Joan. Mulheres e Cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (org.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-203.

VAZQUEZ, Geogiane Garabely Heil. Sobre os Modos de Produzir as Mães: notas sobre a normatização da maternidade. **Revista Mosaico**, v. 7, n.1, p. 103-112, jan. / jun. 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/3984>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Sobre Mulheres e Abortos: notas sobre leis, medicina e práticas femininas. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 146-162, ago./ dez. 2014. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6116>. Acesso em: 20 jan. 2021.

#### Fontes:

BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. **Problemas médico-sociais da indústria Carbonífera Sul-Catarinense**. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953.

RELATÓRIOS SATC, 1965-1981. CEDOC/ UNESC, Acervo (Memória e Cultura do Carvão).

ZACHARIAS, Manif. **A Mortalidade Infantil em Criciúma**. Tribuna Criciumense, Criciúma, 20 mai. 1957, p. 1 e 3. [a]. CEDOC/ UNESC.

ZACHARIAS, Manif. **A Mortalidade Infantil em Criciúma**. Tribuna Criciumense, Criciúma, 27 mai. 1957, p. 7. [b]. CEDOC/ UNESC.